



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Angelo Remedio Neto

**Os comunistas e o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil (1922 – 1948)**

Rio de Janeiro

2018

Angelo Remedio Neto

**Os comunistas e o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil (1922 – 1948)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Coelho Guimarães

Rio de Janeiro

2018

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

R386 Remedio Neto, Angelo.

Os comunistas e o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil  
(1922 – 1948) / Angelo Remedio Neto. – 2018.

109 f.

Orientador: César Augusto Coelho Guimarães.  
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Partido Comunista Brasileiro - Teses. 2. Internacional Comunista -  
Teses. 3. Brasil - História - Tenentismo, 1922-1934 - Teses. I. Guimarães,  
César Augusto Coelho. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 329.15(82)

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação,  
desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Angelo Remedio Neto

**Os comunistas e o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil (1922 – 1948)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 17 de setembro de 2018.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. César Augusto Coelho Guimarães (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. Dr. Christian Edward Cyrill Lynch

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

## DEDICATÓRIA

Há sempre os que resistem. Há sempre os que dizem não. À eles.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que estiveram do meu lado durante esse percurso, intenso e engrandecedor. Agradeço a todos os professores, técnicos e demais funcionários do IESP.

Agradeço meu orientador, César Guimarães, e a amizade que continuará. Agradeço os professores Christian Lynch e Jorge Chaloub por aceitarem fazer parte da banca.

Agradeço meus pais pelo apoio e amor de sempre.

Por fim, agradeço à CAPES por ter permitido que eu me dedicasse a esta atividade integralmente.

Ah, homens de pensamento  
Não sabereis nunca o quanto  
Aquele humilde operário  
Soube naquele momento!  
Naquela casa vazia  
Que ele mesmo levantara  
Um mundo novo nascia  
De que sequer suspeitava.  
O operário emocionado  
Olhou sua própria mão  
Sua rude mão de operário  
De operário em construção  
E olhando bem para ela  
Teve um segundo a impressão  
De que não havia no mundo  
Coisa que fosse mais bela.

*Vinícius de Moraes.*

## RESUMO

REMEDIÓ NETO, Angelo. **Os comunistas e o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil (1922 – 1948)**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho dedica-se a investigar o processo de desenvolvimento do Partido Comunista do Brasil em consonância com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil na primeira metade do Século XX. O objetivo do trabalho é entender, então, o contexto político-social em que o marxismo passa a ser recepcionado pelo movimento operário brasileiro e sua tradução. Concomitantemente a isto, buscaremos analisar como se desenvolve o estado brasileiro e sua relação com os movimentos populares e reivindicatórios. Para isso, dividimos a dissertação em quatro capítulos. O primeiro se destina a entender a concepção marxista-leninista no Movimento Comunista Internacional, a consolidação da Internacional Comunista e a perspectiva de organização delineada por Lenin. O segundo busca compreender, a partir do marxismo que chega no Brasil – o *marxismo leninismo* – como este é recepcionado pelo PCB e influencia na formação política do partido, concomitantemente com a aproximação do PCB com a política nacional e o movimento tenentista. O terceiro busca compreender como, durante o Estado Novo, o PCB realiza uma mudança tática na sua política no momento de distensão do regime ditatorial. Por fim, o quarto capítulo trata da política brasileira no pós-guerra e a prioridade de controle e repressão da classe operária em que nasce a República de 1946, com a cassação do PCB em 1948.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil. Internacional Comunista. Tenentismo. Estado Novo. Governo Dutra.



## ABSTRACT

REMEDIO NETO, Angelo. **The communists and the development of late capitalism in Brazil (1922 - 1948)**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This work is dedicated to investigating the process of development of the Communist Party of Brazil in line with the development of capitalism in Brazil in the first half of the 20th century. The objective of the work is to understand, then, the political-social context in which Marxism is welcomed by the Brazilian labor movement and its translation. Concomitantly to this, we will seek to analyze how the Brazilian state develops and its relationship with popular movements and demands. For this, we divided the dissertation into four chapters. The first is intended to understand the Marxist-Leninist conception in the International Communist Movement, the consolidation of the Communist International and the organizational perspective outlined by Lenin. The second seeks to understand, from the Marxism that arrived in Brazil – Marxism Leninism – how it is received by the PCB and how it influences the political formation of the party, concomitantly with the approximation of the PCB with national politics and the tenentist movement. The third seeks to understand how, during the Estado Novo, the PCB made a tactical change in its policy at the time of distension of the dictatorial regime. Finally, the fourth chapter deals with post-war Brazilian politics and the priority of control and repression of the working class in which the Republic of 1946 was born, with the repeal of the PCB in 1948.

Keywords: Communist Party of Brazil. Communist International. Tenentism. New state. Government Dutra.

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

|      |   |
|------|---|
| ESG  | Escola Superior de Guerra                   |
| EUA  | Estados Unidos da América                   |
| IC   | Internacional Comunista                     |
| ONU  | Organização das Nações Unidas               |
| PCB  | Partido Comunista do Brasil                 |
| PSD  | Partido Social Democrático                  |
| PTB  | Partido Trabalhista Brasileiro              |
| UDN  | União Democrática Nacional                  |
| UNE  | União Nacional dos Estudantes               |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviticas |

## SUMÁRIO

|     |  |    |
|-----|--|----|
|     | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 12 |
| 1   | <b>O MARXISMO DA TERCEIRA INTERNACIONAL E O PARTIDO BOLCHEVIQUE</b> .....  | 18 |
| 1.1 | <b>Introdução</b> .....  | 18 |
| 1.2 | <b>O Partido Político Leninista: a questão nacional</b> .....  | 19 |
| 1.3 | <b>Os limites do espontaneísmo</b> .....   | 22 |
| 1.4 | <b>A política Social Democrata</b> .....   | 23 |
| 1.5 | <b>A organização do Partido Revolucionário</b> .....   | 25 |
| 1.6 | <b>O desenvolvimento do Partido Leninista</b> .....  | 28 |
| 1.7 | <b>A Revolução Mundial e a criação da Internacional Comunista: a questão nacional</b> .....                        | 29 |
| 1.8 | <b>A Bolchevização dos partidos comunistas</b> .....   | 32 |
| 2   | <b>DOS TENENTES À MOSCOU: BASES NACIONAIS E INTERNACIONAIS NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO PCB NA DÉCADA DE 1930</b> ..... | 37 |
| 2.1 | <b>Introdução</b> .....  | 37 |
| 2.2 | <b>A política tenentista e a esquerda militar</b> .....  | 39 |
| 2.3 | <b>O movimento comunista mundial: a bolchevização do PCB</b> .....   | 45 |
| 2.4 | <b>O PCB na década de 1930: os tenentes e os bolcheviques</b> .....  | 52 |
| 2.5 | <b>A nova perspectiva da Revolução Brasileira: a terceira revolta</b> .....  | 53 |
| 3   | <b>O ESTADO NOVO, A TRANSIÇÃO DE 1946 E O PCB</b> .....  | 56 |
| 3.1 | <b>Da Revolução de 1930 ao surgimento do Estado Novo</b> .....   | 56 |
| 3.2 | <b>O Estado Autoritário entra em cena</b> .....  | 61 |
| 3.3 | <b>O mundo do trabalho</b> .....   | 65 |
| 3.4 | <b>A mudança tática do PCB: a política de União Nacional</b> .....   | 69 |
| 3.5 | <b>A virada de 1943 e a queda do Estado Novo</b> .....   | 71 |
| 4   | <b>GOVERNO DUTRA, A DEMOCRACIA LIMITADA E OS COMUNISTAS NA ILEGALIDADE</b> .....                                   | 79 |
| 4.1 | <b>Introdução</b> .....  | 79 |
| 4.2 | <b>O sistema partidário</b> .....  | 80 |
| 4.3 | <b>A política econômica</b> .....  | 90 |

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 4.4 | <b>As mudanças na Política Externa e a doutrina de segurança nacional.....</b> | 91  |
| 4.5 | <b>A cassação do PCB.....</b>  | 95  |
|     | <b>CONCLUSÃO.....</b>  | 97  |
|     | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | 103 |

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve por objetivo estudar a trajetória do Partido Comunista do Brasil (PCB) em consonância com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil na primeira metade do Século XX. Analisar a (não) inserção na institucionalidade política vigente deste partido político foi uma maneira de percebermos o papel ocupado pela classe operária neste período. O período recortado aqui abarca do fim da Primeira República - com a Revolução de 1930 - ao Governo de Eurico Gaspar Dutra, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

A escolha deste recorte se justifica pelo fato de, ao menos até 1950, quando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) passa por mudanças significativas, o PCB ser o partido que se portava na cena política como representante da classe trabalhadora. É de Humberto Cerroni a tese de que estudar a história de um determinado partido político significa entender a trajetória da classe a que este partido se liga historicamente. Atento ao processo de modernização do Brasil, nos preocupamos em ver o espaço reservado às classes populares, que passam a reivindicar um papel no cenário político instaurado.

O primeiro problema colocado à esta pesquisa se verifica por ser o comunismo, principalmente no período delineado, um movimento internacional. Analisamos a tensão constante existente entre o interno e o externo, determinantes para a atuação do PC. Fugimos de uma influência absoluta em relação às diretrizes da Internacional Comunista (IC) e a política adotada pelo PCB. Para tanto, foi necessário analisar de que maneira os militantes comunistas tinham em suas balizes políticas a confluência de um pensamento internacionalista, o *marxismo leninismo*, quando deveriam fazer política em uma realidade nacional concreta.

Em segundo lugar, atento ao fato do PCB se desenvolver a partir de lutas concretas que se passam no Brasil, foi necessário um olhar sobre o desenvolvimento político nacional no período. Este problema se torna relevante pelo próprio fato de, no breve recorte aqui analisado, o país ter passado por quatro diferentes regimes políticos<sup>1</sup>. Aqui, estudar a formação destes regimes políticos, possibilitou pensar como, em diferentes perspectivas institucionais, foi tratada a classe operária enquanto agente político autônomo e a possibilidade de atuação neste cenário. Não poderíamos partir de uma

---

<sup>1</sup> A Primeira República (1889-1930); o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930 - 1937); o Estado Novo (1937 - 1945); e a República de 1946 (1946 - 1964).

perspectiva determinista em relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Se o país, pela própria posição que está no capitalismo mundial, é determinado por contingências externas, estas não são absolutas. Houve um espaço de atuação e disputa de projetos. O que fica claro, entretanto, é que apesar da possibilidade de divergência nas classes dirigentes quanto a distintos modelos de desenvolvimento, vigora uma unanimidade que reserva à classe operária a subalternidade. E aqui encontramos a confluência destes dois problemas de pesquisa que resultam em nossa hipótese central: a negativa do reconhecimento do PCB enquanto ator político legítimo na arena de disputa vem de uma perspectiva de se fazer política apartada das massas populares.

Dividimos a dissertação em quatro capítulos para lidar com os dois problemas centrais assinalados e ter condições de explicitar nossa hipótese. Nos dois primeiros o nosso problema central é a formação política do PCB e sua tensão constante entre o nacional e o internacional. Nos dois capítulos subsequentes atentamos ao desenvolvimento político do Brasil, notadamente ao fim do Estado Novo e o início da República de 1946, e as permanências em relação ao tratamento oferecido à classe operária apesar de frequentes as disputas pelo rumo do desenvolvimento adotado.

No primeiro capítulo, nos dedicamos a estudar o movimento internacional que influencia a formação do PCB e a doutrina ali gerada e propagada. Atentamos às formulações teóricas de Lenin sobre a organização do partido revolucionário às quais acabam por gerar a perspectiva da Internacional Comunista, posteriormente, sobre o funcionamento de suas Sessões Nacionais (os partidos comunistas). Foi importante entender e mensurar a cultura marxista com que os fundadores desta corrente política no Brasil entram em contato.

Assim, buscamos compreender no primeiro capítulo os fundamentos teóricos do partido revolucionário leninista. Posteriormente, como estes preceitos teóricos formados em uma perspectiva russa se universalizam com o fortalecimento da Internacional Comunista. Por fim, como a perspectiva nacional passa a ser negligenciada por conta de uma noção universal de organização do partido político revolucionário. Esta análise é central por que se verifica uma relação inversamente proporcional em sua atuação, na qual quanto mais fraco é o partido comunista, maior o poder de inserção da política da Internacional Comunista.

O PCB e o movimento operário brasileiro não vêm de um longo período de lutas e de antagonismo ao regime político burguês que começava a se desenvolver no Brasil. Até 1888, o Brasil tinha como principal mão de obra o trabalho escravo. Até 1889 vivia-

se uma Monarquia com participação popular inexistente. O movimento operário que começa a se formar no início do Século XX ainda é não tem experiência com as lutas políticas cotidianas. Enquanto na Europa, a formação dos partidos comunistas no período se dá em rompimento com uma social democracia que tem uma perspectiva de maior inserção na democracia burguesa, a Primeira República Brasileira tratava qualquer reivindicação operária como caso de polícia e os primeiros comunistas brasileiros vêm, em sua maioria, do ainda incipiente anarcossindicalismo.

No segundo capítulo, após a compreensão inicial da política da IC para os partidos comunistas no final da década de 1920 e início da década de 1930, partimos para um estudo das bases nacionais e internacionais da formação do PCB. O partido passa a ter proeminência nacional a partir da entrada de Luís Carlos Prestes em suas fileiras e aqui concentramos nosso estudo, portanto, o fato de ser este o período de maior influência da IC no PCB não pode gerar a conclusão de ser o partido um mero reflexo das diretrizes de Moscou em solo nacional.

É peculiar a formação da cultura política do PCB na década de 1930. Se o Partido, ao menos desde 1928, seguia as diretrizes da IC, na virada da década começa a ter em suas fileiras, além de Prestes, indivíduos egressos do tenentismo. Foi, portanto, crucial o estudo deste movimento político de jovens oficiais. Não realizamos uma análise minuciosa do tenentismo, seus quadros políticos, reivindicações e posicionamentos antes e após a Revolução de 1930. Esta análise fugiria do âmbito da presente dissertação.

Para este estudo, o que foi central no tenentismo fora a influência que exerceu no PCB. Como mencionamos no segundo capítulo, falar de uma ideologia tenentista é algo complexo, pela própria heterogeneidade do movimento e dos diferentes rumos que seguem seus dirigentes. O que nos foi percebido enquanto relevante foi a forma dos tenentes de se relacionarem com a política. Em uma sociedade ainda agrária, desindustrializada, sem uma política de disputas abertas, caberia a uma vanguarda de jovens militares a agência do desenvolvimento. Fazendo um breve paralelo, esta concepção elitista de se fazer política não teria uma diferença substancial de forma se comparada à vanguarda do partido bolchevique, responsável por levar a organização e, principalmente, a consciência como um elemento externo à classe trabalhadora. No segundo capítulo, nosso objetivo é mostrar que neste momento específico existe uma afinidade eletiva entre o modo de se fazer política tenentista e bolchevique, mais do que negar a permanência da política tenentista em Prestes e marcar uma mudança abrupta em sua concepção política quando se aproxima das fileiras comunistas. Mais do que uma

ruptura, os tenentes, agora revolucionários marxistas leninistas, encontram um conteúdo ideológico atraente para suas demandas em um modo de fazer político que já os tinha consagrado. A partir desta confluência, buscaremos entender a participação do PCB nos primeiros anos da década de 1930, até o Levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935.

Após analisar a formação do PCB e a cultura que forma seus primeiros quadros políticos e suas perspectivas de atuação no Brasil, partimos para o terceiro capítulo, no qual damos centralidade ao nosso segundo problema de pesquisa, qual seja, o desenvolvimento político nacional, sua relação com o capitalismo tardio instaurado no Brasil e a formação e atuação da classe trabalhadora. De início, analisamos as motivações que levam à divisão das classes dominantes que acaba por tornar possível a Revolução de 1930. Enquanto o país passa por um acelerado processo de modernização, o que analisamos no capítulo é a relação estabelecida entre estado e classe trabalhadora.

Foi fonte de indagação neste capítulo como a modernização e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que possuem como consequência o próprio desenvolvimento da classe operária, envolvem tratamento dado a estes sob duas perspectivas: reconhecimento como personagem legítimo capaz de realizar demandas para o Estado e autonomia de organização. Em relação ao primeiro aspecto, fica clara uma mudança na virada da década de 1930 em relação à anterior. Já impossível negar sua existência na arena política, o proletariado passa a ser reconhecido como novo personagem.. Isto acaba por gerar respostas afirmativas do Estado em relação à esta classe: são concedidos direitos sociais inimagináveis no período anterior.

O início da década de 1930 é um período de fortes embates ideológicos sobre o futuro desenvolvimento do país. A burguesia brasileira, com o advento do Estado Novo, abre mão do controle do aparato estatal em uma modernização em que a classe operária continuasse controlada em sua organização e liberdade de manifestação política. O Estado Novo não foi um regime totalitário, mas autoritário, sendo ainda um campo de disputas políticas entre os blocos que disputavam o poder. A classe operária, entretanto, não é legítima a participar desta disputa. Nosso problema aqui foi analisar o desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira ante um Estado que oferece direitos sociais - de maneira restrita e não universal - mas veta qualquer organização operária que não se dê nos marcos burocráticos do próprio Estado, no caso o Ministério do Trabalho.

Ao final do capítulo, analisamos a distensão do Estado Novo ao início da década de 1940 e a nova relação que a classe operária passa a ter com o Estado. O PCB muda



sua perspectiva em relação à Getúlio Vargas a partir do momento em que o Brasil entra na Guerra ao lado das forças aliadas. Analisando a atuação pendular do partido, estudamos a mudança tática que este passa com o advento da doutrina de união nacional. Desde o final da década de 1930 passa a vigorar entre os comunistas a perspectiva de uma aliança de forças antifascistas no Brasil, que poderia ter como ponto de referência o próprio ditador.

O Brasil não estava imune às contingências externas nesta conjuntura. Com a entrada do país na guerra e a derrota iminente do nazi-fascismo, a ordem do dia no mundo ocidental passa a ser a formação de novos governos que se aproximassem do liberalismo econômico e político - frágil de legitimidade na década de 1930. Fica claro para todos os atores políticos brasileiros que o Estado Novo deve acabar. A arena de disputas se dará em torno do governo que será resultado desta transição. Vargas mostra uma interessante mudança em relação ao PCB. Com a anistia e a liberdade de Prestes, os comunistas passam, pela primeira vez, a abertamente se colocarem como grupo organizado e portador de reivindicações. Em uma aproximação com Getúlio, o partido possui como mote central da redemocratização uma assembléia nacional constituinte com a liderança de Vargas.

A aproximação de Vargas com as massas populares em uma perspectiva mais aberta e menos controladora não agrada o bloco do poder que até então dominava o aparato estatal no Estado Novo. Ao final de 1945, Vargas sofre um golpe militar. Terminamos o terceiro capítulo mostrando como o que derruba o ditador não é uma voga democratizante que chega ao país ao final da Guerra. Pelo contrário, Vargas cai como um recado das classes dominantes no processo de redemocratização que teríamos: a classe operária deveria continuar a ser controlada e marginalizada do jogo político. Como escreve César Guimarães, foi o primeiro governo pós Estado Novo a sua continuidade por meios eleitorais.

O nosso objetivo foi determinar como as políticas em relação à classe operária nascem e se desenvolvem a República de 1946. Após desenvolvermos o projeto político de modernização, que passa a vigorar a partir da década de 1930 no quarto e último capítulo, estudamos o governo de Eurico Gaspar Dutra, primeiro presidente eleito pós-Estado Novo. Enquanto parte da literatura trata este período como o primeiro momento efetivamente democrático do Brasil, argumentos que este regime político já nasce limitado, proibindo a participação eleitoral de analfabetos e, conseqüentemente, a maioria de sua população.

O PCB inicia o período dominado por forte otimismo em relação ao futuro do Brasil. Abandona totalmente a posição do início da década de 1930, de atuar na vanguarda do movimento popular e crer em condições maduras no Brasil para se fazer a revolução socialista. Ao contrário, reafirma constantemente seu papel de auxiliar do desenvolvimento brasileiro, a disposição de se aliar a todas às forças antifascistas e nacionalistas e o abandono da luta de classes como política a ser feita no primeiro plano. Mostrando o objetivo inicial do PCB para o período é constante sua tentativa de se mostrar confiável à elite política.

Por mais que o partido tivesse alcançado a legalidade no novo regime político e se tornado a quarta força eleitoral do país no seu primeiro pleito eleitoral, para o bloco dominante do poder a classe operária não era bem quista no jogo político oficial. Mesmo durante os trabalhos constituintes, será intensa a repressão que sofrem os militantes comunistas no início do governo Dutra. Com a Constituição de 1937 em vigência. Enquanto a ANC debatia as liberdades que deveriam constar na nova Carta, o presidente eleito tornava qualquer manifestação operária extremamente restrita.

Estudando o sistema partidário, a política econômica e a política externa de Dutra, explicitamos nossa hipótese que o primeiro governo eleito na República de 1946 demonstra que este novo regime político, por mais que se aproximasse do liberalismo econômico e político, o deveria fazer de maneira limitada. A cassação do PCB, aliada ao controle da autonomia dos sindicatos e o aumento da repressão de qualquer manifestação contestatória fortalecem a perspectiva de que o novo governo brasileiro, que passava a caminhar ao lado das democracias ocidentais, deveria continuar tendo como pilar fundamental a negativa de autonomia e participação das classes populares no jogo político oficial. Na democracia restrita, as reivindicações vindas da classe operária não possuíam legitimidade para figurar no jogo político oficial.

# 1 O MARXISMO DA TERCEIRA INTERNACIONAL E O PARTIDO BOLCHEVIQUE

## 1. 1 Introdução

Para se compreender a chegada do marxismo no Brasil se faz necessária uma incursão em suas origens e compreender qual marxismo aterrissa nessas terras, qual seja, o *marxismo leninismo*, elevado à doutrina oficial da Internacional Comunista. Com esse intuito, neste primeiro capítulo, trataremos de realizar, em primeiro lugar, uma análise do partido leninista de vanguarda, ancorado em vários do revolucionário russo Vladimir Ilyich Lenin (1870 - 1924), notadamente em *Que Fazer?: problemas candentes de nosso movimento* (1904) e *Um passo adiante, dois passos atrás* (1904).

Fica aqui clara a intenção do Revolucionário Russo de realizar uma ‘refundação’ do pensamento marxista em uma perspectiva revolucionária, em detrimento à perspectiva reformista que passava a vigorar no movimento operário da Europa Ocidental atrelado à II Internacional. Acreditando viver o mundo europeu uma conjuntura revolucionária vai, de um lado, contrariar à política espontânea das massas e sindical, incapaz de fazer com que, em um limite, os trabalhadores tenham uma real consciência das contradições e limitações do capitalismo e, em outro, de organizar o partido necessário à consecução da revolução e ruptura em relação à ordem vigente. Apesar de posteriormente universalizada como política oficial para os partidos comunistas que passam a nascer ao redor do mundo tomaram o poder – fato que não exclui o PCB – como veremos, o partido político leninista possui um forte traço nacional, com fortes influências da política nacional russa ao momento em que Lenin escreve.

Após esta análise, trataremos da formação da Internacional Comunista e a relação contraditória que esta acaba por desenvolver com a autonomia e a questão nacional nos distintos países que passam a ter sem seus solos Seções da Internacional Comunista, ou seja, Partidos Comunistas. Aqui nos será cara a crítica que Althusser realiza em *A Corrente Subterrânea do Materialismo do Encontro* (1982), em que aborda a teleologia que permeia o pensamento teórico da Internacional Comunista no desenvolvimento do que chamaria de ‘materialismo da necessidade’, no qual, quando necessariamente o

mundo caminharia para o comunismo, caberia à classe operária organizar seu partido político nos moldes bolcheviques, o instrumento eficaz para a tomada do poder político.

Desde o início mostrando-se necessária a construção de um partido político de tipo novo, pudemos verificar uma negligência da questão nacional em que este partido, gestado em condições extremamente específicas, deveria surgir do zero em contraponto aos partidos reformistas ou qualquer outro movimento operário existente, mesmo que de maneira incipiente, que não conectado à IC. No caso brasileiro, a distensão se dá em relação ao anarco-sindicalismo. Esse fato, se grave na Europa Ocidental, local em que já existia um movimento operário organizado e com bases reais, fica extremamente mais penoso em um país como o Brasil, no qual o movimento operário era extremamente incipiente.

## **1.2 O Partido Político Leninista: a questão nacional**

Uma grande problema do pensamento marxista, que o persegue praticamente por toda sua história, sendo deixado em segundo plano na maioria das vezes, é a questão nacional, que, constantemente, possui sua autonomia relativa negada neste campo de pensamento<sup>2</sup>. Inegavelmente, o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels trata o desenvolvimento do capitalismo em uma região extremamente específica do planeta – a Europa Ocidental – em caráter universal. Desse fato muitas interpretações e leituras neste campo teórico acabam por tratar o desenvolvimento do capitalismo – nitidamente inglês – como um fator universal a ser buscado teleologicamente por todas as demais sociedades. O euro centrismo presente nos autores canônicos do marxismo chega a ser por eles mesmos percebido, em momentos finais de seu trabalho. Isso não implica, necessariamente, em uma diminuição da pretensão universalista deste pensamento pela maioria de seus posteriores intérpretes.

Interessante o fato de que, justamente analisando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, em correspondência com militantes e revolucionários locais, Marx criticará a própria teleologia e pretensão universalismo em que seu pensamento se inseria:

---

<sup>2</sup> HÁJEK, Milos. A Bolchevização dos Partidos Comunistas. In: HOBBSAWN, Eri J. História do Marxismo. v. VI: O marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. Tradução de Amélia Rosa Coutinho. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988, página 216.

Ora, como meu crítico aplicou esse esboço histórico à Rússia? Tão somente assim: se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista a exemplo das nações da Europa Ocidental [...] não será bem sucedida sem ter transformado, de antemão, uma boa parte de seus camponeses em proletários; e, depois disso, uma vez levada ao âmago do regime capitalista, terá de suportar suas leis impiedosas como os demais povos profanos. [...]. Ele ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais se encontrem [...]. Contudo, jamais se chegará a isso tendo como chave-mestra uma teoria histórico filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica<sup>3</sup>.

Não há dúvida de que ao escrever *Que Fazer?*, Lenin esteja ciente da necessidade de se ater às particularidades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e não trata o desenvolvimento da Europa ocidental em caráter universal. Há aqui uma guinada significativa em relação à leitura que fora dominante no seio do marxismo no Século XIX. Sem desconsiderar as contribuições de Marx e Engels, as adaptou para uma teoria revolucionária nas condições específicas da Rússia do início do Século XX.

O empreendimento de toda a trajetória intelectual de Lenin passa por buscar uma aliança constante entre a teoria e a *práxis* revolucionária – e a afirmação de que não há prática revolucionária sem teoria revolucionária parece não ter sido vã –, que se tornam infrutíferas se não unidas dialeticamente. Mostrava-se ciente de que “[...] o movimento operário russo está situado em condições diversas daquelas da Europa Ocidental”<sup>4</sup>. Se, por um lado, não poderia vacilar na formulação teórica, de outro, a todo instante deveria ficar atento ao contexto em que escreve, e na conjuntura específica que almeja intervir com sua obra.

Esta é a primeira característica marcante no pensamento leninista: trata-se de uma obra de intervenção. Esse fato, por si, já deveria nos levantar dúvidas sobre o levantamento de conceitos a uma ótica universal e dogmatizada – que deixará de se ater às intervenções em realidades nacionais distintas – pela Internacional Comunista

---

<sup>3</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de Classes na Rússia*. LOWY, Michel (org.). Tradução de Nélcio Schneider. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2013, páginas 68 e 69.

<sup>4</sup> JOHNSTONE, Monty. *Um Instrumento Político de Tipo Novo: o partido leninista de vanguarda*. In: HOBBSBAWN, Eri J. *História do Marxismo*. v. VI: *O marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. Tradução de Amélia Rosa Coutinho. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988, páginas 17 e 18.

posteriormente durante o período de ‘bolchevização dos partidos comunistas’, como veremos adiante.

Lenin que “[...] pensava estar aplicando os conceitos marxistas ortodoxos à situação particular de seus país<sup>5</sup>” enxerga na Rússia do início do Século XX as condições necessárias para que se chegue a uma situação revolucionária. Passa a ser urgente a construção do partido político que será capaz de, juntamente com as massas, dar cabo a esta tarefa. Deste fato fica compreensível a necessidade de Lenin, em sua obra, antes de delinear o seu modelo de partido político, mostrar os limites dos demais modelos vigentes no movimento popular e reivindicatório da época. Se acreditava estar em posse de uma nova ferramenta política capaz de destruir a ordem social vigente, necessário seria ser esse, e não outro, o partido apoiado pelas massas. É necessário, desde o início, contra a perspectiva que trata o partido leninista como um objeto apartado das massas mostrar que para Lenin o partido não é capaz de, isoladamente, dar cabo ao processo revolucionário:

Em Lenin, o núcleo ultracentralizado e ultradisciplinado, estritamente conspirativo, de revolucionários profissionais está organicamente ligado a um corpo mais amplo de revolucionários ‘não profissionais’ e a organização de massas de diversos tipos. No entanto, no que se refere à função do partido, Lenin não é ‘blanquista’. O partido não ‘substitui’ a revolução: organiza-a e a dirige em ato, em marcha<sup>6</sup>.

O que leva Lenin a debater a organização do partido revolucionário é o fato de que a Revolução na Rússia se encontrar na ordem do dia, com as condições para sua consecução já maduras. Condições estas, entretanto, insuficientes se distantes de um *práxis* revolucionária. Enxerga na crise econômica do sistema capitalista emergente russo “[...] uma possibilidade revolucionária, mas não uma certeza”, e, para que esta ocorra, torna-se necessário que “um sujeito assuma e tome para si a tarefa de transformação social”<sup>7</sup>.

Se Lenin estava ciente de que a organização deve ser um tema central do movimento revolucionário quando a revolução está na ordem do dia e acaba por unificar todas as lutas cotidianas<sup>8</sup>, se torna contraditória com a própria teoria leninista a cristalização que passa o modelo de partido bolchevique que deve ser acompanhado pelos

---

<sup>5</sup> JOHNSTONE, 1988, página 16.

<sup>6</sup> CLAUDIN, Fernando. A crise do movimento comunista. Tradução de José Paulo Netto. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BENSAIND, Daniel; NAIR, Alain. A proposito del problema de organización: Lenin y Rosa Luxemburg. Cuardenos de Pasado y Presente, 12, página 13. Tradução do autor.

<sup>8</sup> BENSAIND, Daniel; NAIR, Alain. A proposito del problema de organización: Lenin y Rosa Luxemburg. Cuardenos de Pasado y Presente, 12, página 10. Tradução do autor.

partidos comunistas de todo o mundo. A conjuntura específica em que este partido nasce e as contradições nacionais dos países que estão inseridos os partidos comunistas são negligenciados. Se é no período sob o domínio de Stálin na IC que esta perspectiva se consolida, não há de se negar que começa a ser delineada teoricamente pelo próprio Lenin em seus escritos posteriores.

### 1.3 Os limites do espontaneísmo

Ao analisar a espontaneidade das massas, de um lado, e sua consciência, de outro, Lenin se depara com uma contradição. Se a vitalidade do movimento contemporâneo e sua força consistem justamente no despertar das massas para a luta cotidiana, sua debilidade se deve à ausência de consciência que era dominante neste ambiente. Assim, Lenin afirma categoricamente: “[...] o elemento espontâneo não é mais do que a forma embrionária do consciente”<sup>9</sup>.

A não consciência de seus interesses de classe por parte dos proletários russos derivava do fato de que, sendo a ideologia burguesa a mais difundida na sociedade, seria esta que naturalmente tenderia a nortear as manifestações políticas mesmo nos casos em que as classes sociais se colocassem de maneira antagônica na disputa social. A greve, primeira forma de luta a aparecer na sociedade russa, se limitava à interesses imediatos e concretos dos operários que dela participavam, sem uma preocupação de mudança profunda da sociedade, nas palavras de Lenin, “[...] essas greves eram lutas *trade-unionistas*, não se configurando como luta social democrata”<sup>1011</sup>.

A doutrina socialista, em contrapartida, mostra Lenin, nasce fora do movimento espontâneo operário. Aponta que é fruto do trabalho científico e intelectual. Fica claro, portanto, que há um elemento central para que a luta operária se torne não apenas luta econômica e se transforme em luta política que não se encontra naturalmente na presença

---

<sup>9</sup> LENIN, Vladimir Ilich. *Que fazer?: problemas candentes de nosso movimento*. Tradução de Marcelo Braz. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015, páginas 77 e 78.

<sup>10</sup> LENIN, 2015: 79.

<sup>11</sup> Utilizamos aqui a denominação Social Democrata no sentido que tinha à época para Lenin, i. e., comunista. De fato, a Internacional Comunista tem sua fundação datada em 1919, enquanto *Que Fazer?* data de 1904, momento ainda em que os comunistas eram um movimento político inserido na heterogênea II Internacional.

desta classe: a *consciência*. Aqui começa a se delinear a tarefa do partido revolucionário. Não deve este estar apartado das massas, mas deve, em contrapartida, lhe inserir, por fora, a consciência, que não se produz em seu seio de forma natural, espontânea. Ao contrário, “[...] a história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência *trade unionista*”<sup>12</sup>.

Esta questão, entretanto, não seria pacífica no debate entre os marxistas revolucionários do período. Rosa Luxemburgo fará forte polêmica em relação a essa questão, que afirmaria, em resposta a Lenin, que a consciência do operário não pode ser de fato adquirida como um elemento externo, mas, ao contrário, como fruto de sua própria luta cotidiana. Continua afirmando que “a organização, o progresso da consciência e a luta não são fases particulares, separadas mecanicamente no tempo, mas, se não, aspectos de um mesmo e único processo”<sup>13</sup>.

O problema colocado por Lenin é o movimento que acaba por se fortalecer no seio da II Internacional, que termina por “[...] erigir os defeitos em virtudes e que até tentar atribuir um fundamento teórico à sua submissão servil e ao seu culto da espontaneidade”<sup>14</sup>. Com o movimento que se guiará pelo espontaneísmo economicista – o movimento sindical *trade unionista* – Lenin travará grande batalha ante a direção do movimento operário russo. Sua contenda será no sentido de empreender uma disputa política para que o modelo organizativo a ser majoritário no movimento operário seja capaz de elevar a consciência dos proletários e não, ao contrário, rebaixar sua pauta política ao espontaneísmo e, desta maneira, “[...] o problema da relação entre espontaneidade das massas e a consciência da social democracia ocupa [...] uma posição crucial [...] na própria concepção leniniana do partido”<sup>15</sup>.

#### 1.4 A Política Social Democrata

A própria crítica ao espontâneo como capaz de gerar uma consciência efetiva de transformação social ampla na classe operária, e rebaixar a luta política à luta econômica

---

<sup>12</sup> LENIN, 2015: 80.

<sup>13</sup> LUXEMBURGO, Rosa. Problemas de organización de la socialdemocracia rusa. Cuadernos Pasado y Presente. 12, página 46. (tradução do Autor).

<sup>14</sup> LENIN, 2015, página 83.

<sup>15</sup> JOHNSTONE, 1988, página 19.



denota a diferença que Lenin demonstrará entre a política social democrata, de um lado, e a política *trade unionista*, de outro. Nesta contradição, afirma:

A social democracia dirige a luta da classe operária não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho, mas para que seja destruído o regime social que obriga aos não proprietários a venderem sua força de trabalho aos ricos. A social democracia representa a classe operária não só na sua relação com um grupo determinado de patrões, mas também nas suas relações com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada.

Sem negar a importância de reformas e melhorias na vida cotidiana dos trabalhadores, Lenin opera uma mudança de chave em relação à militância puramente sindical. Se para os sindicalistas a política deve se ater aos interesses imediatos da classe trabalhadora, para Lenin, deve se subordinar “[...] a luta pelas reformas à luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo [...]”<sup>16</sup>. O movimento revolucionário deve buscar com que os operários se inteirem de todas as injustiças cometidas pelo governo – fruto da luta de classes em que estão inseridos – e não apenas de seu interesse imediato. Desta maneira, para que se torne um “[...] um social democrata, o operário deve ter uma ideia clara da natureza econômica e da fisionomia política e social”<sup>17</sup>.

A consciência revolucionária, entretanto, não surge, para Lenin, espontaneamente na luta econômica. É elemento externo, fruto do pensamento intelectual, inserido no movimento popular pela vanguarda operária, e “[...] não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões”<sup>18</sup>.

Necessário, portanto, ser a tarefa do militante social democrata revolucionário o dever de “[...] ir a todas as classes da população, como teóricos, como propagandistas, como agitadores e organizadores”<sup>19</sup>, ficando claro a chamada de Lenin à atividade revolucionária por parte dos militantes, que devem se imbuir da tarefa de, como setor mais avançado do movimento operário, como sua vanguarda, a todo instante, levantar a bandeira da luta política revolucionária:

---

<sup>16</sup> LENIN, 2015: 110.

<sup>17</sup> LENIN, 2015: 126.

<sup>18</sup> *Idem*: 135.

<sup>19</sup> *Ibidem*: 139.

Mas ‘nós’, se quisermos ser democratas avançados, devemos nos preocupar em *sugerir* àqueles que estão descontentes não apenas com o regime universitário [...] que pensem que é ruim todo o regime político. Nós devemos assumir a organização de uma ampla luta política sobre a direção do *nosso partido*, tão abrangente que todos os segmentos da oposição, quaisquer que sejam, possam prestar e prestem efetivamente a essa luta, assim como ao nosso partido, a ajuda que são capazes<sup>20</sup>

A vanguarda operária assume um papel de educação das massas no pensamento de Lenin, e isso se deve ao fato de que “[...] o movimento operário não pode resultar, por ele mesmo, senão do *trade-unionismo*, e a política *trade-unionista* da classe operária não é mais do que a política burguesa da classe operária”<sup>21</sup>. Continua afirmando que “[...] as massas nunca aprenderão a travar a luta política se não ajudarmos na *formação* de dirigentes para essa luta, oriundos tanto dos operários instruídos quanto dos intelectuais”<sup>22</sup>.

A teoria socialista, aqui, vem de fora do movimento operário, mas não necessariamente os indivíduos que se encontrem em sua posse e na missão de a disseminar às massas. Pelo contrário, Lenin insiste na necessidade de que cada vez mais saiam operários instruídos do próprio seio da massa operária e sejam capazes de se tornarem dirigentes revolucionários – e será esta a maneira de pôr fim à distinção entre intelectuais e operários no seio do partido. A teoria revolucionária só terá eficácia prática quando estiver em posse também dos estratos mais avançados do movimento operário.

Esta posição firme de Lenin é melhor compreendida se temos em mente o fato de que para o marxista russo a revolução operária era um fato concreto, possível e, além disso, necessário. Se, muitas vezes, o materialismo dialético pode acabar eivado de uma forte teleologia, se transformando no que Althusser chama de *materialismo da necessidade*, o que posteriormente foi capaz de acarretar forte dogmatização no movimento comunista mundial.

## 1.5 A Organização do Partido Revolucionário

---

<sup>20</sup> *Ibidem*: 142.

<sup>21</sup> *Ibidem*: 153.

<sup>22</sup> *Ibidem*: 228.

A partir desta perspectiva, colocada por Lenin como central ao desenvolvimento de uma política revolucionária, o autor passa a elaborar a organização do partido revolucionário, que será capaz de empreender a tarefa de inserir na massa proletária uma perspectiva de ruptura com a ordem social vigente.

O objetivo de Lenin passa a ser a eliminação do ‘trabalho artesanal’ do seio operário russo, trabalho que seria caracterizado pela predominância de pequenos círculos operários e estudantis de luta que não possuíam forte conexão uns com os outros, “[...] sem qualquer coordenação das diferentes partes do trabalho revolucionário, sem qualquer plano sistemático de ação para um período mais ou menos prolongado”<sup>23</sup>. O fracasso desse tipo de organização derivou, de acordo com Lenin, justamente pelo fato de não ser o “[...] resultado de um plano sistemático, previamente preparado e estabelecido para uma longa e severa luta, mas simplesmente o crescimento de um trabalho espontâneo”<sup>24</sup>.

A partir da constatação da necessidade de unificação do movimento revolucionário, facilmente pulverizado quando trabalhando em pequenas redes não conectadas, Lenin levanta uma característica importante à organização revolucionária que permeará fortemente o movimento comunista internacional, a figura do revolucionário profissional, visto que, “[...] a luta política da social democracia é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo”<sup>25</sup>, sendo assim, a organização social democrata uma organização de novo tipo, diferente da organização sindical. Destarte, “[...] a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, homens cuja profissão seja a atividade revolucionária”<sup>26</sup>.

Diferentemente dos partidos então dominantes na Europa ocidental, criados no seio da II Internacional e dotados de legalidade e forte presença parlamentar, a nova organização gestada por Lenin “[...] não deve ser muito extensa e é preciso que seja o mais clandestina possível”<sup>27</sup>. Claro está a influência que a luta contra uma política específica – o czarismo – molda fortemente o partido leninista. Estas características centrais à organização de seu partido surgem da própria impossibilidade uma organização legal e aberta de um movimento contestatório na Rússia do início do Século XX. Lenin afirma:

---

<sup>23</sup> *Ibidem*: 158.

<sup>24</sup> *Ibidem*: 159.

<sup>25</sup> *Ibidem*: 171.

<sup>26</sup> *Ibidem*: 171.

<sup>27</sup> *Ibidem*: 171.

1) que não pode haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade; 2) que quanto maior for a massa espontaneamente integrada à luta, massa que constitui a base do movimento e nele participa, mais imperiosa será a necessidade de se ter tal organização, e mais sólida ela deverá ser; 3) que tal organização deve ser composta, principalmente, de homens voltados profissionalmente às atividades revolucionárias; 4) que, numa país autocrático, quanto *mais restrita* for a aceitação de membros na organização, mais difícil será ‘capturar’ tal organização e 5) maior será o número de pessoas, tanto na classe operária quanto nas demais classes sociais, que poderão participar do movimento e colaborar ativamente nele<sup>28</sup>.

Alerta Lenin para um fato que, ao que parece, foi negligenciado pelo próprio movimento em que posteriormente foi um dos fundadores, afirmando que “[...] a centralização da *organização* não implica, de modo algum, a centralização de todas as funções do *movimento*”<sup>29</sup>. Rosa Luxemburgo desde seus primeiros escritos acusará Lenin de incorrer em o que chamaria de ‘ultracentralismo’ e de criar um modelo organizativo que almejava “[...] a cega, absoluta subordinação dos órgãos singulares, do partido à autoridade central e a ampliação dos poderes decisórios desta última até a extrema periferia da organização do partido”<sup>30</sup>, sendo assim, o Comitê Central, “[...] o verdadeiro núcleo ativo do partido e as demais organizações como sempre se colocando como meros instrumentos executivos”<sup>31</sup>.

Não há dúvidas, porém, de que Lenin enxerga como necessário o desenvolvimento de um partido revolucionário que de fato tenha condição de tomar o poder – e não perde esse objetivo de vista – para isso necessitando ser extremamente organizado, disciplinado e centralizado, afirmando que “[...] o único princípio sério em matéria de organização a qual devem subordinar os militantes de nosso movimento diz respeito [...] à mais rigorosa seleção dos membros e à preparação de revolucionários profissionais<sup>32</sup>.

É urgente, para Lenin, que “[...] a maioria das organizações locais pense principalmente na criação de um órgão para toda a Rússia”<sup>33</sup>. Uma única organização

---

<sup>28</sup> *Ibidem*: 184, 185.

<sup>29</sup> *Ibidem*: 186.

<sup>30</sup> LUXEMBURGO, 1972: 44.

<sup>31</sup> *Idem*: 44.

<sup>32</sup> LENIN, 2015: 203.

<sup>33</sup> *Idem*: 214.

revolucionária deve ter sua atuação ampliada a toda a Rússia nos critérios do partido da vanguarda operária. O problema assim colocado, segundo Rosa Luxemburgo, não seria capaz de abarcar de fato as atividades da social democracia, que “[...] surge historicamente da luta de classe elementar, e se move nesta contradição dialética”<sup>34</sup>, sendo o curso da luta o único modo em que o proletariado se torna capaz de tomar consciência das finalidades da luta que trava.

Apesar de vitorioso na Revolução Russa, as próprias advertências que Lenin lança ao corpo do texto não foram capazes de provar erradas as críticas a ele empreendidas por Rosa Luxemburgo. Ocorre, de fato, que como disse a revolucionária alemã, o movimento comunista se desenvolve de tal maneira que a organização do partido o substitui, a Comitê Central substitui a organização do partido e, por fim, um ‘ditador’ substitui o Comitê Central.

## 1.6 O Desenvolvimento do Partido Leninista

Um longo percurso atravessa a obra *Que Fazer?* de Lenin, a consolidação do partido bolchevique na Rússia revolucionária e a posterior hegemonia deste no movimento comunista mundial, a qual nos ateremos adiante. Não foi um período imune a contradições, em que teoria e prática se desmentiam constantemente e questões centrais, como a autonomia do desenvolvimento político do comunismo em cada país sofriam avaliações ambíguas e contraditórias em espaços curtos de tempo – ou ao mesmo tempo.

Em todas as modificações que a ideia do partido atravessou no pensamento de Lenin – e não poderia ser diferente, dada a proposta do autor de conciliar teoria e prática revolucionária em uma conjuntura absolutamente instável e eivada de mudanças – se pode notar que em “[...] todos estes modelos era a ideia de uma vanguarda centralizada, que se empenhasse em fundir a teoria e a consciência dos socialistas com o movimento espontâneo dos operários”<sup>35</sup> uma ideia central e constante em seu pensamento. Esta característica se mostrará persistente em seu pensamento, e, posteriormente, no movimento bolchevique, e, finalmente, no movimento comunista mundial.

---

<sup>34</sup> LUXEMBURGO, 1972: 46.

<sup>35</sup> JOHNSTONE, 1988: 16.

Até o ano de 1909 as liberdades se ampliaram consideravelmente na Rússia e a concepção de Lenin pôde experimentar avanços em relação ao centro do partido. Ocorre que, os anos entre 1909 e 1912 – conhecidos como o período da reação – “[...] teriam graves efeitos sobre os destinos do partido na Rússia; e os bolcheviques constataram que seu método de trabalho, mais ‘duro’ e disciplinado colocava-os em condições de responder melhor às exigências do movimento do que os mencheviques”<sup>36</sup>. A luta entre bolcheviques e mencheviques se intensifica, com a defesa, de um lado, do “[...] único tipo justo de edificação organizativa na época em que estamos atravessando [...], o partido ilegal”<sup>37</sup> e o partido legal e mais amplo, defendido pelos mencheviques.

A cisão definitiva dos bolcheviques com os mencheviques data de 1912, nascendo aí o Partido Bolchevique, “[...] que reunia uma organização distinta de marxistas revolucionários”<sup>38</sup>. Aqui, Lenin, “ainda não considerava este tipo de organização como um protótipo internacional”<sup>39</sup>. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o apoio dos partidos da II Internacional à guerra, entretanto, “[...] Lenin esboçou um novo tipo de partido em escala internacional, que seguisse o exemplo bolchevique”<sup>40</sup>. Estava plantada a semente para a criação da Internacional Comunista.

### **1.7 A Revolução Mundial e a criação da Internacional Comunista: a questão nacional**

Após a Revolução Russa de 1917 seus atores acreditaram – e nisso depositavam as possibilidades também de seu sucesso revolucionário – em uma voga revolucionária que atingiria primeiramente os países de capitalismo avançado, localizados na Europa ocidental. O que acaba por ocorrer, ao contrário, é o sufocamento e o recuo do movimento revolucionário em toda a Europa. Os revolucionários russos acabam desacreditados quanto a outras possibilidades revolucionárias que não sigam o modelo vitorioso em outubro. A partir daqui fenômenos com fortes características particulares passam a serem vistos em uma ótica universalista. Isto ocorre tanto em relação às características

---

<sup>36</sup> *Idem*: 38.

<sup>37</sup> LENIN, 1976.

<sup>38</sup> JOHNSTONE, 1988: 39.

<sup>39</sup> *Idem*: 39.

<sup>40</sup> *Ibidem*: 41.

específicas do capitalismo tardio russo, quanto à criação do Partido Bolchevique, gestado em um longo processo de debates e disputas internos no seio da social democracia russa.

Lenin desenvolve, em sua obra, duas perspectivas de revolução. A revolução em sentido estrito, política, possui como traço distintivo a tomada de poder pela classe operária em um marco estatal definido. Por outro lado, há a revolução em sentido amplo, tratada como revolução social, transformadora de estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade. Enquanto a primeira se realiza em um marco temporal específico, o marco nacional, a segunda é, por essência, mundial, compreendendo toda uma época histórica, não possuindo um marco cronológico rígido, mas, ao contrário, amplo<sup>41</sup>. Neste sentido:

No curso da revolução de 1905-1917, Lenin reflete sobre a interdependência dialética entre a Revolução Russa e a revolução socialista [...]. Ele não considera apenas que a ‘revolução política russa será o prólogo da revolução socialista europeia’; considera, ao mesmo tempo, que o destino da Revolução Russa depende de que seja efetivamente ‘prólogo’ [...]. Para ver com confiança a perspectiva da Revolução Russa, Lenin *precisa* ter confiança na maturidade revolucionária do proletariado do Ocidente<sup>42</sup>.

Para Lenin, neste momento, o grande problema para o proletariado europeu, no início do Século XX, ao dispor das condições necessárias para a superação da ordem capitalista era a inexistência de um partido revolucionário, de um agente capaz de realizar a revolução, sendo certo que “[...] sem partido revolucionário não há vitória da revolução”<sup>43</sup>.

A Internacional Comunista é fundado em 1919 como o ‘partido mundial da revolução’. A partir da análise do imperialismo feita por Lenin em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, o movimento comunista internacional chegava a duas conclusões: “[...] primeiro, só uma revolução socialista poderia arrancar a humanidade do beco sem saída para o qual foi levada pelo imperialismo e as guerras imperialistas”<sup>44</sup> e, por outro lado, “[...] era necessário superar o Estado nacional, tarefa que só poderia ser

---

<sup>41</sup> CLAUDIN, 2013, páginas 63 a 65

<sup>42</sup> *Idem*: 67.

<sup>43</sup> *Ibidem*: 72.

<sup>44</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. 3ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

cumprida pela revolução”<sup>45</sup>. Há uma forte crença otimista na perspectiva da revolução mundial. Era necessário agir.

O historiador italiano Aldo Agosti afirma que o grande otimismo após a revolução de Outubro e a perspectiva revolucionária iminente “[...] fez com que o movimento comunista confundisse desejo e realidade, subestimando a solidez do regime burguês e superestimando o potencial revolucionário do Ocidente”<sup>46</sup>. Lenin, analisando o capitalismo neste momento “[...] tende a hipertrofiar a sua fase destrutiva e minimizar seu aspecto motor, a função que tais contradições desempenham como elemento de dinamização e adaptação ao mecanismo capitalista”<sup>47</sup>.

O fato é que a onda otimista foi curta. Já no III Congresso da IC, em 1921, a perspectiva da revolução mundial se coloca em cheque, e começa a ficar claro que “[...] a suposta ‘maturidade’ (da revolução) se fundava em fórmulas marxistas gerais, e não em uma investigação concreta do processo real”<sup>48</sup>. O resultado do recuo revolucionário em solo europeu é que o Partido Bolchevique e o modelo russo de revolução cada vez mais passam a adquirir, com seu fortalecimento em relação ao restante do movimento comunista, um caráter de único movimento possível, em uma forte perspectiva universalista, com o passar do tempo:

Lenin projeta sobre o processo europeu – e inclusive mundial – o modelo do processo russo de fevereiro-outubro [...]. O gênio de Lenin não escapa à tentação que instiga a todo chefe revolucionário vitorioso: fazer da *sua* revolução o modelo ao qual devem-se ajustar as novas revoluções<sup>49</sup>.

Se com Lenin esta perspectiva não deixa de ser contraditória, rodeada de idas e vindas, e existe uma real contestação do autor em relação à eminente revolução mundial e à transplantação do modelo bolchevique para o restante do mundo<sup>50</sup>, chegando a

---

<sup>45</sup> VIANNA, M.:2011, página 43.

<sup>46</sup> VIANNA, 2011: 43..

<sup>47</sup> CLAUDIN, 2013: 79, *apud* VIANNA, 2011: 43.

<sup>48</sup> CLAUDIN, 2013: 82.

<sup>49</sup> *Idem*: 77.

<sup>50</sup> Esta própria contradição a que o pensamento de Lenin está inserido neste momento pode ser percebida em sua obra *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, em que, de um lado, o autor ressalta valores da revolução russa que possuem um caráter válido universalmente e, de outro, enxerga a particularidade russa como país atrasado, que após o sucesso revolucionário da tomada do poder político nos países de capitalismo avançado, voltaria a se colocar no polo atrasado do desenvolvimento no âmbito mundial, desta vez, entretanto, em uma perspectiva socialista.



transitar “[...] pelos dois polos, aqui fazendo a crítica da absolutização de algumas táticas bolcheviques, acolá generalizando certos instrumentos históricos de luta a todos os países, incluídos com sucesso na revolução de 17 [...]”<sup>51</sup>. É inegável, entretanto, que “[...] as bases para a futura manipulação stalinista do Movimento Comunista Mundial encontravam-se já na estruturação da IC, traçada por Lenin”<sup>52</sup>. Os preceitos levantados pelo líder bolchevique, reforçados, chegam ao caráter de dogmas incontestáveis no seio da IC após sua morte. A partir de Stálin, “[...] o modelo russo de revolução é elevado à um patamar clássico”<sup>53</sup>.

A perda de perspectiva de uma revolução no âmbito mundial leva o Partido Comunista Soviético a formular a doutrina do ‘socialismo num só país’, que terá como um de seus resultados levar a “[...] IC a treinar seu exército internacional em defesa da URSS, descartando qualquer especificidade ou interesse nacional que não se expressasse numa propaganda mecanicista e pobre da União Soviética”<sup>54</sup>. Nos países sem grande tradição operária, como o Brasil, esse processo tenderia a ser mais grave, pela própria fragilidade do movimento gestado em terreno nacional.

## 1.8 A Bolchevização dos Partidos Comunistas

A bolchevização dos partidos comunistas se inicia a partir do ano de 1924. Como mostra Milos Hájek, a palavra de ordem é levantada a partir de, por um lado, a derrota da insurreição alemã em 1923, e, por outro “[...] dos acontecimentos que marcaram o fim da crise pós-bélica da sociedade capitalista e possibilitaram sua passagem ao período da estabilização” e, a partir disso, o “[...] reconhecimento da incapacidade dos partidos não russos para a conquista do poder”<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup> FERREIRA, Pedro Roberto. A Revolução em etapas e a bolchevização precoce dos comunistas no Brasil (anos 20). Revista Mediações, Londrina, v. 2, p. 27-31, 1996, página 27.

<sup>52</sup> VIANNA, M., 2011: 43.

<sup>53</sup> ANTUNES, Ricardo. Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Campinas, p. 45-62, 1995, página 13.

<sup>54</sup> VIANNA, M., 2011: 45.

<sup>55</sup> HÁJEK, 1988: 197.

Na reflexão sobre as causas do refluxo do movimento revolucionário internacional, sai vitoriosa a perspectiva acerca da deficiência dos demais partidos membros da Internacional Comunista em realizar o assalto ao poder, de um lado, e a convicção, de outro lado, da total capacidade do partido bolchevique para a consecução dessa tarefa<sup>56</sup>. Em discurso no V Congresso da IC, em 1924, dirá Zinoviev sobre o processo de bolchevização:

A bolchevização não deve ser entendida no sentido de transferência mecânica da experiência russa para o partido alemão e os outros partidos. [...]. Por bolchevização, entendemos a assimilação, por parte dos partidos, daquilo que de significativo, de internacional, existe no bolchevismo, a que se referia o companheiro Lenin em Esquerdismo, doença infantil do comunismo. Por bolchevização dos partidos, entendemos [...] a pertinência de qualquer manobra estratégica na luta contra o inimigo. Bolchevização significa firme vontade de lutar pela hegemonia do proletariado, significa ódio ardente à burguesia, aos líderes contra-revolucionários da social-democracia, ao centrismo e aos centrais, aos semicentristas e pacifistas, a todos os abortos da ideologia burguesa. Bolchevização é a criação de uma organização compacta, monolítica e fortemente centralizada, que supera amigavelmente as divergências em suas filas, como nos ensinou o companheiro Lenin. Bolchevização é marxismo em ação, é dedicação à ideia da ditadura do proletariado, à ideia do leninismo<sup>57</sup>.

Apesar das ponderações constantemente realizadas pelo núcleo dirigente da IC sobre a transplantação do modelo russo à realidade distintas, neste momento, “[...] a palavra de ordem indicava a aspiração por um desenvolvimento que seguisse o modelo russo”<sup>58</sup>. Como mostra Claudin, a campanha de bolchevização dos partidos tem entre suas principais motivações justamente a “necessidade de a política e as formas de ação de cada partido se ajustarem às características nacionais”<sup>59</sup>, entretanto, um obstáculo fundamental a esta consecução será justamente o próprio mecanismo de direção e funcionamento da Internacional Comunista.

A aspiração dos bolcheviques em influenciar o movimento comunista internacional abarcou todos os aspectos da vida dos partidos comunistas. No campo da organização, “[...] no tocante ao regime interno do partido, sobretudo o centralismo foi

---

<sup>56</sup> *Idem*: 198.

<sup>57</sup> HÁJEK, 1988: 198.

<sup>58</sup> *Idem*: 200.

<sup>59</sup> CLAUDIN, 2013, p. 133.

ênfatisado”<sup>60</sup>. Centralismo esse, entretanto, que bem diferente do centralismo democrático defendido por Lenin nos anos de abertura do partido, já caracterizava um quadro em que “[...] embora os opositores não tivessem sido expulsos do partido, estavam reduzidos ao silêncio, e já se falava de monolitismo”<sup>61</sup>.

De acordo com Claudin, se o partido leninista é desenvolvido a partir das duras condições do czarismo, não deixa de ter como tendência, que mais tarde se desenvolveria, o “[...] autoritarismo, à ditadura do chefe, à uniformização burocrática; ao que numa palavra se pode resumir ao conceito de ‘monolitismo’”<sup>62</sup>. Na condição que passa a vigorar, “[...] não basta que a minoria aceita a lei da maioria – é preciso que não haja minoria”<sup>63</sup>.

O campo teórico marxista, que até então se desenvolvia constantemente, em amplos debates, passa a se subordinar, contrariamente ao pensamento de Lenin, ao modelo organizativo previamente definido de partido revolucionário, nos quais “[...] os debates de ideias ocuparam um espaço cada vez mais reduzido e negligenciável”<sup>64</sup>, passando a ser inviável a crítica séria, desaparecendo “[...] os momentos positivos da democracia: a discussão aberta, a crítica”<sup>65</sup>, que haviam sido as bases de formação do partido bolchevique. O marxismo é paralisado, tendo ficando em crise não “[...] somente a direção revolucionária em um sentido reduzido, de direção estratégica e tática, mas a teoria revolucionária, sua capacidade de investigar a realidade para transformá-la”<sup>66</sup>.

Esse momento na história da IC terá uma grande influência em suas sessões nacionais, que terão nitidamente sua autonomia relegada a um segundo plano. Em tom de lamento, afirma Claudin:

A autonomia relativa da Revolução Russa em relação ao processo revolucionário mundial fora da URSS implicava a autonomia relativa das revoluções pendentes – revoluções nos países do Ocidente e do Oriente – em relação à Revolução Russa. O reconhecimento consciente, teoricamente fundamentado, dessa autonomia recíproca dessa autonomia recíproca e de seu caráter relativo, de seus limites, determinados em cada caso pela situação concreta, teria sido

---

<sup>60</sup> HÁJEK, 1988, p. 208.

<sup>61</sup> *Idem*: 208.

<sup>62</sup> CLAUDIN, 2013: 136.

<sup>63</sup> *Idem*: 141.

<sup>64</sup> HÁJEK, 1988, P. 210.

<sup>65</sup> *Idem*: 210.

<sup>66</sup> CLAUDIN, 2013, p. 101.

extraordinariamente fecundo para o movimento revolucionário, para a IC. Teria aberto a via para a autonomia teórica, política e organizacional dos partidos comunistas e para uma nova estrutura de sua organização internacional<sup>67</sup>.

No campo ideológico o espaço para o debate interno no partido foi drasticamente reduzido. De fato, e isso não deixa de afetar os comunistas brasileiros, “[...] a enorme repercussão internacional da Revolução de Outubro contribuiu para ocultar seu caráter essencialmente russo”<sup>68</sup>. Em um momento de necessário debate político e teórico sobre o futuro do movimento revolucionário, em uma conjuntura cada vez mais adversa, é decretada a segurança teórica como princípio do movimento comunista. O marxismo leninismo então é proclamado “[...] como o único marxismo possível da atualidade”<sup>69</sup>.

Passa a existir uma forte contradição em que o “[...] regime interno da Internacional Comunista, que fazia referência à ideia leniniana segundo a qual não há práxis revolucionária sem teoria revolucionária”<sup>70</sup> se torna um espaço que limita ao máximo qualquer possibilidade de pensamento político que ouse não aceitar em um viés dogmático as diretrizes do Comitê Central do Partido. O fenômeno se desenvolve de tal maneira que “[...] a discussão política e teórica se vai convertendo numa espécie de rito pelo qual se transmite a verdade que emana do alto”<sup>71</sup>. Este fato fica claro com a mudança cronológica em relação aos Congressos das Seções Nacionais da Internacional Comunista e o Congresso da Internacional Comunista, “[...] pois a partir de então os congressos nacionais seriam realizados depois do congresso mundial e não antes, como até o momento”<sup>72</sup>. Se, anteriormente, a teoria era debatida, posteriormente, a verdade era transmitida.

Estas circunstâncias fazem que neste período a IC passe a adotar uma política ultra esquerdista e sectária, não buscando diálogos com classes sociais que mesmo imediatamente pudessem ter interesses coincidentes aos da IC. Nasce o período da política de ‘classe contra classe’, no qual a social democracia passa a ser vista como principal inimiga do movimento revolucionário, por ludibriar as massas, sendo alcunhada de *social fascista*, termo desenvolvido no VI Congresso da IC, realizado no ano de 1928.

---

<sup>67</sup> *Idem*: 104.

<sup>68</sup> *Ibidem*: 104.

<sup>69</sup> HÁJEK, 1988: 211 e 212.

<sup>70</sup> *Idem*: 218.

<sup>71</sup> CLAUDIN, 2013, p. 134.

<sup>72</sup> ROIO, 2007.

Foi este o Congresso que pela primeira vez trouxe um capítulo específico de discussão sobre a América Latina, que trará graves consequências ao Partido Comunista do Brasil, ainda em processo de formação e amadurecimento político e teórico.

## 2 DOS TENENTES À MOSCOU: BASES NACIONAIS E INTERNACIONAIS NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO PCB NA DÉCADA DE 1930

### 2.1 Introdução

No presente capítulo, já compreendendo a política da Internacional Comunista que chega de Moscou ao PCB no final da década de 1920, tentaremos ver como essa política se coaduna com características internas da formação política e social brasileira e acabam por influenciar na formação e atuação do Partido Comunista do Brasil. Não nos olvidando do caráter internacional que o movimento comunista possuía na década de 1930, nos parece também necessário determinar como a política nacional se fez presente no partido.

O final da década de 1920 e o início da década de 1930 é, sem dúvidas, o período de maior influência da Internacional Comunista sob a política do PCB. Este fato, entretanto, não pode gerar uma negligência em nossa análise da política interna brasileira, notadamente o Tenentismo, sob as fileiras do Partido e suas perspectivas de revolução e transformação da sociedade. Contudo, nos parece que foi justamente a política interna a mais determinante na formação política do PCB.

Examinando a herança tenentista que acabam por se inserir no Partido Comunista do Brasil se faz necessário, inicialmente, caracterizar esse movimento e suas motivações políticas e ideológicas. De antemão já afirmamos não ser nossa intenção fazer uma determinação rigorosa das características do movimento que, nos anos posteriores à sua formação, verá seus membros trilharem caminhos políticos e ideológicos extremamente díspares e muitas vezes conflitantes. O que nos parece, entretanto, é que por mais que ideologicamente os diversos tenentes tenham trilhado diversos caminhos, e sua política tenha sido heterogênea em relação ao *conteúdo*, sua *forma* de atuação se manteve de alguma maneira constante em seus herdeiros políticos.

Podemos afirmar que, apesar de o levante comunista de 1935 e o golpe militar de 1964 terem sentidos ideológicos situados em campos diametralmente opostos, em relação à atuação das forças armadas, encontramos uma grande semelhança, isto é, uma política moderadora, saneadora, intervencionista e rupturista da ordem institucionalmente estabelecida. A tutela das forças armadas sob a política brasileira não pode ser de maneira

simples definida como pertencente ao espectro da esquerda ou da direita. Neste capítulo analisaremos como Luiz Carlos Prestes, ao ingressar no PCB em 1930, não passa por uma grande ruptura em seu modo de agir politicamente. O Levante de 1935 mostra que a quartelada ainda era vista pelo agora dirigente comunista como a maneira mais eficaz de se chegar ao poder no Brasil.

No plano externo, como vimos, a IC é essencial para se compreender como o marxismo chega ao PCB. Ao final dos anos 20 e início dos anos 30 a IC passa por um período de forte sectarização. Os Partidos Comunistas se deveriam guiar pelo modelo bolchevique de partidos de vanguardas. Os quadros do partido deveriam ser depurados constantemente, a fim de livrar o partido de ideologias estranhas ao comunismo. Se Prestes se dá conta dos problemas estruturais que o Brasil possui em seus anos de Coluna, a IC é vista pelos novos comunistas brasileiros como uma política que, se, de um lado, ideologicamente respondia a seus novos anseios acerca da crítica aos limites da democracia liberal, de outro, representava uma convergência na forma de se fazer política. Assim, para os tenentes brasileiros que aderem ao comunismo, especialmente Luiz Carlos Prestes, o *partido leninista de vanguarda* não será um instrumento estranho, mas uma nova manifestação política que se encaixa a sua concepção em relação ao movimento político de vanguarda.

Como escreve Gildo Marçal Brandão, ao se referir ao PCB, em ‘duas almas do partido comunista do Brasil’<sup>73</sup>, se desenvolve o comunismo aqui com um partido que ora terá predomínio em sua política de uma absoluta descrença em relação a qualquer possibilidade de desenvolvimento pacífico e institucional do Brasil capaz democratizar a sociedade brasileira; assim, partirá da premissa de que a democracia só pode ser alcançada pela ponta do fuzil<sup>74</sup>. De outro lado, existirá um partido que buscará lutar institucionalmente por avanços políticos e sociais que considere significativos. Nos parece que compreender de um lado, a política da IC e, de outro, a política Tenentista, se faz essencial para estudar as bases de formação de uma política rupturista no desenvolvimento do movimento comunista brasileiro.

Apesar de se referenciarem constantemente à Moscou e aos feitos dos bolcheviques, o que veremos é um forte enraizamento da política dos comunistas no desenvolvimento político nacional. Com frequência, intelectuais que, em algum

---

<sup>73</sup> BRANDÃO, Gildo Marçal. A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>74</sup> KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. São Paulo: Graal, 1980.

momento, se encontraram próximos das fileiras do Partido Comunista do Brasil partem de uma crítica exacerbada à atuação do Partido, buscando exorcizar o que deu errado, para enfim descobrir qual seria a justa perspectiva. Assim, o quadro amplo da política passa a ser ignorado, o Partido se torna o único responsável pelos seus atos e seus insucessos se devem às suas carências: de organização, teórica, política. Nesta linha, não raramente, ao se tratar de 1935, o PCB é alcunhado de golpista. Ora, se o era, não era sozinho. A Era Vargas (1930-1945) nasce e morre em golpes militares. Trata-se de, sem ignorar o desenvolvimento da política da IC, determinar a atuação do partido, a partir das “tradições políticas e a mentalidade dos diversos setores, grupos e classes que atuavam na sociedade brasileira à época”<sup>75</sup>.

## **2.2 A Política Tenentista e a Esquerda Militar**

O Tenentismo é conhecido historicamente como movimento armado de jovens oficiais que se opuseram às forças oligárquicas que dominavam a política brasileira durante a Primeira República (1889 - 1930). Nosso objetivo não é estudar propriamente o movimento tenentista. Procuraremos determinar a influência do movimento militar armado de esquerda que se inicia no Século XX na formação das concepções do PCB sobre a sociedade brasileira, notadamente a partir da década de 30, quando Luiz Carlos Prestes ingressa nas fileiras comunistas. Nos parece essencial, portanto, para fins de análise, examinar primeiramente a ideologia e a ação tenentista, atentos à sua influência na formação do PCB.

A nossa hipótese inicial, a ser demonstrada, é o fato de que por mais que ideologicamente Prestes e o PCB passem a se aproximar a partir de 1928 da Internacional Comunista (IC) e de suas concepções acerca dos países semicoloniais – nos quais se encaixava o Brasil - essa ideologia exógena à realidade brasileira é assimilada a partir de fortes bases endógenas formadas em diversa cultura política. Não há de se negar a influência da doutrina marxista leninista no PCB, mas de compreender como esta é recebida por esse Partido no período aqui estudado. Vindo o Tenentismo de uma forte influência positivista em suas bases teóricas, a aproximação da IC ao movimento

---

<sup>75</sup> VIANNA, M.: 2011, p. 20.



contestador brasileiro significará uma união de ideias muito singular de Augusto Comte e Karl Marx no Brasil. Neste sentido, escreve João Quartim de Moraes:

[...] a doutrina de Augusto Comte continuava a constituir a principal referência intelectual do pensamento militar brasileiro de então. Ao interpretá-la num sentido favorável à causa dos trabalhadores, o general Ximeno colocou o progresso antes da ordem, ou, mais exatamente, concebeu o progresso como condição para uma ordem que não fosse, como a ordem vigente, uma desordem moral e social. O grande interesse desta posição está em constituir um elo original na evolução do pensamento de esquerda brasileiro. Ora, foi justamente durante os anos 20 que se forjaram as matrizes teórico-doutrinárias do PCB, a partir de uma dupla e convergente evolução ideológica: a do movimento operário do anarquismo ao bolchevismo e da pequena burguesia radical do positivismo para o marxismo. A explosiva aproximação da esquerda militar - prestista mais do que tenentista - com a esquerda comunista constituiu, no plano intelectual, uma aproximação entre Augusto Comte e Karl Marx<sup>76</sup>.

Por outro lado, em termos de ação, muito parece ter sido incorporado pelo PCB na década de 1930 das quarteladas que já se faziam presente na desenvolvimento político do Brasil. As intervenções militares como moderadoras da disputa política civil já se mostravam presentes e, o Levante de 1935 indubitavelmente carrega essas características. Em um momento em que a IC, em seu VII Congresso, fazia uma drástica virada em sua política, alegando a necessidade de formação de frentes amplas e antifascistas com todas as classes sociais que se opusessem ao crescimento da extrema-direita, 1935 nos foi percebido como um evento marcadamente nacional, apesar de suas fortes bases internacionais - anteriores à 1935, no que se refere à Internacional Comunista. Buscaremos, aqui, determinar a influência do tenentismo, em geral, e de sua vertente à esquerda, em particular, na formação da política do Partido Comunista do Brasil.

O primeiro autor brasileiro a escrever sobre o Tenentismo foi Virgílio Santa Rosa, em 1933, em seu célebre *O Sentido do Tenentismo*<sup>77</sup>. Em sua análise, o Autor faz uma interessante ligação entre o desenvolvimento da economia brasileira a partir da abolição da escravidão e da independência, ainda no Século XIX, e suas consequências na formação da sociedade brasileira em sua nova fase burguesa. Argumenta Santa Rosa que a história republicana brasileira pode ser compreendida a partir da evolução da burguesia nacional. Se a queda do Império fortalece a burguesia nacional, única classe a desfrutar dos progressos materiais do início do Século XX, em detrimento da então aristocracia

<sup>76</sup> MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar*. Vol. 2. São Paulo: Siciliano, 1994.

<sup>77</sup> SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

agrária. Com um Estado que agia de acordo com os interesses dessa classe social, “[...] pouco a pouco, com o andar dos anos, surgiu uma plutocracia brasileira, tênue e apagada, como o nosso capitalismo e movendo-se numa estrutura constitucional, inteiramente favorável aos seus sonhos de predomínio”<sup>78</sup>. Não há aqui uma mudança estrutural na economia brasileira.

A nascente burguesia se apossa das terras e inicia um novo ciclo de produção. O poder político e econômico passa a se deslocar para São Paulo, notadamente concentrado nos latifúndios do Oeste Paulista, tendo o café como principal cultivo local. O tímido desenvolvimento industrial brasileiro do início do século XX nasce atrelado e dependente do capital agrário. Investir na formação de indústrias passa a ser uma das aspirações de lucro desta nova burguesia rural.

Nos anos de 1920, entretanto, o Brasil passa por profundas transformações. Moraes deixa claro o vício de origem de Primeira República. Seus líderes aderem ao republicanismo sem um sentido republicano, mas sim em uma perspectiva pragmática de se afastarem dos mandos do poder central<sup>79</sup>. Em uma democracia formal extremamente restrita à participações divergentes das oligarquias regionais, o liberalismo aqui é encarado como uma excessiva autonomia local - com uma hegemonia do mando local formada a partir da violência e de fraudes institucionais.

O ponto de virada da década de 20, entretanto, se encontra no surgimento de novos atores demandando por participação na vida política e cultural brasileira. Em 1922 ocorre em São Paulo a Semana de Arte Moderna, um marco na histórica cultural brasileira. No mesmo ano, é fundado em Niterói o Partido Comunista do Brasil. O grande crescimento que atravessa São Paulo e Rio de Janeiro passa a gerar uma sociedade mais diferenciada, classes médias urbanas que passam a ter novas aspirações em relação à política nacional. O operariado destas cidades também almeja se manifestar. Há aqui uma conjuntura explosiva de um Estado se fechando constantemente de um lado - basta lembrar do predomínio de Estados de Sítio na década de 1920 -, e uma sociedade demandando participar deste Estado, por outro.

A questão, para Marly Vianna, se daria pela falta de interesses do grupo dominante em realizar qualquer mudança estrutural em nossa política. Se o Brasil se encontrava em uma posição periférica em relação aos países cêntricos do capitalismo, é essa a posição

---

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>79</sup> MORAES, op. cit.

que interessa ao grupo que se encontra no poder, que possui seus ganhos dados majoritariamente pela exportação de matérias primas<sup>80</sup>. Com a Crise de 1929, o desequilíbrio político que o Brasil atravessa na década de 1920 se soma a um desequilíbrio econômico que atinge a burguesia agroexportadora.

Se a sociedade passava a se diferenciar em classes sociais e papéis a desempenhar na estrutura econômica, esta diferenciação não refletiu na estrutura política. Ao contrário, “[...] todas as tentativas esboçadas pela pequena burguesia, para conquistar posições de mando no quadro político-social brasileiro, anularam-se de baque ante às resistências todo-poderosas dos interesses dos grandes proprietários de terras”<sup>81</sup>. O processo formação de uma sociedade e de uma cultura burguesa no Brasil não foi amplo e nem hegemônico. Este fato é um fenômeno verificado apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, de um modo geral. José Aricó, ao tratar do processo de modernização latino americano no Século XX, mostra que ainda era forte na ideologia política ocidental, pelo menos até a Revolução Russa, em 1917, de um progresso contente do capitalismo, em um viés teleológico, que colocaria as demais sociedades no mesmo patamar político, econômico e cultural das sociedades cêntricas. Entretanto, a América Latina rapidamente se transforma de uma vasta área de desagregação social, exacerbando tensões e desarticulando relações sociais adiando constantemente a constituição de novas sociedades de tipo europeu que o pensamento positivista concebia como inelutável<sup>82</sup>.

Grandes centros urbanos que passaram por um desenvolvimento industrial e passaram a ter uma sociedade mais complexa, como São Paulo e Rio de Janeiro. Poderíamos afirmar que há pequenos bolsões de sociedades burguesas rodeadas de um país ainda agrário e dominado por uma política de coronéis. Sobre esta política oligárquica, escreve Soares:

Insisto no caráter fundamental da relação entre infra-estrutura sócio-econômica e a superestrutura política. Desde a República - e antes dela - encontramos constantes no sistema político brasileiro: a) a dominação da política da maior parte dos Estados por uma oligarquia; b) a realização periódica de eleições, quase todas fraudulentas; c) a existência de constituições estaduais.

[...]

Não foi por acaso que estas características predominaram durante um período da História Política Brasileira e não em outro, nem foi por

---

<sup>80</sup> VIANNA, op. cit., p. 28.

<sup>81</sup> SANTA ROSA, op. cit., p. 29.

<sup>82</sup> ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.). História do marxismo. v.8. O marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 421.

acaso que elas tenderam a declinar com o avanço da urbanização e da industrialização, nem que o declínio foi mais acelerado e completo nos Estados que se urbanizam e industrializam mais rapidamente; tampouco foi por acaso que sua influência foi e é maior nos Estados menos urbanizados e industrializados.

[...]

A diferenciação sócio-econômica em classes, se transformada em oposição política consciente pela ideologia, é incompatível com a política oligárquica<sup>83</sup>.

A regra era um sistema político dominado pela fraude eleitoral crônica, uma autoridade pública privatizada e o controle do poder federal pelas oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais<sup>84</sup>. Para Santa Rosa, o crescimento e diferenciação de uma pequena burguesia nos grandes centros urbanos, de um lado, e a não abertura do sistema político eleitoral à esses elementos pela então dominante burguesia agrária fez com que a luta armada se tornasse a única possibilidade de mudança estrutural e efetiva na ordem política. Enquanto a pequena burguesia não tinha suas demandas sequer ouvidas pela cena política, o Estado se fechava para atender aos interesses oligárquicos<sup>85</sup>.

É nesse contexto histórico que se conforma a formação do Tenentismo no Brasil. Como aponta João Quartim de Moraes, influenciam na formação ideológica do Tenentismo o fato de as grandes cidades do Brasil atravessarem um processo de crescimento industrial, ao mesmo tempo que no âmbito internacional o Brasil sofria fortes constrangimentos dos bancos ingleses. Inicialmente, como não poderia deixar de ser, sua ideologia não era claramente formulada e elaborada. Representava, antes do que uma nova proposição, uma reação à realidade então vigente. Essa particularidade fez com que no corpo do tenentismo se abrigassem indivíduos que, em um contexto político posterior, em que o vago moralismo cedia espaço à posições político-ideológicas, assumissem posições política diametralmente opostas.

Na década de 1920 os tenentes não conseguem ir além de um debate moralista de crítica aos políticos de uma maneira geral e pela defesa de bandeiras institucionais que pudessem estabelecer no país um regime efetivamente liberal: reforma eleitoral, reforma agrária, e um complexo sentimento nacionalista e anti-imperialista. Inconformados, desde levante militar tenentista 1924 em São Paulo, “[...] a carcomida República das oligarquias

---

<sup>83</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, ps. 28 e 29.

<sup>84</sup> MORAES, op. cit., p. 72.

<sup>85</sup> SANTA ROSA, op. cit., ps. 31 e 32.

agrárias não cessou de ser contestada por uma esquerda militar rebelde<sup>86</sup>. Aqui Moraes não trata esquerda como algo absoluto no tempo e espaço, mas como algo a ser inserido como um parâmetro de análise em um determinado contexto político, histórico e social. Em contestação ao regime oligárquico vigente, na cena política brasileira da década de 1920, o Tenentismo estava à esquerda no espectro político.

O liberalismo da Primeira República era mobilizado em favor da autonomia estadual, que tinha como resultado o domínio da grande propriedade sobre a política nacional, em detrimento de liberdades públicas, igualdade de direitos, e demais cânones mobilizados pelo liberalismo em sua formação revolucionária na Europa. Nessa política desagregadora e dominada por verdadeiros clãs locais, dê todas as forças políticas no país, o Exército se coloca como a única possuidora de um caráter uma perspectiva nacional<sup>87</sup>, que não é, nesse momento, necessariamente, um fator de democratização, mas, sem sombras de dúvidas, é “[...] um fator de afirmação do poder *nacional* por oposição à segmentação do poder local/estadual do poder oligárquico”<sup>88</sup>.

São os jovens oficiais brasileiros o segmento social que no momento encontra capacidades de se unificar em torno de interesses anti-oligárquicos. Não poderiam deixar de ser, entretanto, mais do que anti-oligárquicos, sendo extremamente difusas e confusas suas demais posições. Nesta conjuntura de forte descontentamento:

Pouco antes da campanha a favor da modificação do Código Eleitoral Brasileiro, as nossas oligarquias foram surpreendidas pela eclosão de movimento armados. Os anos de 22, 24 e 26 foram celebrizados por essas incessantes revoluções e bernardas [...]. Faltava uma ideologia definida à subversão, mas o seu caráter explosivo tornou-se patente aos espíritos observadores. [...]. as forças reais que se agitavam, fora dos quadros políticos, eram as camadas novas da pequena burguesia, que esperneava sob o peso das massas rurais. A convulsão do ambiente de assentamento da questão facilitou um mal-entendido generalizado, felizmente em via de esclarecimento com o processo da Revolução de 1930<sup>89</sup>.

O agravamento das contradições no seio da oligarquia agrária fez com que surgissem divergências no seu próprio meio. O forte domínio de São Paulo e Minas Gerais também fazia com que o bloco no poder não fosse totalmente homogêneo e imune

---

<sup>86</sup> MORAES, op. cit., 31.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>89</sup> SANTA ROSA, op. cit., p. 40.

à quebras. Essa divergência, até então em estado latente, se intensifica na sucessão presidencial de Washington Luiz. A crise econômica que surge em 1929 é um fator desagregador de nossas elites, que cada vez mais se colocam insatisfeitas politicamente com o domínio paulista.

A Aliança Liberal se forma agregando oligarquias dissidentes, a nascente classe média e setores heterogêneos da sociedade. Os dois grupos majoritários desta Aliança, que posteriormente disputariam os rumos do Governo Vargas seriam, entretanto, os Tenentes que aderem ao processo revolucionário de 1930, de um lado, e a oligarquia dissidente, de outro. Santa Rosa a vê como um avanço, mas ainda limitado. A preocupação ainda se encontra no plano político, e não social, o que seria central para o autor. A pauta da Aliança Liberal se dá, inicialmente, por uma nova coloração a um liberalismo decadente. A Revolução de 1930, assim, não possui uma ideologia única que a domina. Antes, apresenta um descontentamento e uma negação da ordem vigente para os elementos da pequena burguesia, cuja principal expressão eram os tenentes e uma ruptura que se limitava ao plano político de oligarquias dissidentes.

Certamente a moderação das forças armadas em relação à política civil no Estado brasileiro não sei inicia com o movimento tenentista. Inegavelmente, do mesmo modo, este significou um aprofundamento deste modo de agir nos militares brasileiros. Podemos dizer que 1935 e 1964 possuem uma diametral diferença ideológica e de conteúdo. Seria ingênuo, entretanto, acreditar que a intervenção militar na política brasileira é uma exclusividade das forças conservadoras e contra-revolucionárias. Luiz Carlos Prestes e o PCB não participam de 1930, como veremos. A perspectiva, entretanto, de tomar o poder a partir de revoltas militares, sem um amplo envolvimento popular, permanece nos Tenentes que aderem ao comunismo. Apesar da distância de Juarez Távora e Prestes em 1935, concordamos com Marly Viana que este evento foi algo “saudosista e anacrônico, embalada pela mentalidade tenentista que ainda dominava significativos setores da sociedade”<sup>90</sup>.

### **2.3 O movimento comunista mundial e o Brasil: a bolchevização do PCB**

---

<sup>90</sup> VIANNA, op. cit, p. 36.

A bolchevização dos partidos comunistas se inicia em 1924. A reflexão vitoriosa após o refluxo do movimento revolucionário internacional, principalmente na Europa Ocidental, assevera a deficiência dos partidos membros da Internacional Comunista em realizar o assalto ao poder e a convicção da capacidade do partido bolchevique para a consecução desta tarefa. É o início da universalização de um fenômeno particular que Rossana Rossanda analisa como um processo dogmático e não marxista. A autora italiana afirma que o debate sobre a organização do partido, dominante neste período na Internacional Comunista, não é negligenciado por Marx, mas não é central em sua obra por um motivo específico: em uma concepção materialista da história a organização da classe operária revolucionária atenderá às demandas de seu tempo e contradições, sendo qualquer determinação anterior algo contra os próprios preceitos do marxismo<sup>91</sup>.

Se a bolchevização foi firmada nos anos 20 é nos anos 30, com a hegemonia de Stálin sobre o Partido Bolchevique e a IC, que se consolida o processo de *stalinização* do movimento comunista mundial, fato que se refere à métodos policialescos de intervenção nos diversos partidos nacionais. O controle direto sob as direções do partidos se dá majoritariamente nos partidos que se encontram próximos ao núcleo dirigente de Moscou e interessam mais imediatamente à União Soviética pela posição de seus países no capitalismo mundial. Nenhuma das duas situações abarca o Partido Comunista do Brasil, e, assim, “[...] o controle que sofreu foi político e ideológico e, por isso mesmo, a diferença entre ‘bolchevização’ e ‘stalinização’, perfeitamente clara nos partidos comunistas dos centros metropolitanos do capitalismo, é pouco perceptível entre nós”<sup>92</sup>.

É essencial compreender o processo político e cultural em que o marxismo chega no Brasil. O movimento comunista é anterior à cultura marxista. Com isso, concordando com Moraes, a classe operária revolucionária do Brasil recebe a doutrina oficial comunista no apogeu da IC, o marxismo leninismo, sob a hegemonia de Stálin. O autor parte de perspectiva de que a partir deste momento há um tratamento diferente em relação à teoria no seio do movimento comunista. Marx ou Lenin jamais acreditaram em um conhecimento teórico puro, que não fosse formado pelas contradições políticas e sociais em que o pensador estivesse inserido. Lenin “[...] não se contenta com a refutação da tese

---

<sup>91</sup> ROSSANDA, Rossana. De Marx a Marx: clase y partido. In: Cuadernos de Pasado y Presente. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1973.

<sup>92</sup> MORAES, João Quartim de. A Influência do Leninismo de Stálin no Comunismo Brasileiro. In: MORAES, João Quartim de. REIS, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil. v. 1. O Impacto das Revoluções. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 132.

de um adversário pela mera identificação dos condicionamentos de classe que o teriam inspirado”<sup>93</sup>. Sob Stálin, entretanto, “[...] é nítida a tendência a tratar a teoria em sua dimensão meramente instrumental e os teóricos como agentes desta instrumentalização”<sup>94</sup>. Os saberes teóricos e científicos de pesquisa desenvolvidos nos cânones do marxismo se tornam, ao máximo, um instrumento para corroborar a redução da teoria à doutrina marxista leninista<sup>95</sup>. O marxismo que chega ao PCB é uma teoria incapaz de questionar seus pressupostos. Não foi assim desde a fundação do Partido em 1922.

O II Congresso da IC realiza pela primeira vez um debate sobre a questão colonial. Nas teses ali geradas se assume a “[...] autonomia da situação colonial e a respectiva necessidade de uma descentralização”<sup>96</sup>. A IC ainda voltava, na periferia do capitalismo, suas atenções majoritariamente à China e Índia, países coloniais em que se enxergava um potencial revolucionário considerável. A contradição da Internacional é constante. Neste movimento popular, ora por mais controle sobre as seções nacionais da Internacional Comunista e ora pela maior independência, Aricó argumenta que esta perspectiva “[...]restou afinal esmagada por uma tradição obreirista que o leninismo paradoxalmente contribuiu para consolidar”<sup>97</sup>. Apesar desta abordagem, a América Latina seguirá negligenciada ao menos até o VI Congresso da IC, em 1928.

De acordo com Marcos del Roio, os partidos socialistas que surgem no Brasil nos anos 90 do Século XIX são natimortos e esse quadro não seria diferente até a 1ª Guerra Mundial, que vê a partir da Revolução Russa o marxismo ser colocado como “[...] uma força material de grande significado histórico universal”<sup>98</sup> que influencia o incipiente movimento operário brasileiro. A Revolução Russa levanta a esperança de possibilidade na mudança a partir da ação política. Vivendo em uma República Oligárquica a classe operária pensa ser possível aqui ‘fazer como na Rússia’ em um claro sentido de ruptura e reinício do desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

---

<sup>93</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>96</sup> ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.). História do marxismo. v.8. O marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 437

<sup>97</sup> Ibidem, p. 438.

<sup>98</sup> DEL ROIO, Marcos. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. REIS, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil. v. 1. O Impacto das Revoluções. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007a, p. 20.



Se em seu desenvolvimento a Internacional Comunista gera uma verdadeira paralisia no movimento revolucionário no âmbito mundial, que abarcaria desde o campo organizacional até o campo teórico, é inegável o fato de que no momento de sua criação que o otimismo revolucionário que esta carrega “[...] serviu de elemento catalisador de novas lutas e mobilizações em toda parte, provocando um impacto-político cultural”<sup>99</sup> de grandes proporções. A América Latina e o Brasil, especificamente, não ficaram inertes ante a esse movimento. No Brasil de 1917 a classe operária passa a se ver “[...] estimulada por suas precárias condições de vida, pela difusão da exploração capitalista e pelo impacto da Revolução Russa”<sup>100</sup>. Enquanto a Europa os partidos da III Internacional surgem após o rompimento com a II Internacional que havia aderido ao reformismo, no intuito de uma refundação do marxismo dirigida por Lenin na intenção de construção de um partido político de tipo novo, gestado nas disputas e contradições do movimento operário, no Brasil o PCB “[...] teve como núcleo dirigente um conjunto de ex-militantes egressos do anarcossindicalismo e que, pouco a pouco, sob o impacto da Revolução Russa, abraçavam o ideário comunista”<sup>101</sup>.

Antunes explica que até o surgimento do PCB não existe movimento socialista organizado no Brasil, com a total inexistência de um desenvolvimento teórico, político e ideológico desta corrente política já madura na Europa. A própria inexistência de uma cultura burguesa no Século XIX e início do Século XX que pudesse ser o ponto de partida para sua superação crítica dificulta a formação política e teórica do incipiente proletariado brasileiro. A leitura inicial da realidade brasileira pelo PCB não poderia deixar de ser limitada.

A tentativa de universalização da experiência russa e do partido bolchevique está presente desde o II Congresso da IC nas 21 condições de admissibilidade dos partidos na organização, acreditando na iminência da revolução a nível mundial e na necessidade que o partido revolucionário esteja no mundo todo pronto para agir no momento – que estava próximo – decisivo. Na prática significa que a Internacional Comunista:

Desde sua fundação, com as suas 21 condições, com o seu ultracentralismo, com a subordinação draconiana da periferia ao centro, da base à cúpula, a IC eliminava de si mesma, na prática, o ‘fato nacional’. E, com isso, interditava a via para assumi-lo em sua exterioridade (...). O partido que mais trabalhava sobre o ‘problema

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>101</sup> ANTUNES, op. cit., p. 27.

nacional', que mais avançava na compreensão do fenômeno nacional, europeu e colonial, em lúcido contraste com a 'ortodoxia' da Segunda Internacional; esse partido ignora o 'fato nacional' como *componente* do próprio movimento revolucionário, de sua organização internacional<sup>102</sup>.

Na fundação do PCB as 21 condições foram totalmente aceitas, passando a existir uma “[...] clara separação entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, assim como um ampliado estímulo para a formação de partidos comunistas em todas as partes”<sup>103</sup>. O grande objetivo dos comunistas brasileiros, neste momento, mais do que fortalecer suas precárias bases no movimento operário nacional, era o da “[...] sentida necessidade do estabelecimento de um vínculo orgânico com a IC”<sup>104</sup>. Se colocava a questão internacional como “[...] condição mesma para a legitimação do novo partido diante da massa operária do país e para seu enraizamento nacional”<sup>105</sup>. Na presença de um movimento operário extremamente frágil, desorganizado e incipiente, os militantes do PCB buscavam se legitimar no plano internacional como estratégia para se tornarem uma força política real ante à classe operária brasileira.

No início da década de 1920, mais do que de fato influenciar no processo político brasileiro os comunistas do Brasil almejam se tornar a Sessão Brasileira do exército bolchevique mundial. Isto se dá pela própria perspectiva em que o país está inserido mundialmente e a leitura do imperialismo realizado pela IC, de outro. Como afirma Astrojildo Pereira, a perspectiva inicial de luta contra o capitalismo no Brasil deveria se inserir em uma luta ampla contra o imperialismo, fenômeno externo responsável pelas contradições internas brasileiras<sup>106</sup>. No II Congresso do PCB em 1925 dominavam as teses desenvolvidas por Otávio Brandão em seu livro *Agrarismo e Industrialismo no Brasil*.

A contradição fundamental da sociedade brasileira, para os comunistas, após a proclamação da República era a de um Brasil dual, dividido entre forças agrárias, amparadas pelo imperialismo inglês, tradicional, e forças industriais, amparadas pelo imperialismo novo, norte americano. Analisavam que os movimentos políticos nacionais, como as revoltas tenentistas da década de 1920, “[...] são simplesmente enquadrados no

---

<sup>102</sup> CLAUDIN, op. cit., ps. 47-48.

<sup>103</sup> DEL ROIO, op. cit., 2007a, p. 72.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>106</sup> PEREIRA, Astrojildo. Ensaio Histórico e Político. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

esquema 'agrarismo-industrialismo', e dentro desse enquadramento isolados do contexto vido da situação política”<sup>107</sup>. Desde o início o PCB parte de uma perspectiva internacionalista para uma efetiva transformação social e política do Brasil. Se o país é uma semi-colônia, há de se lutar contra as forças imperialistas, colonizadoras<sup>108</sup>.

O PCB nasce com uma perspectiva cosmopolita da sua tarefa política tanto pela doutrina do imperialismo propagada pela IC quanto pela fragilidade do movimento operário na década de 1920. Astrojildo Pereira escreve em 1931 que o fato de existirem particularidades no Brasil não o tira do processo mundial do capitalismo em sua fase imperialista. Nesta fase, uma transformação efetiva da realidade brasileira só seria possível a partir de uma transformação planetária. Mais do que uma força política nacional, o PCB se enxergava como uma tropa de um exército internacional. A grande peculiaridade brasileira adviria de sua inserção no capitalismo, fato que faz com que o Brasil seja ainda um país colonizado mesmo após mais de um século de independência política<sup>109</sup>.

O fato de a luta na concepção do Partido ter de ser internacionalista não o impede de inicialmente tentar se aproximar de forças não comunistas. Ainda com liberdade e autonomia e sem o controle direto da IC - que viria a ocorrer ao final da década -, o PCB busca se aliar a setores que se opusessem ao modelo agrário de desenvolvimento ao país. Era necessário que o Brasil deixasse de ser, primeiramente, um país que estaria “[...] reduzido à monocultura de produtos coloniais”<sup>110</sup>. A noção de etapa desenvolvida no marxismo, iniciada por Lenin e consolidada por Stálin, é utilizada. Se o país se encontra em uma situação semi-feudal é necessário que se torne capitalista para superação desta realidade. Neste momento, o etapismo significativa “[...] a mudança do poder político, (em que) a base econômica da sociedade não é determinante para a (sua) definição”<sup>111</sup>. O PCB buscará, na década de 20, se aproximar das forças políticas que se encontravam no campo oposto ao da aristocracia rural presente no poder, visto que a perspectiva principal de Brandão que fora aqui assimilada pelo PCB era a de que os interesses agrários

---

<sup>107</sup> PEREIRA, op. cit., p. 92.

<sup>108</sup> MORAES, 2007, op. cit.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>111</sup> MORAES, 2007, p. 122.

articulados ao imperialismo constituíam o principal obstáculo à industrialização e ao progresso<sup>112</sup>.

O principal objetivo do PCB e seus dois principais dirigentes e intelectuais à época, Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, era o de se aproximar dos jovens militares rebeldes, vistos por estes como a pequena burguesia revolucionária que possuía o mesmo interesse imediato que os comunistas: derrubar o regime oligárquico. Essa tentativa se inicia em 1927 com a aproximação do PCB com o jornalista positivista Leônidas de Resende, dono do periódico *A Nação*, que, desde seu início, assume a palavra de ordem que prega a união entre operários e soldados<sup>113</sup>. O PCB busca disputar o legado da Coluna Prestes. Em dezembro de 1927, com farta bibliografia marxista leninista na bagagem, Astrojildo Pereira vai à Bolívia encontrar o Cavaleiro da Esperança em seu exílio. Pereira mostra como tenta mostrar a Prestes os objetivos que lhes parecem comuns, a aliança entre “o proletariado revolucionário sob a influência do Partido Comunista e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da Coluna e do seu comandante”<sup>114</sup>.

Essa política de união nascente, entretanto, sofreria duras críticas no III Congresso do PCB – ocorrido entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929 –, sendo possível verificar que “[...] este Congresso é posterior ao VI Congresso da IC e já é possível constatar que suas resoluções se aproximavam de algumas teses centrais que estavam dominando o cenário comunista internacional ao da década de 20”<sup>115</sup>. O resultado é uma repulsa à política de alianças. Este Congresso, ao tratar da América Latina constatou que greves operárias e revoltas camponesas locais seriam fatores que demonstravam o “[...] aprofundamento dos processos revolucionários no mundo latino americano, contrários à dominação imperialista”<sup>116</sup>. No auge da política sectária da IC e da tática de “classe contra classe”, a instrução para os comunistas latino americanos, vivendo a suposta situação revolucionária, era a implementação de *soviets* de operários, camponeses e soldados, e, como nos mostra Vianna, “[...] os comunistas não foram incentivados a buscar novas formas de organização que surgissem de lutas concretas”<sup>117</sup>.

---

<sup>112</sup> MOARES, 1994, p. 41.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>114</sup> PEREIRA, op. cit., p. 129.

<sup>115</sup> ANTUNES, op. cit., ps. 27-28.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>117</sup> VIANA, op. cit., p. 57.

Os Comunistas deveriam se preparar para a iminente revolução e se colocar como vanguarda e fazer com que seu único impedimento pudesse deixar de existir – a ausência do partido autenticamente revolucionário. O partido deveria ser um órgão extremamente centralizado e militarizado, se preparando para a iminente guerra civil. Seus quadros deveriam ser constantemente depurados para que não sobrem elementos vistos como vacilantes. Neste processo, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão são expulsos do Partido. É pregado o total afastamento do partido a todos os elementos identificados como pequeno-burgueses, incluindo a tendência *prestista*, identificada com os tenentes que continuam a seguir Prestes mesmo após seu afastamento dos demais tenentes. Prestes, entretanto, também aderiu a estas posições. Rompeu abertamente com seus comandados, lançou um manifesto em 1930 e deixa isto claro.

#### **2.4 O PCB na década de 1930: os tenentes bolcheviques**

A crise política e econômica do final da década de 1920 abre espaço para uma real política de oposição ao Governo Federal. É formada a Aliança Liberal. A formação desta aliança marca o rompimento definitivo de Prestes com o Tenentismo. Já inserido na perspectiva de “classe contra classe”, enxerga a Revolução de 1930 como um grande engodo contra-revolucionário em nossa história, que busca frear sua marcha natural em sentido do socialismo.

Se o objetivo do PCB desde 1927 era se aliar aos militares revoltosos, concordamos com Moraes que era esta união viável e capaz de se tornar a maior linha de força em oposição ao regime oligárquico. Prestes, convidado para chefiar militarmente a Revolução de 1930 é enfático na negativa. Fora esta, provavelmente, uma “[...] das grandes (e poucas) ocasiões históricas perdidas para imprimir um rumo nacional e democrático à evolução da sociedade brasileira”<sup>118</sup>:

Prestes, já alinhado na política do PCB de creditar como resultado das contradições internas do Brasil os interesses imperialistas de maneira mecânica e automática vê a Revolução de 1930 como campanha que tenta dar um viés democrático

---

<sup>118</sup> MORAES, 1994, p. 93.

à uma luta que, em verdade, se dava apenas no seio do poder oligárquico “[...] apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam”<sup>119</sup>. A perspectiva em uma transformação nacional que preze, inicialmente, liberdades democráticas, conquistas de direitos, ampliação do ensino, é irrisória a partir da posição que o Brasil ocupa no elo imperialista. Nesta feita, a verdadeira luta revolucionária pela independência do Brasil deve ser feita contra o imperialismo inglês e norte americano que disputam a hegemonia no processo político brasileiro a partir da ação de seus agentes, os representantes da burguesia agrária e industrial. Seria o momento de uma “[...] verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores”<sup>120</sup>. Urgia para o PCB uma revolução agrária e anti-imperialista. Esta mudança abrupta na política do Partido o deixa totalmente isolado dos acontecimentos políticos de 1930. A liderança militar da Revolução é creditada a Góes Monteiro, que fora justamente o General responsável pelo combate à Coluna. O resultado imediato da recusa de Prestes será o enfraquecimento do Tenentismo no novo bloco que se colocará no poder<sup>121</sup> e o isolando do PCB na política nacional.

## **2.5 A nova perspectiva da Revolução Brasileira: a Terceira Revolta**

Com a presença de Prestes e Tenentes que não aderiram à Aliança Liberal o PCB começa a formular sua perspectiva de revolução para o Brasil. Há uma perspectiva positiva em relação aos levantes armados da década de 1920 contra o regime oligárquico e em sua oposição à oligarquia lhes faltava uma efetiva consciência de classe e dos problemas nacionais. Agora os tenentes autenticamente revolucionários juntamente com a vanguarda da classe operária teriam a capacidade de tomar o poder, a partir da terceira explosão revolucionária (considerando a primeira a Revolta do Forte de Copacabana em 1922 e a segunda o Revolta Paulista de 1924).

Além de uma reivindicação das revoltas tenentistas da década anterior em uma linha positiva não se perde a concepção de uma revolta de vanguarda, aqui de militares rebeldes e operários, como a maneira mais rápida e eficaz de se tomar o poder. Este fato

---

<sup>119</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto à Aliança Nacional Libertadora. Publicado originalmente em “A Platéia” em 06/07/1935. Disponível em: <[https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=136:manifesto-de-prestes-para-a-alianca-nacional-libertadora&catid=1:historia-do-pcb](https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=136:manifesto-de-prestes-para-a-alianca-nacional-libertadora&catid=1:historia-do-pcb)>. Acesso em: 14/01/2018.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> MORAES, op. cit., 1994.

nos mostra que a adesão de Prestes e seus companheiros de Coluna ao PCB se dá pelo que poderíamos chamar de um preenchimento ideológico a um modo de fazer político que era dotado de diversas similaridades. O vanguardismo elitista, tão caro ao partido bolchevique, não escapava aos Tenentes. É uma clara afinidade eletiva.

Astrojildo Pereira, mesmo expulso do PCB, defende essas posições em escritos na década de 1930. Era chegada a hora da revolução. A Revolução de 1930 seria um engodo e agora, munidos de armas e ideologia os comunistas alcançariam a democracia na ponta dos seus fuzis, revoltando-se nos quartéis, nas fábricas e no campo. Há uma real crença de que em todo o território nacional as massas exploradas e oprimidas seguiram os passos de uma pequena “[...] heróica maioria de pioneiros, despertam para a luta contra os senhores que exploram e oprimem”<sup>122</sup>. Partindo o golpe final contra o capitalismo desta heróica vanguarda, as massas marchariam ao seu lado até a vitória final. Acreditando-se que o capitalismo estava em sua fase agonizante e final, tinha-se a certeza de que “só o Partido Comunista, que é o partido de classe do proletariado revolucionário, pode guiar as massas na luta, nas grandes e pequenas batalhas”<sup>123</sup>.

A partir do seu VII Congresso (1935), a IC muda sua perspectiva política. Sem um debate da mudança drástica de posição, passa a convocar os comunistas a se unirem à todas as forças políticas antifascistas em Frentes Populares. A política da Internacional Comunista é Pendular. Ao início da década de 1930 não credita um grande perigo à ameaça nazi-fascista. Por mais que as decisões e diretrizes se dessem de maneira centralizada e os documentos oficiais não abrissem uma perspectiva de disputa interna na própria IC, as posições não era unânimes em todos os seus dirigentes. Fora definitivo para a mudança de uma perspectiva de “classe contra classe” e aberta oposição aos partidos social democratas a atuação do revolucionário búlgaro Georgi Dimitrov. Sendo preso na Alemanha de Hitler e acusado, sem provas, de incendiar o Reichstag em 1933 - em evento crucial à consolidação do nazismo - o búlgaro consegue ser inocentado e ir para a URSS. Eleito à presidência da IC em 1934 defende abertamente a necessidade de união de todas as forças antifascistas e o abandono da perspectiva anterior. A mudança tática da IC, entretanto, se limitava a um debate de cúpula posteriormente transmitido às sessões nacionais.

---

<sup>122</sup> PEREIRA, op. cit., p. 190.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 206.

O PCB não é influenciado inicialmente por essa mudança e continua a pregar a luta armada contra o Governo de Vargas, o que nos leva a concluir que apesar da grande influência que a IC tem no partido, a partir de 1934 - ao menos - os fatores internos do Brasil são mais determinantes à atuação dos comunistas brasileiros do que os externos. Se forma no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Os comunistas apenas admitem participar desta frente quando é notório o crescimento da Ação Integralista Brasileira (AIB). Apesar de Prestes ter sido eleito o presidente de honra da Aliança, esta não continha apenas elementos comunistas ou favoráveis a uma ruptura armada da ordem. No início, extremamente ampla, tinha a presença de intelectuais, operários, socialistas, liberais, anti-fascistas em geral, e comunistas.

Os comunistas pareciam ainda interessados em alianças 'pela base', em que a função da união com forças não comunistas seria a de mostrar para o povo as reais contradições de seus movimentos e trazê-las para o movimento revolucionário de fato. Isto fica claro no Manifesto de Luiz Carlos Prestes de 1935. A ANL nasce para combater o fascismo no Brasil. Prestes, entretanto, se refere como principais inimigos a serem destruídos no país o Imperialismo e sua estrutura feudal. Não há mudança em relação à antiga concepção do PCB. Moraes dirá que há aqui pela parte de Prestes uma negação do princípio leninista de análise, ou seja, uma análise concreta de uma situação concreta. O imperialismo e a estrutura agrária do Brasil nada possuíam de específico no momento. O fator de união de forças heterogêneas era o anti-fascismo<sup>124</sup>.

Percebendo a polarização política em que se encontrava o país, os comunistas acreditam ter chegado a hora do assalto final ao poder, a Terceira Revolta. Ao pregar 'Todo Poder à ANL' esta é enquadrada na nova Lei de Segurança Nacional e posta na ilegalidade. Há uma forte desmobilização. Enquanto a IC já mudara seu discurso para uma convivência pacífica com forças políticas antagônicas o PCB, em um movimento político com bases mais fortes no tenentismo do que no bolchevismo, realiza a última batalha dos militares de esquerda, em 1935, que termina de maneira isolada e melancólica. A vanguarda militar de esquerda se levanta em Recife, Natal e Rio de Janeiro e desperta forte repressão estatal a que a população, que acreditavam Prestes e seus seguidores, pegaria em armas, assiste ao movimento passivamente.

---

<sup>124</sup> MORAES, op. cit., 1994.



### 3 O ESTADO NOVO, A TRANSIÇÃO DE 1946 E O PCB

#### 3.1 Da Revolução de 1930 ao surgimento do Estado Novo

A República brasileira surge, inicialmente, em 1889, embalada por influências positivistas nas forças armadas que, logo, será acrescida de um liberalismo de corte spenceriano<sup>125</sup> que legitimará o fortalecimento da sociedade brasileira enquanto autoritária e excludente em relação às classes populares, e a autonomia das províncias em relação à União. Teremos um período político, que durará até 1930, permeado por crises políticas e sociais, em um processo político por vezes muito contraditório. Exemplo claro está no governo de Campos Salles, que, como nos mostra Wanderley Guilherme dos Santos, ao buscar desenvolver um estado liberal no Brasil, abertamente burlará a constituição liberal de 1891<sup>126</sup>.

Edson Nunes em seu *A Gramática Política do Brasil* aponta três características da Primeira República Brasileira. Esta seria conservadora, oligárquica e regionalista. Vigorava a gramática política do *clientelismo*, com a dominância de favores pessoais e do empreguismo concomitantemente com a presença de um “*laissez-faire* repressivo”<sup>127</sup>. A lógica liberal vigente na Primeira República Brasileira se marca, portanto, por não criar relações impessoais, - o que Nunes se refere como universalismo de procedimentos - e pelo predomínio de um alto grau de liberdade econômica para as classes dominantes que atue concomitantemente com um alto poder repressivo estatal sobre as classes populares por parte do Estado.

Não há resultados liberais na Primeira República. Os ideólogos e políticos do liberalismo no Brasil, a este período, para justificar o liberalismo possível no Brasil à época, creditam seus limites à baixa qualidade moral dos brasileiros, que seriam analfabetos, mestiços, mal educados, sujeitos e aculturados e pela incompetência política dos líderes políticos. Ao deixar clara esta questão, Wanderley Guilherme dos Santos nos

---

<sup>125</sup> Referimo-nos aqui a Herbert Spencer (1820 - 1903).

<sup>126</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978) [1974], ‘A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa’, in *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas Cidades, pp. 65-117.

<sup>127</sup> NUNES, 1997.

mostra como se faz presente com muita força uma ideologia autoritária e escravista na elite política brasileira.

A partir dos anos 20, entretanto, aflora na cena política e intelectual do país um novo debate sobre a necessidade de modernização e de construção de uma ordem burguesa moderna, na contramão de uma ordem privatista arcaica que excluía a maior parte da população do jogo político<sup>128</sup>. A Revolução de 1930, no bloco heterogêneo que a compõe, terá forças políticas lideradas pelos tenentes que partem de uma perspectiva de mudanças profundas na sociedade brasileira e oligarquias regionais que estavam fora do poder político dominado por São Paulo e Minas Gerais, que querem participar do bloco do poder e frear as manifestações populares que passam a efervescer na cena política. É aqui a célebre frase do Presidente Antonio Carlos, de Minas Gerais, conclamando a revolução antes que esta seja feita pelo povo. Assim, tenentes modernizantes e oligarcas desalojados do poder se encontram, mesmo que de maneira momentânea, aliados em oposição ao Governo Federal. Há a presença de um espírito do 'conservar-mudando' que até então teria caracterizado nosso desenvolvimento político. Nesse sentido, afirma Werneck Vianna:

As amplas demandas por modernização econômica e social são acolhidas por setores tradicionais das elites, sob a liderança dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que, com o apoio de parte do tenentismo, das camadas médias e da vida popular nos centros urbanos, iniciam com a chamada Revolução de 1930, um novo andamento à revolução burguesa, já agora sob a chave clássica de uma modernização conservadora<sup>129</sup>.

De acordo com este autor, é no movimento de 1930 que o pensamento *ibérico* se reconstrói no Brasil, que fora abandonado desde o fim do II Reinado, tendo como interregno a Primeira República. Não é este o momento em que as bases agrárias da sociedade brasileira são superadas. A modernização se dará sem que a base de poder que rege a sociedade seja contestado. Werneck Vianna aponta um distanciamento entre os intelectuais e o povo que fez com que este ficasse indiferente em relação ao liberalismo aceitasse como natural a continuidade da 'revolução passiva'<sup>130</sup>.

---

<sup>128</sup> NUNES, 1997.

<sup>129</sup> VIANNA, L. W., 2004: 48.

<sup>130</sup>, *Idem*, 2004: 47, 48.

Como nos mostra Thomas Skidmore, na década de 1930 a sociedade brasileira passa a viver uma incipiente política ideológica e de massas<sup>131</sup>. A Ação Integralista Brasileira tem grande poder mobilizador das classes médias. Em resposta à ela surge a Aliança Nacional Libertadora, que também se enraíza neste estrato da sociedade, com um discurso também voltado às classes mais baixas. Um desenvolvimento político pautado na lógica do conflito, da disputa e da presença de pensamentos antagônicos na cena política é barrado, não obstante isso, pelo bloco que está junto a Vargas no poder, notadamente os militares Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra - que passam a se destacar no núcleo das Forças Armadas já no combate à Coluna Prestes.

A burguesia brasileira e o oficialato do exército abrem mão do controle do aparelho de Estado de maneira direta para que este controle as massas populares. Se o Estado Novo se inicia oficialmente em 1937, desde o Levante da ANL, em 1935, ele já vigia para as classes subalternas<sup>132</sup>. A união, mesmo que momentânea de liberais e conservadores, ocorrerá novamente em nossa história na perspectiva da manutenção de um processo de modernização autoritário e pelo alto. Enquanto o próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil acaba por gerar a classe operária como novo ator político, o bloco no poder se articula para que o Estado se mobilize para bloquear as demandas apresentadas por este novo grupo social.

Pensamentos ideológicos que afirmem a necessidade de organização das classes, de sua mobilização e luta na cena política são não apenas combatidos no plano político, mas criminalizados. Vigora a ideologia de um 'interesse geral coletivo' que fica clara na própria Lei de Segurança Nacional de 1935, chamada de 'Lei Monstro' pelos setores populares, que criminaliza a "[...] simples percepção de que a sociedade se constituía em classes com interesses opostos"<sup>133</sup>. Assim, "[...] os liberais constatarão que o preço da 'paz social' implicava no auto despojamento de suas pretensões em retomar o aparelho do Estado"<sup>134</sup>.

Ao final da década de 1930 o Estado centralizado é alçado a um novo patamar. Em primeiro lugar, deverá reprimir qualquer manifestação das classes populares - e a exemplo disto podemos citar não só Lei de Segurança Nacional de 1935, mas também a

---

<sup>131</sup> SKIDMORE, 2010.

<sup>132</sup> VIANNA, L. W., 1978: 199.

<sup>133</sup> *Idem.*, 1978: 200.

<sup>134</sup> *Ibidem*, 1978: 201.

Comissão de Repressão ao Comunismo e a dissolução da Confederação Unitária Sindical - ficando clara a “[...] inviabilidade de uma ordem para as classes dominantes que permitisse livre manifestação para as classes subalternas”<sup>135</sup>. Em segundo lugar, o nascente “[...] corporativismo vem acompanhado por uma clara posição modernizante, cabendo à intervenção econômica do Estado suprir o que qualifica de ‘falta de riqueza’ para o impulso da industrialização”<sup>136</sup>.

O objetivo do nascente empresariado e burguesia brasileira é o da construção de um Estado autoritário, na relação entre capital e mão de obra livre, e liberal, no sentido de não criar obstáculos para suas possibilidades de grande acumulação financeira. Seria este o Estado que, no processo de redemocratização na década de 1980, Florestan Fernandes viria a chamar de ‘estado sincrético’, em que o liberalismo econômico atuaria com um forte autoritarismo em relação à qualquer ameaça à ordem econômica e à própria desigualdade que esta gera. Se nas duas primeiras décadas do Século XX o Estado exerce uma violência pura para com as classes subalternas, na década de 1930 há um claro objetivo de se chegar a uma ‘paz social’. De acordo com Nunes, a legislação corporativa “[...] surge como um esforço para se criar uma solidariedade social e relações pacíficas entre grupos e classes, onde não teriam lugar a tradicional divisão entre partidos políticos nem os erros da ordem econômica liberal”<sup>137</sup>.

Assim, passa a ser necessária uma legislação que minimamente proteja a relação de trabalho e os direitos dos trabalhadores urbanos. Esses direitos, entretanto, não vieram por bondade do Estado ou de Getúlio Vargas. Aqui é necessária a crítica do ‘mito da outorga’ em relação aos direitos trabalhistas conquistados na década de 1930. São frutos, ao contrário, de fortes reivindicações da classe trabalhadora que marcam a história do país desde a década de 20 e fazem, parte concomitante e contraditoriamente, do projeto corporativo em busca de paz social.

A burguesia industrial abre mão do poder político em nome do poder econômico. Buscando uma harmonização da sociedade por cima, o conflito político, básico em um sistema liberal, será negado com a benesse dos defensores do liberalismo. Os interesses deixam de ser negados, como na Primeira República, e passam a fazer parte do jogo

---

<sup>135</sup> *Ibidem*, 1978: 206.

<sup>136</sup> *Ibidem*, 1978: 202.

<sup>137</sup> NUNES, 1997.

político, mas não em um aspecto individual ou classista, mas amplo, no qual o interesse público deve se sobrepor ao privado

Necessário lembrar que, a década de 1930, após a crise de 1929, é marcada mundialmente por uma forte perspectiva política antiliberal. Esse antiliberalismo teve variações tanto no âmbito político quanto econômico. Politicamente, o mundo atravessa um período de forte crítica ao liberalismo. Enquanto a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas surgia como alternativa à ordem capitalista, defendendo uma maior participação dos trabalhadores no poder e defendendo o conceito de democracia em uma chave substantiva e não formalista, os regimes totalitários da Alemanha e da Itália se apresentavam como forte reação aos movimentos populares combinados com uma forte crítica ao sistema liberal. Economicamente é notório o fato da instauração do *New Deal* nos Estados Unidos da América, que permanecem politicamente adeptos à democracia liberal representativa.

Esta perspectiva global torna possível uma análise da Era Vargas e sua compreensão não apenas a partir de políticas e determinações internas, mas também externas. A opção modernizante adotada por Vargas não era a única alternativa possível disponível pelas classes sociais brasileiras em sua disputa pelo controle do aparelho de Estado. Sônia Draibe defende ao menos três alternativas de desenvolvimento no período e que seriam capazes de gerar novas perspectivas para o Estado Capitalista em relação à sociedade civil.

Segundo a autora, as três forças políticas capazes de levar à frente esse processo seriam a burguesia mercantil-exportadora, a burguesia industrial e, por fim, o proletariado. A capacidade destes agentes seria medida por seu potencial de “[...] generalização, de transformação de seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos, em interesses amplos da sociedade, convertendo-se em base do Estado”<sup>138</sup>. Será na disputa entre esse atores que estará fundada a ação do Estado Brasileiro em formação. Nos mostra, assim, Angela de Castro Gomes, que existiam canais de disputa e tensões no Estado Novo, mesmo que limitadas, por mais que alguns traços o assemelhasse com o totalitarismo desenvolvido na Europa, não seria adequado designá-lo como um estado fascista/totalitário. O fato é que, “[...] não ocorrera, no caso brasileiro, um monopólio

---

<sup>138</sup> DRAIBE, 1985: 28.

absoluto do Estado no plano jurídico-político, continuando a existir muitas tensões e oposições, inclusive no núcleo dirigente”<sup>139</sup>.

### 3.2 O Estado Autoritário entre em cena

Luiz Werneck Vianna, para entender a formação do Estado Novo, e atento à conjuntura mundial da década de 1930 por toda a Europa, não parte de uma passividade da sociedade ante a um projeto autoritário. Esse fato poderia ser levantado pela ausência de um partido fascista de massas e mobilizador como ocorreu na Itália. Utiliza a categoria de Barrington Moore de fascismo pelo alto, “[...] para aludir a uma situação de institucionalização totalitária independente da ação mobilizadora de um partido fascista”<sup>140</sup>. Nos parece que o desenvolvimento institucional do Brasil do período foi autoritário, e não totalitário.

Há no Estado Novo, segundo Vianna, alguns elementos constitutivos que não foram apenas introduzidos pelo alto, mas que mantiveram uma relação dialética constante com a sociedade. Alude o autor a presença de um “[...] pensamento autoritário na sociedade civil brasileira, em particular em setores da elite”<sup>141</sup>. O Estado passa a ter sua fundamentação ideológica a partir de um anti-liberalismo doutrinário, com forte desenvolvimento teórico na década de 1930. Como escreve Edson Nunes, há uma institucionalização do corporativismo que substitui a “irracionalidade” liberal da Primeira República <sup>142</sup>. Este anti-liberalismo passa a ser elemento central no processo de modernização que se imprime ao Brasil. Não podemos analisar esse processo sem nos dar conta de um movimento que se constrói a nível mundial no período entre guerras (1918-1939). O Brasil será “[...] um dos países que alimentará esse montante internacional de antiliberalismo, inserindo-se em um grande conjunto de experiências que marcou o período”<sup>143</sup>.

---

<sup>139</sup> GOMES, 2006: 17.

<sup>140</sup> VIANNA, 1978, 211.

<sup>141</sup> VIANNA, L. W., 1978: 212.

<sup>142</sup> NUNES, 1997.

<sup>143</sup> GOMES, 2006: 15.

Almejando construir uma sociedade competitiva e moderna a partir de uma forte centralização do Estado, preocupação com aspectos nacionais e negação de regionalismos, o Estado Novo buscará ser, ao mesmo tempo, um *state-building* e um inibidor de conflitos sociais. Desta maneira é implementado o corporativismo no Brasil: apto a criar uma sociedade solidária em que conflitos diversos - políticos, regionais e de classe - não teriam espaço<sup>144</sup>.

Este período - compreendido entre 1937 e 1945, que começa e termina com golpes militares “[...] refere-se a uma fase crucial correspondente à implantação do capitalismo industrial no país, observando-se nesse momento o deslocamento progressivo do eixo da economia do setor agrário-exportador para o setor urbano-industrial”<sup>145</sup>. É um período de intensas transformações econômicas que se reflete em grandes mudanças políticas e sociais. Como ressalta Tomás Garcia, “[...] pode ser considerado uma fase crucial da intervenção do Estado no processo de acumulação, no sentido de impulsionar a industrialização”<sup>146</sup>. Draibe mostrará que é neste período que se inicia, efetivamente, o “[...] processo de constituição do capitalismo no Brasil”<sup>147</sup>. Se aqui estamos no período histórico de gênese do capitalismo brasileiro, e, posteriormente já no Governo Dutra diante da gênese da nossa democracia representativa, nos parece essencial para a compreensão de todo o desenvolvimento político brasileiro ulterior analisar as condições destas origens e suas limitações ante as classes populares.

É interessante a abordagem de Nunes sobre o período. Saindo de análises rigorosas e dicotômicas sobre a natureza política do Estado Novo, o autor elenca a existência de quatro gramáticas políticas na sociedade brasileira neste período, a saber: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. O Estado Novo não deixaria de ser uma confluência contraditória e constantemente em mudança destas quatro gramáticas.

Se o clientelismo abandona o poder local para se fortalecer e se institucionalizar no poder central, as outras três gramáticas partem como própria iniciativa do Estado que se constrói. O que é importante nesta questão é o fato de essas gramáticas, que surgem ou se fortalecem sob Getúlio Vargas, persistiram na República de 1946. Neste período

---

<sup>144</sup> NUNES, 1997.

<sup>145</sup> DINIZ; BOSCHI, 1978: 17.

<sup>146</sup> GARCIA, 2016: 11.

<sup>147</sup> DRAIBE, 1985: 12.

posterior e em relação às perseguições feitas pelo Governo Dutra à classe operária organizada, o universalismo de procedimentos que passa a vigir no plano político formal, devendo ser a gramática dominante em uma democracia liberal, é constantemente assediado por outras gramáticas que permanecem após o fim do Estado Novo<sup>148</sup>.

A lógica corporativa, entretanto, não é implementada no Brasil, durante o Estado Novo, em todos seus pressupostos teóricos originais, em busca de harmonização e paz social. Ao contrário, como mostra Werneck Vianna, há um 'boicote' da lógica corporativa por parte da burguesia industrial. No Estado Novo, o corporativismo se torna "[...] um cru instrumento de dominação de classe e de aceleração do processo de acumulação capitalista [...] e o que deveria ser plena Ibéria se perverte num americanismo *por cima*"<sup>149</sup>. Assim, há de se discordar de Simon Schwartzman que afirma, sobre este período, estar "[...] a burguesia travada de expandir ao máximo alcance do mercado, eliminando os privilégios da antiga aristocracia" se estabelecendo uma 'reação contrária' onde a sociedade voltava a se organizar de maneira corporativa"<sup>150</sup>. Pelo contrário, a burguesia brasileira soube, na medida em foi necessário para garantir a sua dominação de classe, utilizar do controle social que um Estado autoritário pôde exercer sob as classes populares.

O Brasil ingressa na sociedade capitalista industrial via corporativismo, mas com um modelo próprio e particular, que "[...] sendo instrumental para o crescimento, revelou-se incapaz de promover a democratização pela via da extensão dos frutos do desenvolvimento ao conjunto da sociedade"<sup>151</sup>. A relação do Estado Brasileiro com a classe trabalhadora, em geral e com o Partido Comunista, em particular, como órgão de maior representação popular à época, parece ser um importante instrumento para compreender o desenvolvimento brasileiro ante às classes populares. Ao concordar com Cerroni sob o fato de a história de um partido político ideológico ser a história de sua classe, a maneira me que o Estado brasileiro trata o PCB não deixa de ser a perspectiva que o bloco do poder possui quanto à participação das classes populares no processo político.

---

<sup>148</sup> NUNES, 1997.

<sup>149</sup> VIANNA, L. W. 2004: 188.

<sup>150</sup> SCHWARTZMAN, 2007: 108.

<sup>151</sup> BOSCHI; DINIZ, 1991: 20.



O rumo da política econômica do Estado Novo não estava previamente determinado e urge aqui compreender sua formação a partir de suas contradições, rupturas e continuidades em relação à política anterior. Aqui Codato defende que, neste período, se colocavam em disputa dois projetos de desenvolvimento para o Brasil: o liberalismo oligárquico e o estatismo autoritário<sup>152</sup>. O ponto que parte têm em comum é a negação à participação da classe trabalhadora no jogo político.

De acordo com Draibe se torna possível afirmar que “[...] a natureza das questões e relações sociais presentes na revolução burguesa podem ser apreendidas sob três ângulos”<sup>153</sup>. A revolução burguesa brasileira não parte de uma ruptura com suas antigas estruturas. É feita, inicialmente, em forte ligação com seu passado, que seria a questão agrária. Seria a gramática do clientelismo, formulada por Nunes. Por outro lado, há também uma relação com o presente, que a Autora determina como os então “[...] conflitos intra-burgueses, isto é, relações entre as distintas frações da burguesia no processo que culmina com a dominação do capital industrial e financeiro”<sup>154</sup>. Por fim, há o que a Autora chama de uma relação da revolução burguesa com o seu futuro, visualizado na questão proletária e nas relações que se desenvolvem entre as classes dominantes e subalternas. Aqui se insere “[...] a questão urbana, a questão social, a questão da cidadania e das formas democráticas e autocráticas de consolidação do poder burguês”<sup>155</sup>.

O modelo de desenvolvimento a ser adotado pelo Brasil estava aberto. Isso não quer dizer, entretanto, que estava livre de fortes determinações internas e externas. Determinações estas, entretanto, que não tiram a possibilidade de autonomia do político, mesmo que de maneira contraditória. Internamente, é determinante o fato de a economia brasileira ser majoritariamente exportadora “[...] já baseada na relação de produção capitalista em que o crescimento industrial se insere de modo subordinado”<sup>156</sup>. Externamente, neste momento, o capitalismo mundial já se encontra em sua fase monopolista<sup>157</sup>. Estas condições tornam o Estado essencial no processo de formação do capitalismo no Brasil.

---

<sup>152</sup> CODATO, 2009: 03.

<sup>153</sup> DRAIBE, 1985: 15.

<sup>154</sup> *Idem*: 16.

<sup>155</sup> *Ibidem*: 16.

<sup>156</sup> GARCIA, 2016: 12.

<sup>157</sup> *Idem*: 12.

Eli Diniz analisa certamente a especificidade do desenvolvimento capitalista do Brasil a partir do caráter instrumental do nacionalismo do Estado autoritário, e apoiado nele da burguesia industrial nascente:

Portanto, quando se fala em nacionalismo como bandeira da burguesia nascente ou do Estado autoritário em formação, é preciso qualificar bem esta expressão. O nacionalismo que se desenvolveu ligado ao autoritarismo do período 30/45, se implicou oposição ao liberalismo em matéria de comércio exterior, consolidou também a visão do desenvolvimento integrado ao capitalismo local e internacional. Para os industriais, a indecência seria assegurada pela industrialização e subversão da divisão internacional do trabalho neocolonialista, no que coincidiriam com as colocações de alguns teóricos do pensamento autoritário. Para outros grupos, representados principalmente por elementos técnicos de órgãos públicos, setores militares e dirigentes governamentais, a garantia de independência econômica implicaria ainda o aprofundamento do intervencionismo estatal pelo controle do Estado sobre a indústria de base, definida a partir de então como setor estratégico da economia<sup>158</sup>.

O Estado que surge no processo de revolução burguesa no Brasil, entretanto, não possui um domínio único e exclusivo da nascente burguesia industrial, há uma crise de hegemonia no seio do poder político. Gera o que se poderia chamar de 'Estado de Compromisso', para ficar com a formulação de Francisco Weffort. Esta crise de hegemonia acaba por gerar mais autonomia do aparato burocrático do Estado, que se torna capaz "[...] de exercer o papel de árbitro entre seus interesses, respondendo por uma solução de compromisso e equilíbrio"<sup>159</sup>. Apesar de os trabalhadores carecerem de uma participação efetiva nas disputa pelos rumos de desenvolvimento do aparelho Estatal, eram chamados constantemente a entender o projeto de desenvolvimento implementado como um projeto de interesse geral da nação.

### **3.3 O Mundo do Trabalho**

Ao tratar o mundo do trabalho e dos trabalhadores na Era Vargas em geral, e no Estado Novo em particular, nos parece essencial, de partida, retomar o trabalho clássico

---

<sup>158</sup> DINIZ, 1981.

<sup>159</sup> DRAIBE, 1985: 22.

de Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Na presença de controle das movimentações operárias, seguida de forte repressão a movimentações que fugissem desse controle, o Autor mostra a presença do Estado Autoritário para as classes populares desde 1935, com a aprovação da Lei de Segurança Nacional e a repressão ao Levante da ANL. A classe dominante fruto do corporativismo peculiarmente brasileiro era “[...] extremamente sensível a qualquer movimentação operária independente”<sup>160</sup>.

Apesar do modelo de revolução burguesa que o Brasil atravessa, um ator político surge e se fortalece na década de 1930: o proletariado urbano. O próprio processo de industrialização e urbanização acaba por gerar novos atores e diferenciações urbanas. O próprio desenvolvimento industrial produz a burguesia industrial e o proletariado urbano. Ademais, as atividades advindas da industrialização formam um setor urbano assalariado e não proletário, que, “[...] ao lado do proletariado industrial e da plebe, formavam uma massa cujas condições de vida, nas grandes cidades, começavam a tomar contornos de uma questão urbana”<sup>161</sup>. Esta nova estrutura social complexa e heterogênea exigirá demandas por parte do Estado de compromisso que às responderá, não sem limitações.

O compromisso da Revolução de 30 com o passado do desenvolvimento capitalista no Brasil ainda, segundo a análise de Draibe, impediu que a legislação trabalhista chegasse ao campo. Entretanto, como nos relata Cardoso, o nascente ordenamento jurídico fez mais do que regular a vida dos trabalhadores urbanos de carteira assinada. Assim, “[...] o Estado brasileiro construiu uma utopia irresistível num ambiente de grande vulnerabilidade socioeconômica das massas: a utopia da proteção estatal representada pela legislação social e trabalhista”<sup>162</sup>.

Contra o mito da outorga ou de qualquer benevolência do Estado burguês nascente, compartilhamos da visão de Antunes que afirma ser a legislação trabalhista uma “[...] resposta do Estado às reivindicações da classe operária na busca de uma regulação minimamente protetora do trabalho”<sup>163</sup>. Cardoso acrescenta que a CLT “[...] não se antecipou aos fatos, estando, na verdade, perfeitamente em dias com a ameaça visível do pauperismo que o êxodo rural vinha provocando nas grandes cidades”<sup>164</sup>. São ameaças de reivindicações concretas e tentativas de conter nascentes movimentações autônomas

---

<sup>160</sup> VIANNA, L. W., 1979: 200.

<sup>161</sup> DRAIBE, 1985: 32.

<sup>162</sup> CARDOSO, 2010: 207.

<sup>163</sup> ANTUNES, 1982: 131.

<sup>164</sup> CARDOSO, 2010: 216.

em relação ao aparelho estatal. Angela de Castro Gomes nos aventaa a perspectiva de um ‘pacto trabalhista’, existindo uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora. Ressaltando a complexidade deste processo, sugerirá:

Enfim, o que se quer destacar com tal abordagem teórica é a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, com conflitos e negociações, havendo entre eles uma circulação de ideias e de práticas permanentemente reinventadas através do tempo. Justamente por isso, a construção desse pacto político não foi uma operação banal, mas plena de significados. Isso porque, ao mesmo tempo, mobilizou e reconheceu esse ator coletivo, desenvolvendo mecanismos que tanto buscavam seu controle político, como estimulavam sua mobilização, particularmente por meio da legislação trabalhista, apresentada como uma ‘dádiva’; como uma ‘ação antecipatória’ do Estado. Este era capaz de prever os desejos do ‘povo brasileiro’, obscurecendo um passado de décadas de organização, lutas e demandas, em associações, nas ruas e no Parlamento. [...]. Nessa proposta de pacto político entre político entre representantes (o Executivo/o presidente da República) e representados (o povo/os trabalhadores), o que se valoriza é a ideia de cidadania centrada nos direitos sociais e não nos direitos políticos e civis<sup>165</sup>.

Inegável, entretanto, que se o Estado realiza, aqui, uma tentativa de conferir a uma parcela dos trabalhadores brasileiros um direito social mínimo, permanece negado e reprimido qualquer possibilidade de participação política efetiva. O direito sindical que surge no Estado Novo, é, de fato, carregado “[...] de um conteúdo controlador e desmobilizador, [que] contrariou os verdadeiros interesses da classe trabalhadora, expressos sinteticamente na necessidade de preservar a autonomia e liberdade sindicais [...] e subordinou os sindicatos ao Estado”<sup>166</sup>. O então Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, “[...] defenderá a legislação antiliberal, em particular em matéria sindical”<sup>167</sup>.

Interessante a análise de Cardoso que mostra os ideólogos do Estado Novo para além de pretensos controladores do proletariados tentam forjá-lo de acordo com seus tipos ideias. Seria este o “[...] homem arrimo de família, alfabetizado, higienizado, saudável, senhor de uma profissão e titular de direitos sociais cuja origem seria sua vinculação com a profissão regulamentada pelo Estado”<sup>168</sup>. As bases que o Estado Novo forja, portanto,

---

<sup>165</sup> GOMES, 2006: 29.

<sup>166</sup> ANTUNES, 1982: 132.

<sup>167</sup> VIANNA, L. W., 1979: 202.

<sup>168</sup> CARDOSO, 2010: 222.

sobre a classe operária, que serão mantidas no Governo Dutra, posteriormente, se dará pela negativa de participação política e pelo controle social. Se mostrava inviável, para as classes dominantes brasileiras, uma ordem política em que as classes subalternas se movimentasse de maneira livre e autônoma<sup>169</sup>.

A 'cidadania regulada' foi o arcabouço estatal capaz de gerar nos trabalhadores uma forte expectativa de proteção social, mesmo que esta estivesse muito aquém de seus anseios gerados. Mais importante do que os próprios direitos, entretanto, foi o crescimento de uma percepção na classe trabalhadora de que "[...] valia a pena lutar pela factibilidade do Estado enquanto ordem jurídica que lhes prometia proteção e bem-estar social"<sup>170</sup>. Assim, por mais que nesse momento de promulgação de direitos o Estado certificasse de manter um rígido controle sobre os trabalhadores, é crescente o processo de reivindicações destes não apenas por mais direitos, mas também por mais autonomia. Inevitavelmente, "[...] a legislação social se tornou um processo de disputa entre as classes"<sup>171</sup>.

Para se ter uma ideia ampla deste processo, necessária se faz aqui longa citação de Wanderley Guilherme dos Santos:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece [...]. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional, que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico<sup>172</sup>.

---

<sup>169</sup> VIANNA, L. W., 1979: 206.

<sup>170</sup> CARDOSO, 2010: 208.

<sup>171</sup> GARCIA, 2016: 32.

<sup>172</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, 1979: 75, 76, *apud* CARDOSO, 2010.

Apesar de abarcar uma minoria dos trabalhadores brasileiros, a legislação social teve um impacto muito forte na institucionalização das lutas proletárias, fato que viria a ser percebido pelo próprio PCB no processo de redemocratização. Para a luta política, por mais que seja mais uma expectativa do que uma realidade, foi um inegável combustível. A luta dos trabalhadores passa a se dar no sentido da ampliação do arcabouço da proteção social e pela aplicação da legislação já aprovada. Não há de se cair em um formalismo jurídico abstrato e tentar compreender a realidade a partir da legislação aprovada. Pelo contrário, como o “[...] Estado em transformação permanecia raquítico, uma coisa era instruir normas legais, e outra bem diferente era dar-lhes efetividade”<sup>173</sup>.

Até o ano de 1943, é difícil analisar a atuação do PCB no mundo do trabalho no Estado Novo. Desde o Levante da ANL em 1935, o partido se encontrava desmobilizado, perseguido e encarcerado. As manifestações políticas do partido caminham no sentido de o Brasil declarar guerra ao Eixo ao lado das Forças Aliadas. A situação muda substancialmente com uma virada política tanto no Partido quanto no Estado Novo, como a seguir veremos.

### **3.4 A mudança tática do PCB: A política de União Nacional**

Karl Max, em seu *A Luta de Classes na França: 1848 – 1850*, parte da noção de que a luta política das classes sociais engendraria as principais transformações no campo institucional. É o primado da luta de classes sobre a formação política. Esta perspectiva fica clara quando Marx afirma que a Revolução de Fevereiro de 1848 - gerando uma República baseada no sufrágio universal, a Segunda República Francesa - significa para o proletariado daquele país “[...] o terreno par travar a luta por sua emancipação revolucionária, mas de modo algum a própria emancipação”<sup>174</sup>.

No Século XX a consolidação de regimes políticos gera uma disputa pelo próprio conceito de democracia. Como mostra João Quartim de Moraes, o pensamento liberal do Século XIX se vincular como se fossem sobrepostos e necessários um ao outro, liberalismo e democracia. Lenin, entretanto, em uma perspectiva distinta, “[...] nunca

---

<sup>173</sup> CARDOSO, 2010: 217.

<sup>174</sup> MARX, 2012: 44.

reduziu a democracia aos interesses políticos da burguesia, por que nunca a confundiu com o liberalismo. Mas, por isso mesmo, sempre denunciou as pretensões dos liberais de falar em nome da democracia”<sup>175</sup>.

Os comunistas brasileiros, ao final da década de 1930, passam a reconhecer o caráter revolucionário e emancipador que a democracia pode vir a ter a partir da luta política. Deixando de lado a crítica à democracia enquanto forma de governo, passam para uma perspectiva de desenvolver a democracia no Brasil preenchendo seu conteúdo substancialmente. Para o PCB a defesa da democracia possui dois entraves centrais que requerem a aliança de todas as classes progressistas, nacionalistas e antifascistas para sua superação: internamente, o *latifúndio*, sendo necessária a luta pela reforma agrária no país; externamente, o *imperialismo*, contra a qual cabe a construção de um regime político que seja capaz de fortalecer o Brasil enquanto nação na geopolítica mundial. Partia-se da perspectiva de que “[...] se a democracia, entre nós, só existe no papel, cumpria então instaurá-la como a haviam instaurado, para uso interno, as metrópoles imperiais”<sup>176</sup>.

Se o PCB passa a adotar uma perspectiva de frente ampla e anti fascista, no período de 1937, esta ainda era concebida como uma luta anti-getúlio, anti-integralismo e anti-estado novo<sup>177</sup>. O Secretariado Nacional do PCB, liderado por Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), entretanto, abandona de maneira progressiva o radicalismo. Ao passo em que Vargas se distancia dos integralistas, o PCB parte da oposição para a neutralidade, até o momento em que enxerga em Getúlio um possível aliado na luta anti-fascista, representado, internamente, pelo integralismo<sup>178</sup>. Em documento de 1937 - ‘*Ganhemos as Municipalidades para a Democracia* – ’o PCB passa a defender mudanças nos marcos da ‘democracia burguesa ’e não dos ‘soviets’.

Na luta interna do Estado Novo passa a prevalecer a perspectiva pró-Aliados e anti-Eixo. Em 1938, por exemplo, é promulgado, com forte atuação de Oswaldo Aranha na publicação do Decreto Antinazista, que proibia organizações germânicas no Brasil. Nesta conjuntura, o Secretariado Nacional do PCB divulga um novo documento intitulado ‘União Nacional pela Democracia e pela Paz’. As forças políticas nacionais, inclusive Vargas, são convocadas à lutarem pela democracia e se oporem aos avanços do

---

<sup>175</sup> MORAES, 2007a: 163.

<sup>176</sup> MORAES, 2007a: 171.

<sup>177</sup> PRESTES, A. L., 2001: 20.

<sup>178</sup> *Idem*: 22 - 24.

nazi-fascismo. Paulatinamente, o Partido passa a pregar a aglutinação de todos os setores democráticos e nacionalistas do Brasil, e o ponto de convergência será justamente Getúlio Vargas<sup>179</sup>. Há aqui a presença de um movimento que ocorre a nível global nos partidos comunistas, que Eric Hobsbawm viria a chamar de 'nacionalismo antifascista'. As reivindicações do comunistas iniciais para ampliarem seu novo apoio a Vargas eram a redemocratização do país e a anistia dos presos políticos.

Em 1943, o PCB se reorganiza, após a longa repressão, na Conferência da Mantiqueira, e elege Luís Carlos Prestes, ainda preso, Secretário-Geral do Partido. É clara a adoção da linha política da União Nacional “[...] em torno do Governo para pressionar no sentido da entrada do Brasil na guerra contra o nazi-fascismo”<sup>180</sup>.

### 3.5 A virada em 1943 e a queda do Estado Novo

O delineamento das forças políticas aliadas na Segunda Guerra Mundial começa a afetar a política interna dos países envolvidos no conflito e no Brasil não seria diferente. Aumentam as pressões sobre Vargas após o Brasil enviar soldados à Itália, na defesa que passa a se difundir na sociedade a ideia da necessidade da construção de sociedades democráticas contra regimes totalitários. O Brasil não era, é claro, uma democracia liberal.

Vargas rapidamente percebe a mudança na conjuntura mundial, que afeta a vida política brasileira e influencia setores da burguesia que, já acreditando ter o Estado Novo cumprido seu papel, i.e., controlar as manifestações políticas autônomas da classe trabalhadora e dado uma mínima estabilidade ao aparato burocrático central do Estado, buscam uma maior autonomia ante ao Estado; e aos setores populares que clamavam por participação política e ampliação de direitos, Getúlio se antecipa ao processo de redemocratização que parecia inevitável e busca o conduzir sob seu comando.

Nesta perspectiva, Angela de Castro Gomes sugere uma periodização dividindo o Estado Novo em dois tempos. Primeiramente, “[...] de 1938 até 1942, teria prevalecido um autoritarismo desmobilizador, fundado basicamente no uso da coerção, via censura e

---

<sup>179</sup> *Ibidem*: 40.

<sup>180</sup> KONDER, 1980: 50, 51.



repressão”<sup>181</sup>. Posteriormente, no período que vai de 1943 à 1945, “[...] em função das transformações políticas ocorridas a nível internacional, as preocupações das elites dirigentes tiveram de se voltar para a construção de diretrizes políticas mais mobilizadoras”<sup>182</sup>. Este é este um momento de crise do Estado Novo, que “[...] começou a delinear-se com maior clareza a partir dos princípios de 1944, embora já estivesse em germe desde a consolidação do alinhamento do Brasil aos EUA dois anos antes”<sup>183</sup>.

Com a vitória das forças aliadas se tornando perceptível, as conquistas democratizantes começam a ocorrer durante o próprio Estado Novo. A partir de 1943, há uma importante virada política. Isso fica ainda mais claro com o fato de “[...] em 1945, os acontecimentos se precipitam: em abril; Prestes e seus companheiros foram anistiados e em maio o PC foi legalizado”<sup>184</sup>. Na análise de Werneck Vianna, já em 1942, após a batalha de Stalingrado, começam a aparecer no país indicadores de um processo de redemocratização<sup>185</sup>. Inevitavelmente, neste momento, “[...] a democracia estava colocada na ordem do dia em todo o mundo”<sup>186</sup>. Obviamente, não seria por uma movimentação de institucionalização de democracias liberais ao redor do mundo ocidental que o conteúdo destes governos se transformaria de maneira automática. Se, por um lado, se ampliam as pressões democratizantes vindas da sociedade, por outro, os velhos líderes dos blocos políticos que se encontram no poder tentam, eles mesmos, conduzindo o processo de redemocratização, com um claro objetivo de gerar uma democracia limitada, sem real e efetiva participação popular, resumido ao procedimento do escrutínio. No Brasil, se Vargas inicia essa tentativa, esta será, como veremos, efetivada com Dutra, no processo de redemocratização de 1946.

Anistiado, Prestes, já Secretário Geral do PCB, realiza seu primeiro comício no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, em então importante região operária da cidade e do país. Há aqui uma clara defesa da política de União Nacional que já vinha sendo defendida pelos Comunistas. Dirá Prestes que devem todas as forças progressistas do país

---

<sup>181</sup> GOMES, 2006: 31.

<sup>182</sup> *Idem*: 31.

<sup>183</sup> *Ibidem*: 25.

<sup>184</sup> KONDER, 1980: 52.

<sup>185</sup> VIANNA, L. W., 1979: 243.

<sup>186</sup> CORSI, 2008: 25.

caminharem no sentido de apoiar “[...] a aliança com o governo de Getúlio Vargas em nome da unidade de todas as forças antifascistas”<sup>187</sup>.

Neste momento em que, de maneira, vaga, a democracia tende a se tornar uma unanimidade, o que se inicia é uma disputa pelo seu conteúdo. Para os comunistas, claramente, significava a luta antifascista, e precisamos atentar a esta perspectiva para compreender os elementos democráticos que o PCB passa ver no Estado Novo. O Brasil, apesar de suas contradições internas desde o início da década de 1930, da Lei de Segurança Nacional e da perseguição à qualquer manifestação autônoma, no momento decisivo, quando o nazi-fascismo chega a dominar quase toda a Europa Continental, ingressara na Guerra ao lado das forças democráticas. Este fato acarreta uma intensa mudança de perspectiva do PCB em relação a Vargas. No discurso de Prestes é clara a convocação à unidade do povo organizado como “[...] única força capaz de impedir a desordem e de sustentar o governo na marcha para a democracia, contra as maquinações dos reacionários”<sup>188</sup>. Neste momento – que se refletirá na perspectiva política do PCB ao menos até 1948 - a luta de classes, a oposição entre burgueses e proletários, a contradição entre capital e trabalho, são deixados de lado em nome de um nacionalismo antifascista.

Para o PCB, a Revolução Brasileira terá um caráter nacional e democrático. O processo político teria um caráter em etapas e evolutivo<sup>189</sup>. Neste sentido, se torna necessário que a redemocratização seja feito em bases antifascistas, progressistas, e nacionalistas. O PCB passa a considerar a possibilidade de uma Assembleia Nacional Constituinte como a ferramenta eficaz para cumprir esta tarefa. Há uma busca pela democracia em um ambiente de instabilidade, em que esta possa ser atingida “[...] sem percalços e perigos fascistas”<sup>190</sup>. A constituinte deveria ser feita sob o comando de Getúlio Vargas.

No momento em que passa a ganhar apoio de forças de esquerda para seu governo Vargas também assiste ao desmoronamento das bases políticas, sociais e econômicas que até então tinham servido de sustentáculo ao Estado Novo. Se a virada política que o mundo ocidental atravessa concede alguma liberdade à classe operária brasileira, atrelada a um sindicalismo de estado e sem possibilidades de manifestações autônomas, a

---

<sup>187</sup> MORAES, 2007b: 198, 199.

<sup>188</sup> PRESTES, L. C., 1947.

<sup>189</sup> MORAES, 2007b.

<sup>190</sup> VIANNA, L. W., 1979: 43.

burguesia almejava mais autonomia. Institucionalmente, a crise vinha do descumprimento da Constituição Federal no ano de 1943. Como mostra Werneck Vianna, “[...] a crise político-institucional do regime tendia a se agravar pelo fim do descumprimento de disposições essenciais da carta de 37”<sup>191</sup>.

O artigo 175 da Constituição previa um plebiscito em 1943 para que os eleitores brasileiros optassem pela continuidade de Vargas à frente do Poder Executivo Federal, ou, então, um processo de redemocratização. Com a Guerra Mundial, entretanto, o Brasil decreta Estado de Emergência, não ocorrendo o plebiscito. Ao final da Guerra, o Brasil está em um momento de grandes incertezas. A disputa pelo poder passa a se dar no próprio seio do poder do Estado Novo. De um lado, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, defendia novas eleições e uma normalização constitucional, mesmo durante a guerra<sup>192</sup>. Vargas, em contrapartida, buscava “[...] reorientar, sob sua liderança a ordem institucional e o sistema político”<sup>193</sup>.

Em São Januário, Prestes não chega a analisar as dificuldades concretas da vida democrática brasileira. O que faz é uma enumeração do que chamaria de ‘inimigos da democracia’. No momento, eram estes justamente os Generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro que, de arquitetos do golpe que gerou o Estado Novo em 1937, passam a conspirar contra Getúlio por conta de sua nova relação com os sindicatos e massas populares<sup>194</sup>. Enquanto os comunistas, que eram oposição à Vargas desde a Revolução de 1930, se aproximavam, e tentavam caminhar ao seu lado em um programa de ‘União Nacional’ e antifascista, a oposição liberal ao governo começava a se articular de maneira mais organizada.

Uma entrevista de José Américo ao jornalista Carlos Lacerda, em 22 de fevereiro de 1945, é um marco do fim da censura no país, em uma fala que “[...] era representativa do pensamento da oposição liberal”<sup>195</sup>. A situação de Vargas é complexa: as bases originais do Estado Novo passam a temer que com o Presidente conduzindo a redemocratização do país, ele a controle e continue no cargo. Setores do Estado Novo, comandados por Dutra, procuram inviabilizar a continuidade de Vargas. Este acaba por

---

<sup>191</sup>, *Idem*: 243.

<sup>192</sup> *Ibidem*: 244.

<sup>193</sup> *Ibidem*: 244.

<sup>194</sup> MORAES, 2007b: 203.

<sup>195</sup> CORSI, 2008: 27.

perder sua popularidade com a elite econômica do país. O pacto corporativo firmado entre eles e Vargas é rompido<sup>196</sup>.

Temos, neste momento, dois projetos distintos de desenvolvimento em disputa no Brasil. De um lado, há “[...] oposição conservadora, propondo uma democracia liberal e um desenvolvimento baseado numa redução da atividade estatal na economia e numa ampla abertura ao capital estrangeiro”<sup>197</sup>. De outro, a presença de “[...] Vargas e os heterogêneos setores a ele ligados, defendendo uma abertura democrática no regime e a continuidade na política de industrialização do País com ampla participação do Estado”<sup>198</sup>. O PCB se encontra neste bloco. Acredita que o Brasil precisa sair de uma fase de subdesenvolvimento, mas passa a desacreditar, como fizera na década de 1930, em uma revolução política a ser dada a partir de uma grande revolta, passando a crer em um desenvolvimento institucionalizado, pacífico e contínuo do capitalismo brasileiro, para que as novas condições materiais aqui formadas possam levar as massas a se educarem na perspectiva de uma nova sociedade. Prestes chega a afirmar que o problema do Brasil não é a exploração capitalista, mas a própria falta deste sistema, e a permanência de resquícios não capitalistas na estrutura econômica e social brasileira.

Este pensamento fortemente teleológico, que acredita em um desenvolvimento contínuo rumo à uma sociedade superior, atinge fortemente não apenas o PCB, é necessário frisar. O mundo tinha passado pelo maior conflito de sua história, que fizera vítimas em todos os continentes. O discurso totalitário parecia enterrado. É forte a convicção de que, após superar a possível barbárie, a democracia vencendo o nazifascismo, o mundo caminharia de maneira pacífica dali em diante. Essa perspectiva dura pouco, tanto em plano interno para o PCB, quanto externo, a nível mundial, com o nascimento da Guerra Fria.

Na conjuntura de disputa em que o Brasil se encontra, a proposta de constituinte não passa a ser vista de maneira positiva pela oposição a Vargas. Se torna, entretanto, uma pauta dos sindicatos, do MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), do PCB. Como mostra Moraes:

A direita, no Brasil, como alhures, tinha de se apoiar em outros paradigmas e, portanto, em outros métodos. O importante, para ela, era

---

<sup>196</sup> VIANNA, L. W. 1979: 246.

<sup>197</sup> CORSI, 2008: 29.

<sup>198</sup> *Idem*: 29.

impedir que Getúlio, inspirado no exemplo de Perón, procurasse se manter no poder graças ao apoio dos sindicatos e das massas operárias. Para tanto, era indispensável convocar não uma assembléia constituinte, mas eleições presidenciais<sup>199</sup>.

Não sem contradições, “[...] na sua tentativa de canalizarem seu proveito as pressões redemocratizadoras, Vargas assumia a direção da liberalização do regime, sem abrir mão da forma corporativa dos aparatos estatais”<sup>200</sup>. A perspectiva de Vargas é realizar ao mesmo tempo uma liberalização na ordem política e uma manutenção do corporativismo na ordem econômica. Buscava, “[...] em sua modernização pelo alto, manter o primado do Estado na dimensão econômica”<sup>201</sup>.

A liberalização política, neste momento, veio com o próprio Vargas, com medidas importantes, como a anistia, o código eleitoral, o fim da verticalização sindical e a criação do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT). Neste momento, se a luta política se polarizava na dicotomia democracia e fascismo, “[...] impõem-se reconhecer que o apoio ao chefe do governo identificava-se com a luta antifascista”<sup>202</sup>. Com a perda de apoio das classes dominantes, Vargas buscará fortalecer-se nas classes populares, em uma lógica - ao menos aparentemente - menos controladora. A política de Vargas atinge uma nova conotação: passa a ter o significado simbólico de uma aliança do Estado com as classes subalternas contra determinados setores da elite dominante<sup>203</sup>.

Nesta complicada conjuntura, Vargas sofre um golpe militar liderado por elementos internos ao seu próprio governo. Inegável o fato de que “[...] a transição com Vargas implicaria num determinado modelo econômico. A ruptura da transição, passando o seu controle para os liberais, implicaria em outro modelo”<sup>204</sup>.

O Golpe de 29 de Outubro de 1945 tem sua origem no fato de que “[...] as classes econômica e socialmente dominantes não admitiam a interferência dos ‘de baixo’, na concepção do plano geral do sistema da ordem”<sup>205</sup>. A cúpula do exército brasileiro afasta Getúlio na contramão do país democrático que foi almejado pelo PCB. Fora um golpe

---

<sup>199</sup> MORAES, 2007b: 204.

<sup>200</sup> VIANNA, 1979: 247.

<sup>201</sup> *Idem*: 247.

<sup>202</sup> *Ibidem*: 248.

<sup>203</sup> VIANNA, 1979: 250.

<sup>204</sup> CORSI, 2008: 31.

<sup>205</sup> VIANNA, 1979: 253.

anti-participação popular no processo de redemocratização e não “[...] um golpe para derrubar o Estado Novo, ele já estava com seus dias contados”<sup>206</sup>: desde maio de 1945 as eleições estavam marcadas para dezembro daquele ano. Fora, portanto, um golpe preventivo. As classes populares deveriam ficar afastadas da cena política, tarefa que virá ser empreendida por Dutra.

Há diferentes interpretações do Golpe de Outubro de 1945. Afirma Skidmore que “[...] em 29 de outubro, o Exército finamente fez o que os constitucionalistas liberais queriam havia muito tempo - depôs Vargas”<sup>207</sup>. Em contrapartida, Nelson Werneck Sodré disse que “[...] o processo de redemocratização do país, iniciado sob excelentes auspícios, com o clima de liberdade reinante, seria violentamente truncado com o Golpe Militar de 29 de outubro de 1945”<sup>208</sup>. Sobre essa polêmica, dirá Konder:

Os fatos falam em nome da interpretação de Nelson Werneck Sodré: enquanto o novo regime, que substituíra o Estado Novo, não se legitimava através da nova Constituição, enquanto não se realizavam eleições e não tomava posse um novo presidente eleito, o Executivo governou por decretos. E os decretos mostraram que a classe operária tinha boas razões para sentir-se apreensiva: houve intervenção em várias organizações sindicais, houve ‘expurgo’ de elementos considerados de esquerda do Ministério do Trabalho e o MUT foi proibido. Além disso, houve provocações ao PC, algumas sedes do partido liderado por Prestes foram depredadas<sup>209</sup>.

Corsi mostra que foram dois os motivos que culminaram com a queda do Estado Novo: o primeiro, fator externo, estaria ligado à oposição dos EUA à uma política nacionalista e industrializante na América Latina. O segundo, fator interno, estaria ligado à deterioração de sua base política e social de sustentação<sup>210</sup>. Em 26 de novembro de 1945, o PCB realiza um comício em Recife, em que Prestes defende a convocação da Assembleia Nacional Constituinte como a “[...] medida mais justa para a democracia”<sup>211</sup>. Mesmo participando ativamente dos comícios querenistas pró-Vargas, o PCB não reage ao Golpe Militar, ainda defendendo a ordem e a tranquilidade para o desenvolvimento político vindouro do país. A constituinte era vista pelos comunistas como uma

---

<sup>206</sup> MORAES, 2007b: 208.

<sup>207</sup> SKIDMORE, 2010: 93.

<sup>208</sup> SODRÉ, 1966: 446.

<sup>209</sup> KONDER, 1980: 55, 56.

<sup>210</sup> CORSI, 2008: 35.

<sup>211</sup> PRESTES, L. C., 1947.

possibilidade de ampliar a democracia do país. Como mostra Santana, “[...] mais do que preocupados com o destino de Vargas, os comunistas estavam interessados nos desdobramentos do processo político, com a sobrevivência do partido”<sup>212</sup>

O liberalismo que golpeia Vargas mostra seu claro limite ao fazer uso da carta constitucional de 1937 como meio de repressão à classe trabalhadora brasileira<sup>213</sup>. O limite entre discurso político e ação em busca de interesses políticos de uma classe, contrariando os princípios que se afirmava defender fica claro. O Presidente da República em exercício, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, por meio de um decreto, em 12 de novembro de 1945, três semanas antes da realização das eleições, determina que estas elejam uma Assembleia Nacional Constituinte.

---

<sup>212</sup> SANTANA, 2001: 44.

<sup>213</sup> VIANNA, L. W., 1979: 254.

## 4 O GOVERNO DUTRA, A DEMOCRACIA LIMITADA E OS COMUNISTAS NA ILEGALIDADE

### 4.1 Introdução

No Brasil eram grandes as expectativas sobre seu futuro desenvolvimento, ao fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial. Esta perspectiva abarca intensamente todo o mundo ocidental que adota de maneira majoritária democracias constitucionais como forma de governo. Essa perspectiva positiva do desenvolvimento futuro tem grande influência no PCB, que defenderá um desenvolvimento democrático por etapas. Seria aquele um momento, para os comunistas brasileiros, de união de todas as forças antifascistas, progressistas e nacionalistas.

A ditadura de Vargas deixou-nos um legado antidemocrático: no Brasil, dadas suas peculiaridades, apenas um Estado autoritário pode ser eficaz, já que procedimentos da democracia liberal são dispendiosos e inúteis<sup>214</sup>. O país, neste período, apesar desse legado, sinaliza para o enfrentamento de questões fundamentais, como a criação de novos ministérios, reforma do sistema eleitoral e reconhecimento de demandas trabalhistas<sup>215</sup>. Assim, o Estado Novo marca a peculiaridade do desenvolvimento capitalista brasileiro que não será necessariamente suprimido no processo de democratização. O que ressaltaremos é justamente a continuidade entre o regime que se inicia em 1937 e a República vindoura.

O Governo Dutra se insere nesta nova conjuntura mundial, ideologicamente se aproximando da democracia liberal e do liberalismo econômico, ao menos no discurso oficial. Se, entretanto, era dominante em nossa cultura política a noção de mudanças sem grandes transformações estruturais, não é de difícil verificação as continuidades do Estado Novo no Governo Dutra, que acabam por se refletir, posteriormente, em toda a República de 1946:

O período que se inicia com o governo Dutra e a nova Constituição, portanto, pode ser corretamente caracterizado como novo, pois se tratava do fim de uma ditadura e do começo de uma fase de respeito às normas mínimas da democracia formal. Porém, não se deve perder de

---

<sup>214</sup> GOMES, 2006: 34.

<sup>215</sup> FICO, 2000: 167.



vista os limites da 'redemocratização'. [...] a Constituição de 1946 incorporou muito da Carta corporativista de 1937, como o caráter tutelados da legislação trabalhista e as medidas restritivas de segurança nacional. Assim, apesar de viver o pluralismo partidário e eleições diretas, mantinha-se o sindicalismo corporativo e outras 'contribuições' da extinta ditadura<sup>216</sup>.

O novo regime político será um pluralismo limitado com a exclusão de uma parcela importante do corpo político fora da arena de disputa a partir da cassação do PCB e a não previsão de votos de analfabetos. A República de 1946 nascerá, sob os auspícios de seu primeiro governo eleito pelo voto popular e a constituição aí promulgada, com fortes resquícios autoritários.

Neste capítulo analisaremos como o sistema partidário brasileiro nascente e a Assembleia Nacional Constituinte, a política econômica, a política externa e a ideologia de segurança nacional permanecem e são ressignificados no Governo Dutra. Concomitantemente, a partir desta perspectiva, veremos como o Estado lidará com as classes populares do país e seu partido político, o PCB, que passam a demandar participação política e direito à existência legal e autônoma.

## **4.2 O Sistema Partidário**

Paralelamente ao processo de redemocratização, o Brasil atravessa um momento de criação de partidos políticos que pela primeira vez em sua história se organizam nacionalmente. Maria Campello de Souza assinala que a transição de 1946 fora feita de maneira fechada com a participação majoritária dos grupos políticos que já se encontravam na disputa pelo poder durante a vigência do Estado Novo. Na década de 1930 o Brasil passa por mudanças político-institucionais que acarretam a criação de um extenso aparato burocrático que carece de controle social, seja através do Congresso Nacional ou da sociedade civil<sup>217</sup>. Assim, longe do sistema partidário nascente representar um novo momento histórico, com o surgimento e fortalecimento de novos atores, "[...] a recomposição do poder oligárquico regional se efetivou sob a cláusula de sua simultânea

---

<sup>216</sup> FICO, 2000: 169.

<sup>217</sup> SOUZA, 1976: 103.

vinculação ao sistema burocrático governamental”<sup>218</sup> que seria de grande influência na formação dos três maiores partidos no processo de redemocratização: o PSD - Partido Social Democrático, a UDN - União Democrática Nacional e o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

A perspectiva da autora é a de que a formação do sistema partidário brasileiro carrega como fator determinante o fato de não haver, até então, existido no Brasil um sistema de representação autônoma de interesses, sendo dominante o sistema de cooptação. Assim, apesar da voga otimista que domina o momento do imediato pós-guerra e a – aparente – abertura do sistema político a diferentes grupos de interesses, o sistema partidário nascente estará mais atralado ao passado e à manutenções de interesses antigos do que à perspectivas de mudanças estruturais para o futuro.

As manifestações políticas na década de 1930 são para Souza um momento de questionamento a este padrão que acarreta a tentativa de organização de vários grupos e vigência de concepções ideológicas distintas. Ocorre que o Estado Novo teve o sentido, tanto no plano ideológico quanto na formação institucional, de ser um período de inflexão do desenvolvimento político brasileiro, em que passa a predominar a política de cooptação<sup>219</sup>. Atento à continuidade deste padrão ao fim do Estado Novo, escreve Soares que “[...] o golpe que depôs Getúlio Vargas foi um golpe puramente político, não uma revolução sócio-econômica. [...]. Permaneceram, portanto, as bases sócio-econômicas associadas com o poder oligárquico”<sup>220</sup>. Seria o PCB neste momento o único partido efetivamente nacional, que teve, mesmo durante a ditadura do Estado Novo, “[...] uma estrutura organizacional nacional ancorada nas capitais e nas principais cidades”<sup>221</sup>. De acordo com Souza:

O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventoras, por um arcabouço estatal corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência, na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária de Estado<sup>222</sup>.

---

<sup>218</sup> *Idem*: 103.

<sup>219</sup> SOUZA, 1976: 104.

<sup>220</sup> SOARES, 1973: 69.

<sup>221</sup> *Idem*: 69.

<sup>222</sup> SOUZA, 1976: 106.

A perspectiva de negação de participação das classes populares no jogo político e o controle sobre a população - agora vista como eleitorado - permanece na perspectiva dos grupos dirigentes. Se ao final da Segunda Guerra Mundial a vigência da democracia liberal se torna inevitável, seus limites no Brasil são apresentados desde a formação inicial de seu sistema partidário e do jogo político. Mazzeo apresenta aqui o conceito de *legalidade burguesa* em contraposição ao de uma democracia plena para analisar o período. Escreve:

A configuração da *legalidade burguesa* e não da democracia plena está no fato de que a própria 'redemocratização' *não rompe com a autocracia burguesa*. Articulada pela habilidade histórica dos políticos burgueses, a 'redemocratização' realizou-se 'pelo alto', copiando os setores populares, que se organizavam em grupos políticos incipientes. Uma vez estruturada a transição e a legitimação desse processo, novamente as organizações populares seriam postas à margem, como ocorreu com a cassação do PCB e de sua bancada. O mais revelador dessa legalidade burguesa está na manutenção das formas de controle sindicais que permaneceram ao sabor dos mecanismos de repressão e da CLT [...]. Em realidade, essa legalidade burguesa nada mais é do que o próprio liberalismo amputado e às avessas, com origem na sociedade colonial, lógica e historicamente reelaborado, sem, no entanto, perder o ranço autocrático, típica de uma burguesia débil que nasceu, cresceu e se multiplicou na esteira da contra-revolução permanente<sup>223</sup>.

Como sustenta Souza, na literatura sobre a redemocratização de 1946 tem-se levado em conta mais as discontinuidades do que a continuidade. A própria promulgação de uma nova carta constitucional com princípios liberais gerou esta perspectiva. Além do Partido Comunista, surgiram como partidos nacionais a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Apesar de suas diferenças, "[...] tanto o PSD quanto a UDN ancoravam boa parte do seu poder na dominação sócio-econômica local, seja exclusiva de um dos dois, ou dividida entre eles"<sup>224</sup>.

O PSD representava a estrutura regional de dominação desenvolvida durante o Estado Novo, tendo este arcabouço pré-existente se partidarizado. De acordo com Oliveira, o partido possui a peculiaridade de reunir em uma única organização os três

---

<sup>223</sup> MAZZEO, 1995: 38.

<sup>224</sup> SOARES, 1973: 70.

níveis de poder: nacional, estadual e municipal. Estes níveis, segundo a autora, eram detentores de uma autonomia relativa que os permitia fazer política em seu âmbito e discutir questões que lhes fossem pertinentes que não eram, necessariamente, relacionadas a outro nível de maneira direta<sup>225</sup>. É neste sentido que podemos entender a distinção de Soares: por mais que o PSD se organizasse em todo o país, não partia de uma perspectiva nacional, mas predominantemente local.

A UDN, em contrapartida, possuía um caráter mais heterogêneo. Tinha em suas fileiras liberais autênticos que foram críticos ideológicos ao Estado Novo, sociais democratas que posteriormente fundariam o PSB (Partido Socialista Brasileiro), militares dissidentes do Estado Novo, classes médias urbanas e oligarquias regionais que haviam sido desalojadas do mando local. Esta divisão de perspectiva e ideológica que atravessa o partido fica clara na Constituinte e em momentos decisivos, como na cassação do PCB, quando o partido se divide ao meio.

O PTB, em contrapartida, não surge a partir de uma base organizacional prévia que se partidariza. Inicialmente este Partido cumpre o papel de mobilizar o voto operário urbano em benefício de Vargas e seus correligionários que eram próximos da burocracia do Ministério do Trabalho durante o Estado Novo<sup>226</sup>. Assim:

[...] para o PCB, 1945 significou a possibilidade de trabalhar abertamente e desenvolver uma estrutura organizacional já existente; para o PSD e para a UDN, 1945 significou somente um trabalho de articulação no nível nacional de estruturas estaduais e locais já montadas; mas, para o PTB, 1945 representou a necessidade de *organizar* um partido político nacional a partir de bases precárias<sup>227</sup>.

O PCB terá, neste momento em que se encontra na legalidade, o desenvolvimento aberto de suas diretrizes políticas de união nacional, formuladas já ao final da década de 1930. Indubitavelmente aqui o Partido é influenciado pelas diretrizes do VII Congresso da Internacional Comunista (1935) e a perspectivas de os comunistas participarem de frentes amplas antifascistas e, principalmente, pela vitória aliada com participação da União Soviética e das potências capitalistas na derrota do nazi-fascismo. Não me parece, entretanto, ser este o fator determinante para esta política em última instância. Como mostraremos, está atrelada ao desenvolvimento político nacional, notadamente a

---

<sup>225</sup> OLIVEIRA, 1973: 151.

<sup>226</sup> SOARES, 1970: 70.

<sup>227</sup> *Idem*: 70.

liberalização do Estado Novo. A partir de então, o Partido será marcado pela perspectiva de um desenvolvimento etapista da política brasileira até se atingir o socialismo. Nesta primeira fase, o país deveria passar por uma fase democrático burguesa. É abandonada a perspectiva de os trabalhadores, como vanguarda, assaltarem um assalto eminente ao poder. Como argumentara Prestes em São Januário, o Brasil carecia de capitalismo.

As bases deste movimento são predominantemente nacionais e não apenas absorvidas da mudança tática do VII Congresso da Internacional Comunista (1935) e de sua nova política de amplas alianças de classe, em detrimento da perspectiva anterior de classe contra classe<sup>228</sup>. O proletariado não deveria ter a hegemonia política do processo, o Partido abandona a perspectiva de luta de classes e aponta afirmativamente para setores progressistas da sociedade, nos quais se encontrava a burguesia nacional. A função do proletariado no momento era a de colaborar na construção do capitalismo nacional. Se a IC, em 1935, defende uma política de Frentes Populares, em 1943 fora dissolvida, a partir de uma perspectiva vinda de Moscou de dar maior autonomia aos partidos comunistas nacionais em seu desenvolvimento político e buscar confiança dos potenciais aliados em relação aos partidos comunistas à nova ordem mundial que chegava.

De fato, o PCB buscará cada vez mais ser um partido confiável e nacional. O Levante da ANL ocorre já após o VII Congresso da IC. O que leva, portanto, a mudança de perspectiva do PCB em relação ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro não é apenas a diretriz vinda de Moscou, mas também as transformações do Brasil ao fim do Estado Novo: desenvolvimento da burguesia industrial, uma perspectiva nacionalista de desenvolvimento, surgimento e fortalecimento do proletariado urbano e liberalização do regime.

Muito do otimismo de Prestes “[...] vinha de sua análise da situação internacional: o resultado da guerra, com a derrota do fascismo, era um golpe do qual, a seu ver, o imperialismo jamais conseguiria se recuperar”. Internamente, acreditando no nascimento de um processo democrático, o PCB estava mais preocupado com qualquer tumulto político no país que atrapalhasse os rumos da redemocratização<sup>229</sup>. A política do PCB, a partir de então, deveria ter como armas as oferecidas pela democracia liberal: “[...] livre discussão, livre associação política e sufrágio universal”<sup>230</sup>. Esta visão teleológica,

---

<sup>228</sup> MAZZEO, 1999: 71.

<sup>229</sup> KONDER, 1980: 53.

<sup>230</sup> PRESTES, 1945: 119.

etapista e otimista do desenvolvimento político no Brasil envolve todo o mundo ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Para os comunistas, no imediato pós guerra a democracia tinha o claro significado de oposição ao fascismo. A revolução brasileira será nacional-democrática e evolutiva:

Longe, pois, de ser tratada como mero expediente tático, a democracia é erigida, no discurso de Prestes, em objetivo pragmático central dos comunistas brasileiros. [...]. Nela fundamenta a nova visão comunista da revolução brasileira: não mais do assalto frontal ao poder de Estado e, sim, a das reformas sociais orientadas pelo interesse do povo e da nação<sup>231</sup>.

Para Moraes, os defensores do programa nacional democrático do PCB que passa a ser defendido, reconheciam o conteúdo revolucionário da democracia e sua diferença em relação ao liberalismo. Ao contrário da década anterior, os comunistas não realizam uma crítica à forma política que estava vinculada à ideia de democracia, mas sim à ausência de conteúdo que esta tinha no Brasil<sup>232</sup>.

Nessa voga otimista, o PCB participa das eleições presidenciais e para a Constituinte de 1946. Sai da clandestinidade para se tornar a quarta força política nacional. Seu candidato à presidência, o engenheiro Iedo Fiúza, atingiu a marca de 570.000 votos, aproximadamente 10% (dez por cento) do eleitorado, uma marca considerável em uma eleição que se polarizava entre Dutra (PSD) e o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN). Prestes, eleito senador, em seu primeiro discurso deixará clara a perspectiva do momento: “[...] o PC é ainda partido minoritário e, como minoritário, não pretende, de forma alguma, dirigir todo o povo brasileiro”<sup>233</sup>.

O Brasil que até então vivera curtos períodos democráticos absolutamente restritos, passa por sua primeira eleição de massas, com um salto quantitativo significativo no tamanho do eleitorado. Em 1934 foram menos de um milhão e quinhentos mil de votantes, ao passo que em 1945 o Brasil atingiu 6 milhões de eleitores, um aumento de 400% sobre o pleito anterior.

Nesta nova configuração partidária se realiza a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. O PSD obteve, graças ao dispositivo de sobras<sup>234</sup>, a maioria

---

<sup>231</sup> MORAES, 2007a: 203.

<sup>232</sup> *Idem*.

<sup>233</sup> KONDER, 1980: 57.

<sup>234</sup> Sobre a votação proporcional para a Câmara dos Deputados ver Souza, 1976 e Soares, 1970.

absoluta na Câmara Federal, no Senado e também na Assembleia Constituinte. Sendo a eleição da Câmara dos Deputados proporcional e diferente em relação a cada Estado, de acordo com sua população, e a do Senado majoritária e igual para todos os Estados, nesta Casa o desequilíbrio do PSD era maior. Assim, não por acaso, é o Senado um dos maiores alvos das críticas feitas pelos constituintes comunistas<sup>235</sup>, chegando o Partido a propor a extinção desta Casa na nova Constituição.

As primeiras intervenções do PCB na Constituinte enfatizam a necessidade de se revogar a Carta de 1937 durante os trabalhos. Argumentavam os comunistas que sua estrutura autoritária e controladora não era mais compatível com o novo período democrático que passaríamos a viver e seria um contra-senso ser essa nossa legislação que tutelasse o processo constituinte. Os fatos mostraram não ser essa uma preocupação trivial e “antes mesmo de entrar em vigor a nova Constituição foi decretado o fim da UJC (União da Juventude Comunista), medida apoiada por todos os partidos, exceto o PC”<sup>236</sup>. Também fora fechado o MUT e as greves e manifestações operárias de qualquer espécie foram duramente reprimidas. Iniciava aqui “[...] o processo que deveria conduzir em 1947 à cassação do registro do PC, à ilegalidade do MUT e da CGTB, bem como à intervenção em algumas centenas de sindicatos”<sup>237</sup>.

Os poderes do Executivo são amplos durante a Constituinte e com o aumento da repressão o Governo Federal “[...] antecipava, com sua liberdade para promover decretos-leis, as decisões a serem tomadas pelo Constituinte a respeito das questões vitais para o regime político do país”<sup>238</sup>. Enquanto o Congresso Nacional debatia como seriam estabelecidos o direito de greve, a autonomia sindical e a organização partidária, Dutra promulgava decretos restritivos sobre estas matérias.

Na Constituinte, a bancada comunista adotará a defesa da autonomia sindical, o direito à greve sem restrições, o direito de voto dos analfabetos, a reforma agrária, a liberdade religiosa e a obrigação do Estado à assistência social à mãe solteira. Escreve Vianna:

Do ponto de vista mais geral, entendiam os comunistas que a conjuntura não realizava um momento revolucionário. Tratava-se de propor uma

---

<sup>235</sup> SOUZA, 1975: 123.

<sup>236</sup> *Idem.*

<sup>237</sup> WEFFORT, p. 100.

<sup>238</sup> ALMINO, 1980: 82.

ordem democrática, que viabilizasse a solução pacífica de alguns problemas decisivos, como a definição político-institucional do novo regime em relação às classes subalternas, o agrário, o nacional e o da estruturação do poder político<sup>239</sup>.

As classes subalternas pela primeira vez ingressavam em um sistema liberal, exigindo o direito à existência autonomia das entidades classistas<sup>240</sup>. O PCB buscou, incessantemente, mostrar que era confiável à burguesia nacional<sup>241</sup>. A bancada comunista era um elemento novo na vida política brasileira pela origem social da maioria de seus integrantes. Ocorre que “[...] a elite não só parecia pouco apta a aceitar um partido comunista, mas também a se ver às voltas, tão próxima e em grau de igualdade, com membros das classes subalternas”<sup>242</sup>. A diferença do PCB em relação aos demais partidos, na ANC, se dá, assim, em dois níveis: na composição social de seus membros e nas propostas que defendem para a nova carta política<sup>243</sup>.

Com o início dos trabalhos constituintes uma comissão fica encarregada da sistematização, a ‘Grande Comissão’. Tinha como função a elaboração do anteprojeto que serviria como base para a apresentação de emendas pelos demais constituintes. Os comunistas apresentam 180 emendas, em um verdadeiro projeto alternativo de constituição. A expectativa da bancada era o fortalecimento institucional de uma sociedade com uma democracia mais consolidada, participativa e redistributiva.

Como escreve Sérgio Soares Braga, os comunistas defenderam o sistema parlamentarista na contramão da histórica concentração de poderes no Executivo, um ensino laico nos colégios brasileiros, o livre exercício religioso, a institucionalização do divórcio, o fortalecimento das prerrogativas do Legislativo e maior controle sobre o Executivo, a concessão ao Estado de desapropriação de terras que fossem objeto de especulação nas zonas densamente povoadas para fins de reforma urbana, a reinversão em território nacional dos lucros obtidos por empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, a participação dos trabalhadores na gestão e no lucro das empresas, a nacionalização de trustes e cartéis que afetassem independência nacional, a dissolução de políticas remanescentes do Estado Novo, o direito de greve dos funcionários públicos, a eleição do Supremo Tribunal Federal pela Câmara dos Deputados, a eliminação da sanção

---

<sup>239</sup> VIANNA, 1979: 260, 261.

<sup>240</sup> *Idem*: 265.

<sup>241</sup> SANTANA, 2001: 29.

<sup>242</sup> *Idem*: 49.

<sup>243</sup> BRAGA, 1997.



presidencial em leis aprovadas pelo Congresso, e a extinção do Senado Federal com a implementação do unicameralismo.

Por mais que a maioria de seus projetos de emenda fossem negados pelos demais constituintes, e nos sirvam apenas como referência à concepção de desenvolvimento então sustentado pelo PCB, podemos afirmar que a posterior exclusão dos comunistas da institucionalidade política no momento que buscavam se institucionalizar no jogo político oficial tem o claro significado de vetar tentativas de transformações estruturais e profundas na política brasileira. Não por acaso, muitas das demandas levantadas pelo PCB já na Constituinte serão defendidas na década de 1960 como reformas de base no governo de João Goulart, derrubado pelo Golpe Militar de 1964. Sobre o resultado final da Constituinte, é crível afirmar que “[...] a força dos partidos conservadores, particularmente o PSD, se voltava fortemente para manter a classe operária sob controle: a nova carta não alterava o caráter corporativo [...] do Estado Novo”<sup>244</sup>. César Guimarães afirma ser essa Constituição marca de um tempo autoritário no conteúdo, e compatível, nos aspectos formais, com o Estado de Direito<sup>245</sup>. Tempo de repressão liberal: liberdade para o capitalismo periférico e explorador; repressão para os expoliados.

Não obstante a forte reação da Constituinte às pautas levantadas pelos parlamentares comunistas, algumas poucas emendas foram aprovadas: a maior remuneração ao trabalho noturno, a transferência para os municípios de 10% do total do imposto de renda arrecadada pela União e a garantia de liberdade religiosa e de culto. Como escreve Braga, os comunistas buscaram a “[...] adoção de um modelo de desenvolvimento social que viabilizasse, mesmo dentro dos quadros do capitalismo periférico brasileiro, um crescimento econômico baseado na afirmação da soberania nacional e na correção progressiva das desigualdades sociais [...]”<sup>246</sup> e, por outro lado, que fosse capaz de criar um “[...] quadro político-jurídico mais democrático, e favorável ao fortalecimento progressivo da organização partidária dos comunistas, com vistas à luta ulterior pela implementação do socialismo”<sup>247</sup>.

Apoiados na perspectiva que Lenin apresentara trinta anos antes acreditavam que a democracia liberal seria o melhor terreno de lutas para a classe. Partindo de uma concepção etapista da revolução brasileira, se fazia necessária o fortalecimento desta

---

<sup>244</sup> MARANHÃO, 1979: 86.

<sup>245</sup> GUIMARÃES, 2004: 11.

<sup>246</sup> BRAGA, 1997.

<sup>247</sup> BRAGA, 1997.

democracia que seria capaz de, no curto prazo, melhorar as condições de vida das classes subalternas brasileiras e no longo prazo melhorar as possibilidades de sua organização política enquanto classe revolucionária.

Na política sindical, o PCB construirá uma aliança com petebistas desenvolvendo intensa atividade. Na defesa da ordem e tranquilidade, se opôs às reivindicações de trabalhadores que pudessem causar tumultos ao processo de redemocratização do país. É ignorado o fato da alta taxa de inflação, o conseqüente aumento do custo de vida e um congelamento salarial pelo menos desde 1939. Prestes quer que os trabalhadores entendam a necessidade de um momento pacífico na vida política nacional para a consolidação da institucionalidade democrática. Os trabalhadores precisavam, em nome do interesse nacional, “apertar os cintos”.

Os sindicatos eram um campo central do PCB de intervenção na vida política brasileira<sup>248</sup> e neste momento fica clara uma divergência interna no partido. Os militantes ligados à Prestes e aos demais constituintes defendiam a política de ordem e tranquilidade e clamavam por paciência aos trabalhadores. Como escreve Maranhão, “[...] no crescimento e tentativa de transformação do PCB, o trabalho decisivo era obviamente o que se fazia nas fábricas e sindicatos, centro mais importante do trabalho *de massas* segundo todas as declarações dos dirigentes”<sup>249</sup>.

A tribuna do Congresso era utilizada para pedir aos trabalhadores compreensão e paciência. Os comunistas ligados aos sindicatos, entretanto, pouco defenderão esta política colaboracionista, querendo, ao menos, a correção da defasagem dos salários desde 1939. Este momento do PCB é denominado na literatura como o período dos ‘2 PCs’. Enquanto o país se redemocratiza e os atores políticos passam a enxergar novas possibilidades de atuação e reivindicação, em uma conjuntura cada vez mais dinâmica, o Partido clamava os trabalhadores a terem uma atuação moderada<sup>250</sup>. O fato é que:

O movimento operário concreto, liderado na base por uma maioria de militantes do próprio PCB, exigiu um desenvolvimento que não condenasse mais as greves. Desenvolvimento difícil e problemático, na medida em que o partido crescia desordenadamente, não conseguia criar formas de se organizar como partido de massas, e, mais grave ainda, precisava manter o espaço político conquistado, num ano em que sob a presidência de Dutra, esse espaço tendia a fechar-se novamente.

---

<sup>248</sup> SANTANA, 2001: 21.

<sup>249</sup> MARANHÃO, 1979: 76.

<sup>250</sup> SANTANA, 2001: 29.

E o movimento operário era apontado pelos artífices do fechamento, presentes no governo, como um pretexto para a redução das liberdades democráticas e políticas<sup>251</sup>.

Os trabalhadores estavam em situação de penúria e revoltas populares acontecem nas grandes cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro, então capital federal. Ações claras de uma massa faminta levam à grandes quebradeiras na Capital. Enquanto a elite política e econômica credita estas manifestações ao PCB e os acusa de trabalhar pela instabilidade do país, os parlamentares comunistas pedem calma à população. A própria União Nacional dos Estudantes utilizará carros de som no subúrbio carioca pedindo calma. As constantes tentativas de se mostrarem confiáveis não impedirá que a repressão estatal aos comunistas seja cada vez mais intensas.

### **4.3 A Política Econômica**

O desenvolvimento econômico do Governo Dutra mostra a ligação de dependência e de vinculação ideológica com os Estados Unidos. A célebre disputa dos rumos da economia brasileira neste período se deu entre as perspectivas dos economistas Roberto Simonsen e Eugenio Gudín, explicitando dois projetos de desenvolvimento distintos para o Brasil. Simonsen defendia que o objetivo da política econômica brasileira deveria ser a industrialização, única maneira de livrar o país da pobreza que o assolava. Para isto, seria necessário um robusto planejamento econômico por parte do Estado, que deveria se tornar um ator consolidado do jogo econômico, assumindo setores estratégicos que não fossem abarcados pela iniciativa privada, seja pela falta de interesse ou de capacidade, fornecendo ao empresariado nacional subsídios e proteção tarifária e, mais importante, uma política monetária estaria subordinada à taxa de crescimento e não o contrário.

Gudín, partindo de um viés liberal, defendia um projeto de desenvolvimento econômico centrado mais na agricultura - verdadeira vocação brasileira - do que na indústria, visto que um projeto industrial necessitaria de grande intervenção estatal sem garantias de sucesso. O Brasil deveria se articular amplamente com o capital estrangeiro e caminhar no sentido do liberalismo econômico defendido pelos acordos de Bretton

---

<sup>251</sup> MARANHÃO, 1979: 80.

Woods. Aqui, ao contrário de Simonsen, o crescimento está subordinado à estabilidade monetária<sup>252</sup>. Dirá Octávio Ianni em seu *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* que durante o governo Dutra são vitoriosas as teses de Gudin, sendo este um período no qual é dominante o liberalismo econômico.

Este liberalismo econômico, entretanto, não se reflete em um liberalismo político. Cientes de que “[...] voltar ao molde político e institucional pós-30 não era mais viável”<sup>253</sup>, o Estado brasileiro perde sua capacidade de intervenção econômica, mas não abandona sua capacidade de intervenção repressiva. Como afirma Draibe, é um período em que, ao mesmo tempo, se atenuam as intenções de aceleração do processo de industrialização e “[...] os impulsos para uma ação mais centralizada e coordenada do Estado na economia. Foi minimizada a capacidade de iniciativa da burocracia econômica<sup>254</sup>. A literatura tem dividido o Governo Dutra em dois períodos. O primeiro, de corte mais liberal, e o segundo, após o insucesso do projeto, de tentativa de volta a um projeto desenvolvimentista. Importante salientar os limites e desta política liberal.

A nova configuração da política econômica é gerada pelo próprio bloco que da sustentação a Dutra durante seu mandato presidencial. Se este vence a eleição presidencial em uma aliança entre o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), em contraposição à UDN (União Democrática Nacional), ainda nos trabalhos constituintes Dutra/ se afasta do PTB e se aproxima da UDN, movimento consubstanciado no Acordo Interpartidário que uniu PSD, UDN e PR. O controle desse heterogêneo bloco seria um “[...] acerto, ‘por cima’, entre setores dominantes urbano-industriais e agromercantis, com participação mínima das forças políticas mais próximas de um projeto nacional-popular de desenvolvimento econômico<sup>255</sup>. É um governo que não abre qualquer possibilidade de diálogo com as classes populares.

#### **4.4 As mudanças na Política Externa e a Doutrina de Segurança Nacional**

---

<sup>252</sup> IPEA, 2010.

<sup>253</sup> DRAIBE, 1985: 138.

<sup>254</sup> *Idem*: 138.

<sup>255</sup> DRAIBE, 1985: 147.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial os EUA mantiveram seu projeto de hegemonia na América Latina, legitimado através de Conferências Pan-Americanas. A Conferência de Chapultepec, no México, caminha neste sentido, determinando a posição a ser ocupada pelos países latino-americanos na nova ordem internacional<sup>256</sup>. A Conferência chegou a instaurar o “[...] direito à ‘intervenção multilateral’ nos assuntos internos dos países latino-americanos e nome da solidariedade americana”<sup>257</sup>. Estava claro, desde o final da Guerra, a busca dos EUA por uma posição hegemônica e de controle, coercitivo se necessário, na política doméstica dos países do Continente.

A intervenção norte-americana nos países latino-americanos não deveria se dar apenas no plano geopolítico, em um claro posicionamento na vindoura Guerra Fria. Havia também uma discordância em relação à política econômica adotada pelos países latino-americanos nos anos anteriores. Enquanto muitos destes ainda tinham como perspectiva um desenvolvimento econômico que tivesse como pilares a industrialização e o protecionismo guiados por uma forte participação estatal, os EUA, ao contrário, insistiam em uma política de abertura de mercados para a região<sup>258</sup>. Como afirma Moniz Bandeira, os “[...] Estados Unidos, que entraram no conflito com o mercado interno em relativo equilíbrio e não sofreram, diretamente, os prejuízos da destruição, implantaram a sua tutela sobre o mundo capitalista”<sup>259</sup>. A América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, sentirão esta nova perspectiva de influencia em sua política doméstica.

Se a Guerra Fria ainda não tinha começado oficialmente ao final da Guerra, seu terreno estava plantado. Escreve Moura, neste sentido, que “[...] os resultados da Conferência do México podem ser vistos como o primeiro ato da guerra fria, ao lançarem os fundamentos para uma futura luta contra a União Soviética e o ‘comunismo internacional’”<sup>260</sup>. Assim, seriam duas as diretrizes para a América Latina, dadas pelo EUA: a movimentação anti-comunista, interna e externamente, e a defesa do livre comércio entre as nações capitalistas a partir de projetos liberais de desenvolvimento. Esta perspectiva dará a tônica ao Governo de Dutra: abertura ao capital estrangeiro e dura repressão ao movimento operário.

---

<sup>256</sup> MOURA, 1990: 06.

<sup>257</sup> *Idem*: 08.

<sup>258</sup> *Ibidem*: 09.

<sup>259</sup> BANDEIRA, 1978: 309.

<sup>260</sup> MOURA, 1990: 11,

A política externa de Dutra foi conduzida por Raul Fernandes, político fluminense filiado à UDN e ligado a um americanismo ideológico. A questão fundamental do nosso tempo para o bloco dirigente será a defesa da civilização ocidental cristã que estava ameaçada pelo comunismo internacional<sup>261</sup>. Como justificativa ao alinhamento total e automático aos EUA passa a dar ênfase nas possíveis vantagens geradas, a saber, “[...] a manutenção de uma posição militar única na América Latina e sua correspondente posição política”<sup>262</sup>. Sem grandes novidades, a perspectiva de se tornar o grande irmão no sul do continente já era presente em nossa política externa ao menos desde Barão do Rio Branco. Esta modalidade de política americanista se diferencia da política externa de Vargas, que pragmaticamente buscou alcançar vantagens para o desenvolvimento nacional através de sua relação com os EUA. A convergência da política externa brasileira com a norte americana com Raul Fernandes “[...] não se tratava, porém, de um mero expediente para obter benefícios imediatos, mas de uma orientação imutável da política externa brasileira”<sup>263</sup>.

O Governo Dutra reliza intensa aproximação do Brasil com os EUA e a convergência da política externa brasileira com a Doutrina Truman<sup>264</sup>. Acreditava o novo chanceler do Brasil que a guerra entre o Ocidente, liderado pelos EUA, e o Oriente, liderado pela URSS, era inevitável, sendo uma tarefa histórica de um país como o Brasil se integrar em uma frente ocidental em torno dos EUA<sup>265</sup>. De acordo com Vizentini, a política externa brasileira atinge um tom de atuação que era, ao mesmo tempo, conservadora e subserviente, deixando de lado os reais interesses brasileiros<sup>266</sup>.

Na conjuntura da Guerra Fria, em seu início, e no imediato pós-guerra, as opções de política internacional na América Latina são fortemente determinadas or esta nova conjuntura<sup>267</sup>. Depois da guerra, o pan-americanismo se integrou no ‘mundo livre’, como a melhor mensagem para se contrapor à influência soviética e ao socialismo. O discurso político e diplomático brasileiro assimilou rapidamente também a linguagem de ‘povos

---

<sup>261</sup> JAGUERIBE, 2013: 300.

<sup>262</sup> MOURA, 1990: 22.

<sup>263</sup> *Idem*: 29.

<sup>264</sup> LOURENÇO NETO, 2014: 03.

<sup>265</sup> MOURA, 1990: 37.

<sup>266</sup> VIZENTINI, 2004: 21.

<sup>267</sup> HIRST, 2011: 24.

livres 'contra 'ditadura do terror 'e 'regime de escravidão'; e de 'nações democráticas 'versus a 'cortina de ferro'<sup>268</sup>.

Na pretensa posição de 'aliado especial 'dos EUA, o Brasil esperava benesses que não ocorreram ao final da Guerra. Este fato, entretanto, não parece estremecer o americanismo ideológico do Itamarati de Raúl Fernandes. Enquanto o Brasil reclamava reparações pelos seus gastos na Guerra e uma política de investimentos similar à que ocorria na Europa e no Japão, o Governo Norte Americano argumentava que a possibilidade de crescimento e desenvolvimento do país se encontrava em uma política de livre acesso do capital estrangeiro. Concretamente, o resultado das relações entre os dois países neste período é a criação da Escola Superior de Guerra, responsável pela propagação da doutrina da 'segurança hemisférica 'nas Forças Armadas Brasileiras.

Na contramão das leituras que enxergam a gestão de Fernandes frente ao Itamaraty um fracasso pelos poucos resultados materiais desta relação advindos ante a alta expectativa, Lourenço Neto argumentará, em contrapartida, que “[...] do ponto de vista do grupo político ao qual Raul Fernandes pertencia estreitar relações com os EUA e ampliar a penetração da Doutrina Truman no Brasil, inclusive através da ESG, pode ser considerado um valor em si mesmo”<sup>269</sup>. Na situação política em que o mundo se encontrava, nesta leitura, “[...] impõe-se a todos os países que pretendam preservar seu caráter ocidental e salvaguardar valores fundamentais, prestar o mais eficiente e constante apoio aos Estados Unidos”<sup>270</sup>. O americanismo ideológico brasileiro é “[...] construído a partir do privilegiamento de fatores de ordem normativo-filosófica e de uma suposta convergência ideológica entre brasileiros e estadunidenses”<sup>271</sup> e não a partir de uma análise realista da situação internacional que buscasse vantagens reais ao processo de desenvolvimento nacional - como ocorrera com Vargas e Oswaldo Aranha à frente do Itamaraty, por mais que política e ideologicamente este também tivesse forte proximidade com os norte americanos.

A gestão de Raul Fernandes é o período em que o anti-comunismo vira um mote da política externa brasileira, coordenada com a ação repressiva interna de combate à quaisquer manifestações políticas que contestassem as classes dirigentes. A burguesia

---

<sup>268</sup> MOURA, 1990: 63.

<sup>269</sup> LOURENÇO NETO, 2014: 06.

<sup>270</sup> JAGUARIBE, 2013: 301.

<sup>271</sup> PINHEIRO, 2000: 204.

brasileira, aqui, esteve aliada em torno de um projeto em grande medida determinado pela conjuntura do imediato pós-guerra, na qual trabalha incessantemente para calar as manifestações políticas das camadas subalternas da população que ameaçavam ter voz ativa na política nacional ao final do Estado Novo.

Nos parece acertada a ideia de que a Guerra Fria, mais do que determinar a política interna brasileira, fornece suporte internacional e ideológico para que os grupos dirigentes nacionais desenvolvam sua repressão sobre as classes populares<sup>272</sup>. No americanismo ideológico a “[...] incompatibilidade de valores entre comunismo e a civilização ocidental é total e absoluta, porque se verifica em todos os planos da vida social e se refere aos seus próprios fundamentos e fins”<sup>273</sup>. Essa concepção da elite política brasileira levará o Itamarati a romper relações diplomáticas com a URSS em 1947.

A defesa da pátria e de valores ocidentais presente na política externa brasileira no imediato pós-guerra também permeia nossos grupos políticos atuantes na política interna. Para Maranhão, “[...] a linguagem ideológica da ‘Guerra Fria’ viria apenas coroar um conjunto de pressões iniciadas em março de 1946 contra o movimento operário e o PCB”<sup>274</sup>. Além dos elementos já tratados em relação à continuidade entre o Estado Novo e a República de 46, necessário frisar que a segurança nacional, quer em termos legislativos ou ideológicos, não sofre alterações na passagem do período autoritário para o democrático: “[...] continuação do Estado Novo, por meios eleitorais, o primeiro governo dessa outra República não precisava de excessivos estímulos para adotar medidas repressivas contra os comunistas”<sup>275</sup>. Estamos em uma época, ao final da Guerra, em que “[...] os conceitos de democracia e comunismo foram carregados de significados opostos: o primeiro era sinônimo de capitalismo, e o último, de totalitarismo, ausência de liberdade política de expressão e participação”<sup>276</sup>. Teríamos, então, uma democracia em tempos de guerra fria, na palavras de Luís Reznik.

#### **4.5 A Cassação do PCB**

---

<sup>272</sup> MOTTA, 2007: 236.

<sup>273</sup> JAGUARIBE, 2013: 300.

<sup>274</sup> MARANHÃO, 1979: 83.

<sup>275</sup> GUIMARÃES, 2004: 09.

<sup>276</sup> REZNIK, 2004: 19.



Com todo o exposto acima, fica claro, como afirma Moraes o fato de a aliança com a burguesia nacional ter sido colocada pelos comunistas em uma chave demasiadamente otimista<sup>277</sup>:

A cassação do registro e o confisco dos mandatos do PCB pelo golpe parlamentar de 1947 confirmaram, na esperança e eloquência dos fatos, a distância que separava a fraseologia liberal da constituição de 1946 dos métodos de dominação de classe dos latifundiários (majoritários no Congresso) e da burguesia pró-imperialista<sup>278</sup>.

Depois de um breve período de tentativa de participação política, o PCB fora cassado juntamente com seus parlamentares e as participações políticas populares duramente reprimidas. Passamos a ter a vigência de um projeto de um estado mínimo para solucionar os graves problemas sociais que passavam a emergir no país, e máximo para combater vozes dissidentes do sistema político recém instaurado. Institucionalmente, Maria do Carmo Campello relata como a supressão do PCB da cena política teve duas fases: a primeira ficara à cargo do Tribunal Superior Eleitoral, encarregado de julgar o cancelamento do registro do partido. A segunda fase foi incumbida ao próprio poder legislativo, que julgara a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas<sup>279</sup>. Interessante notar o grau de surpresa que recebem a notícia da cassação do registro do seu partido. O otimismo em relação ao futuro ainda era grande e o pedido de cassação era visto como herança fascista que seria rechaçada na nova época. A longa batalha judicial que se inicia não é acompanhada de manifestações populares, visto que “[...] a tática de manter-se como defensor da ordem para desmoralizar as acusações impedia o partido de agir nesse sentido”<sup>280</sup>.

O ocaso da República de 1946 - menos de vinte anos depois - não é surpreendente. O tratamento da classe trabalhadora e do seu partido político deixam claro que o sistema político nascente, apesar de se enquadrar na nova roupagem liberal que passa a reger o mundo ocidental, não sofreria mudanças ideológicas por parte classes dominantes. O acesso ao Estado e a participação política deveria continuar a ser um jogo de poucos e restritos atores. Mobilizando o ideário de democracia contra o totalitarismo, o regime político brasileiro se fechava à seu povo.

---

<sup>277</sup> MORAES, 2007a: 198, 199.

<sup>278</sup> MORAES, 2007a: 164.

<sup>279</sup> SOUZA, 1976: 118.

<sup>280</sup> MARANHÃO, 1979: 87.

## CONCLUSÃO

Foi necessário que para explicitar nossa questão central, a eventual legitimidade da classe trabalhadora para figurar como partícipe da disputa política, compreender a que classe operária estamos nos referindo. Precisamos situar o nascente movimento operário brasileiro no tempo e no espaço. Quanto ao tempo, perceber sua herança às tradições anteriores e seu processo de desenvolvimento e maturidade. Quanto ao espaço, discutir como as contradições internas do desenvolvimento brasileiro fora capaz de se coadunarem com as perspectivas cosmopolitas do movimento comunista.

Para tanto, foi preciso remontar ao pensamento de Lenin, enquanto autor responsável por uma forte ruptura cultural no movimento revolucionário europeu e, posteriormente, entender como esta nova perspectiva, responsável pela formação da Internacional Comunista, será a difusora do pensamento marxista leninista após o surgimento de partidos comunistas por todo o mundo após a Revolução Russa de 1917.

Os movimentos revolucionários costumam cultuar seus heróis. Seus teóricos, seus militantes históricos, seus mártires, são elevados a uma perspectiva quase sobre-humana, de infalibilidade. Já escreveu Gramsci, há quase cem anos atrás, que transformações efetivas no mundo só seriam possíveis após a perda de uma perspectiva religiosa de lidar com a política. E perspectiva religiosa aqui não está necessariamente ligada à igreja ou a uma fé institucionalizada. Lenin teve o grande mérito de considerar Marx como um ser humano que capaz de dar grande contribuição ao movimento revolucionário mundial mas, nem por isso, deixa de ter seus limites e incoerências. O escritor e revolucionário alemão, como não poderia deixar de ser, é um autor do Século XIX. Queremos dizer com isto que qualquer inovação teórica e prática que possa vir de suas obras não deixa de ter as marcas do seu tempo. A teleologia do desenvolvimento do mundo rumo ao progresso - mesmo que o conceito do progresso não seja unanimidade - e o pretensível caráter universalizante do pensamento gerado em uma parte extremamente específica do globo, a Europa, perseguem o autor - o eurocentrismo.

Isto não deixa de ser uma contradição na obra de Marx, que faz com que ele ora dê ao seu pensamento uma perspectiva universal, ora recue apontando suas limitações. Preocupa-se quando revolucionários russos tentam entender as condições econômicas e sociais do seu país a partir da sua análise que Marx fizera da Inglaterra em *O Capital*. Esta contradição é inegável. Esta dissertação, entretanto, se preocupou mais em como o movimento político revolucionário se comportou na realidade do que com possíveis

problemas teóricos que seus autores possam ter enfrentado. Assim, não negamos o fato de que o que criticamos no marxismo do início do Século XX ter sido palco de objeções pelos seus próprios formuladores. O que importa aqui, porém, é saber como este movimento chega ao Brasil na década de 1920.

Lenin tornasse o maior revisionista do marxismo ao se mostrar ciente deste problema e assim realizar a mais importantes das rupturas e transformações da história do movimento marxista, quando aponta os limites do pensamento de Marx, produzido na Europa Ocidental, para lidar com as questões que viviam os proletários da Rússia Czarista. assim, criou uma nova perspectiva de organização. Fica claro que muitas questões do desenvolvimento da luta operária só poderiam ser respondidas a partir do cotidiano desta própria luta.

A contradição entre o local e o internacional está presente na obra do revolucionário russo. Vencer é tentador. O Partido Bolchevique, a partir dos modelos de organização desenvolvidos por Lenin, saiu vitorioso e derrubou um dos mais duros regimes políticos à época. Há em Lenin, inicialmente, uma visão periférica da Revolução Russa. Parte da perspectiva de que a revolução precisa ser global, e seu foco inicial foi mas na Rússia, para própria continuidade neste país, a revolução precisaria se propagar. Se a Rússia era um país da periferia do capitalismo, mesmo após o sucesso revolucionário da Europa Ocidental, não deixaria de ser a periferia desta nova ordem mundial. Mas a revolução não saiu da Rússia e este não-acontecimento marcante para os revolucionários comunistas gera a perspectiva tentadora de que apenas um modelo de organização seria capaz de fazer a revolução política: o partido bolchevique.

Assim como Marx, Lenin está ciente da contradição em seu próprio pensamento. Em escritos do final de sua breve vida, o autor mostra sua preocupação quanto à universalização da experiência russa. Entre os “dois Lenins”: o revisionista em que formações revolucionárias concretas surgem a partir de realidades específicas, e o autor que afirma existir apenas um modelo de organização possível para a revolução proletária, na prática política da Internacional Comunista, vence o segundo. Neste pensamento pendular sai vitoriosa a perspectiva que em 1928 ordenará a “bolchevização dos partidos comunistas de todo o mundo”.

Com Stálin, o que era um tendência se torna a doutrina oficial. Mais do que realizar uma ruptura em relação ao pensamento de Lenin quando se torna o principal dirigente do movimento comunista mundial, Stálin cristaliza uma posição que já teria sido gestada por Lenin, mas ignora completamente as contradições do pensamento do

revolucionário russo. A pendularidade de Lenin se tona o monolitismo de Stálin. Isto se consolida, quando, na impossibilidade de a revolução se espalhar além das fronteiras da Rússia cria-se a doutrina do “socialismo num só país”.

A partir deste momento, temos dois resultados práticos. Em primeiro lugar, os partidos comunistas nacionais se tornam, mais que partidos revolucionários, sessões de defesa da União Soviética em solo estrangeiro. É compreensível que a União Soviética passe por constantes mudanças em sua tática para manejar suas relações internacionais. Ora os países burgueses se abrem ao diálogo, ora ameaçam sua existência. O mundo vive, no entre-guerras, um período de grande instabilidade e insegurança. O problema é que cada mudança da União Soviética em relação ao capitalismo, à social democracia, e ao nazi-fascismo, se torna a linha política oficial a ser seguida por todos os partidos comunistas. Se ao final da década de 1930 a URSS não está em condições de entrar na guerra e teria sua população esmagada nesta situação, o pacto de não agressão com Hitler pode ser compreendido. O que é indefensável é a política de um estado se tornar uma nova perspectiva para os partidos comunistas de todo o mundo, que mitigava a ameaça nazi-fascista.

Em segundo lugar, dá-se uma enorme paralisia na criação de um pensamento marxista autêntico em diferentes realidades, como teria feito Lenin na Rússia, anos antes. O marxismo no Brasil, na década de 1920, estava em seu nascedouro - ainda era incipiente, possuía erros de interpretação e adota um claro determinismo na relação entre estrutura econômica e superestrutura política. Octávio Brandão e Astrojildo Pereira começam na década de 1920 a pensar o Brasil a partir dos escritos do marxismo. Um pensamento teórico maduro levaria tempo e o que ocorre com a bolchevização dos partidos comunistas é uma impossibilidade de qualquer criação autônoma para a realidades específicas, caso do Brasil.

As décadas de 1920 e 1930 são, no Brasil, o momento em que o PCB é formado. É também o período em que nosso desenvolvimento capitalista passa a gerar diferenciações de classes e interesses, ainda que tênues, principalmente nos grandes centros urbanos - Rio de Janeiro e São Paulo. Um desenvolvimento político que poderia ser visto como normal - a sociedade se desenvolve, atores se diferenciam, há novas reivindicações na cena política, o Estado se adequa, há luta por espaço, etc. - é tido pelas elites brasileiras como uma ameaça. Na década de 1920, na proporcionalidade em que novas demandas são colocadas à mesa, mais a aristocracia se fecha no governo.

Funcionando como verdadeira vanguarda da modernização, o Tenentismo surge como consequência imediata da ausência de canais de diálogo na sociedade brasileira da Primeira República. Em um regime cada vez mais fechado, a solução encontrada foi a luta armada. Desde 1922, a República é assediada por um jovem oficialato rebelde. Os Tenentes não possuem uma linha ideológica clara e definida, mas possuem um movimento real. Os comunistas, ao contrário, por mais que se julguem portadores da ideologia oficial das classes populares, não possuem meios efetivos de ação. Desde a fundação do PCB, seus dirigentes têm como perspectiva uma aproximação com o Tenentismo, levar as ideias revolucionárias às armas do jovem oficialato.

Com a paralisia teórica que passa o PCB, e a doutrina de “classe contra classe” esta aproximação é abandonada. Em um total contra-senso, os militares rebeldes são tidos por classes traidoras, em uma chave de correspondência com a social democracia europeia. Os comunistas deveriam se formar apenas em bases autônomas e operárias. Quando Prestes ingressa nas fileiras comunistas, o faz em um processo violento de autocrítica de toda sua atuação “pequeno-burguesa” anterior.

A Primeira República tem sua queda iminente, e nos seus preparativos Prestes é chamado por Vargas para liderar militarmente a Revolução vindoura. De maneira violenta, Prestes nega a participação na revolução de 30, por ser aquele o momento de se formarem os *soviets* para a verdadeira revolução brasileira, não devendo a luta intra-oligárquica interessar aos autênticos revolucionários. Escrever em uma perspectiva da possibilidade é complicado. Tentando fugir ao máximo de especulações, o que podemos afirmar é que a crise da Primeira República e a Revolução de 1930 marcam um momento de grande desorganização das classes dominantes e vazio no bloco do poder. Impossível saber que ruas teria uma revolução liderada militarmente por Prestes. O que fica claro é que em uma das raras oportunidades de participar do jogo político brasileiro dada às classes populares esta foi negada. No lugar de Prestes, a chefia militar fica a cargo de Góes Monteiro. A Revolução de 1930 deixa de ser liderada pelo herói da Coluna para ficar no comando de um de seus principais algozes.

Provavelmente o início da década de 1930 marca o auge do sectarismo do PCB, e Prestes, e os demais tenentes que ingressam nestas fileiras não passam por um processo de ruptura em sua maneira de fazer política. Quando acreditam que o Tenentismo não é capaz de dar respostas aos problemas nacionais, o marxismo leninismo é atraente como uma ideologia que responderia a estes anseios - principalmente em relação ao imperialismo e à concentração da terra. Encontram um movimento que defende a

almejada libertação nacional do jugo imperialista, e fazem política de um modo similar ao que estavam habituados. Mais do que uma grande transformação, Prestes encontra no PCB uma afinidade eletiva com um modo específico de fazer política: de vanguarda, pelo alto, libertando as massas de suas amarras. Quando Gildo Marçal Brandão se refere em duas almas do partido comunista, aqui estamos diante da primeira, ou seja, em um país atrasado, que nega a participação popular efetiva e subordinado ao imperialismo, a democracia só poderia ser alcançada pela ponta do fuzil. Repetindo mantras revolucionários sem se atentar ao movimento real em que estavam inseridos, este será o cenário de solidão em que os comunistas protagonizam o Levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

Analisando as peculiaridades do capitalismo tardio brasileiro, concluímos, a partir do terceiro capítulo, que em nossa formação política é peculiar a maneira em que é tratado o proletariado em relação aos países cêntricos nos quais se desenvolve a perspectiva revolucionária na classe trabalhadora. O problema inicial das classes populares brasileiras não é a falta de atenção às suas demandas e, sim, a própria impossibilidade de mostrar que estas existem. Este é o tom da Primeira República. Se a partir de 1930, a existência do proletariado deixa de ser negada, e demandas passam a ser respondidas pelo governo federal, o Estado Novo mostra um tom diferente: a existência é reconhecida mas no bojo de sua razão de estado as reivindicações políticas não são bem vindas. Os direitos sociais vêm de cima, com uma forte perspectiva anti-participação. O nosso processo de modernização nasce, concluímos, sem compromisso da burguesia com a democracia. Pelo contrário, abre-se mão do poder político para que a liberdade econômica vigore sem interferências enquanto os aparelhos repressivos do estado cumpriam o papel de lembrar aos trabalhadores, todo o tempo, o seu lugar no regime político.

Se Vargas muda seu comportamento a partir de 1943 faz-se mais compreensível a queda do Estado Novo em 1945. A burguesia brasileira não apresentou grandes reclamos de liberalização do regime quando ampliava seus lucros e o operariado estava sob controle. Uma conclusão parcial que aqui chegamos é que a queda de Vargas se deu não por uma voga democratizante que aterrissa no Brasil com a eminente derrota do nazifascismo. Ao contrário, Getúlio caiu por seu comportamento diferente com a classe operária brasileira. A queda de Getúlio é o recado de democracia que queríamos é ter. É necessário, ao final da Guerra, tornar-se uma democracia liberal, os seus limites estão estabelecidos desde seu nascimento.

Mesmo com a legalidade do PCB no processo de redemocratização, as classes dominantes defenderam, desde o início, a necessidade de se controlar as classes populares. A população em geral não poderia participar do jogo político e teríamos um período de aristocracias institucionalizadas. Desta maneira se entende o sentido da cassação do PCB em 1947? O partido buscou, a todo tempo, se mostrar confiável, negar a perspectiva da luta de classes na nascente República para atuação dos trabalhadores e pedia, a operários famintos para apertarem os cintos. Nenhuma destas sinalizações foi capaz de gerar simpatia por parte dos núcleos dominantes.

O PCB, que aceitou limitar sua disputa política ao espaço eleitoral, sabidamente, não se tornaria o partido majoritário do Brasil. Conseguiria eleger um número razoável de parlamentares nos centros urbanos, mas teria sérias dificuldades para se inserir no Brasil rural, o que é mostrado por todos os mapas de votação do período em que é inexpressiva participação comunista neste setor. A cassação do PCB, a nosso entender, não teve como sentido livrar o Brasil do perigo do comunismo - tal perigo não existiu em 1946 nem em qualquer momento posterior. Tirar o PCB da cena política é impedir que as demandas populares sejam levadas ao jogo oficial, é limitar a existência da República, desde seu nascimento, a poucos. Os comunistas não seriam majoritários, mas incomodariam, como fizeram na constituinte. Este jogo democrático basilar deveria ser repellido do Brasil e do mundo ocidental no início da Guerra Fria. Os únicos conflitos políticos permitidos e reconhecidos como legítimos seriam os situados dentro dos conflitos intra-burgueses.

Nossa conclusão, negando a perspectiva gradual do desenvolvimento do capitalismo do Brasil que de maneira gradativa seria capaz de chegar ao patamar dos países do centro do capitalismo, perspectiva esta que o PCB se insere no imediato pós-guerra, é que o Brasil não chega à modernidade de maneira incompleta. Pelo contrário, é este capitalismo limitado, repressivo e resistente à qualquer mudança estrutural o reservado à periferia do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

- ALEM, Sílvio Frank. **Os Trabalhadores e a Redemocratização**: estudo sobre o Estado, partidos e participação dos trabalhadores na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato: 1942-1948. Campinas: UNICAMP, IFCH, 1981. Dissertação de Mestrado.
- ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários**: Liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Era uma vez uma constituinte**: lições de 1946 e questões de hoje. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. Tradução de Mónica G. Zoppi Fontana. In: **Crítica Marxista**, v.20. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- AMORIM NETO, Octávio. **De Dutra a Lula**: a condução e os determinantes da Política Externa Brasileira. 1a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. Os Comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). In: **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), Campinas, p. 45-62, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil**: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2a Edição. São Paulo: Cortez; Ensaio, 1982.
- ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.). **História do marxismo**. v.8. O marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil** (Dois séculos de história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BELÉM LOPES, Dawisson. Existe um pensamento internacional brasileiro? **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, pp. 317-320, setembro de 2016.
- BENSAID, Daniel; NAIR, Alain. **A propósito del problema de organización**: Lenin y Rosa Luxemburg. Córdoba: **Cuadernos de Pasado y Presente**, v. 12, p. 9 - 40, 1972.



BICALHO, L. de C. Introdução. In: **PCB**. Processo de Cassação do Registro (1947). Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

BRAGA, Sérgio Soares. A bancada comunista na Assembleia Constituinte de 1946. **Princípios** (São Paulo), São Paulo, v. 46, p. 23-29, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata – o Partido Comunista e o sistema partidário (1945/64). **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (1997): 23-34.

\_\_\_\_\_. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964). São Paulo: HUCITEC, 1997.

BOSCHI, Renato. Instituições, trajetórias e desenvolvimento: uma discussão a partir da América Latina. In: Renato R. Boschi (org). **Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2011, v. , p. 7-30.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARONE, Edgard. **O PCB**: 1922 a 1943. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **O PCB**: 1943 a 1964. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **Memória e História**: Astrogildo Pereira. São Paulo: L. E. Ciências Humanas, 1981.

CERRONI, Umberto. Para una teoria del partido político. Córdoba: **Cuardenos de Pasado y Presente**, v. 7, p. 11 - 56, 1971.

CLAUDIN, Fernando. **A Crise do Movimento Comunista**. Tradução de José Paulo Netto. 2 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CODATO, Adriano. Estado, elites, ideologia e instituições. O Estado Novo no Brasil, de novo. In: Flavio M. Heinz. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2009, v. , p. 316-328.

CORSI, Francisco Luiz. A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 4-5, p. 25-36, 1995.

\_\_\_\_\_. Política Econômica, industrialização e projeto de desenvolvimento ao final do Estado Novo. **Nexos Econômicos** (Salvador), Salvador, v. 1, n.2, p. 29-46, 1999

D'ARAJUDO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**; O PTB de 1945 a 65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O PTB**: do getulismo ao reformismo: 1945-1964. São Paulo: USP, 1988. Tese de Doutorado.

DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**. v. 1. O Impacto das Revoluções. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007a.

\_\_\_\_\_. Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920 – 1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.) **História do Marxismo no Brasil**. v. 5. Partidos e Organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007b.

\_\_\_\_\_. A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos del. **História do Marxismo no Brasil**. v. 4. Visões do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007c.

DINIZ, Eli. **Empresariado, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FARIAS, Francisco Pereira de. Classe social e política de classe: o PCB na democratização de 1945. **Cadernos de Pesquisa em Ciência Política**, v. 4, n.1, p. 6-26, 2015.

\_\_\_\_\_. **Estado e Classes Dominantes no Brasil (1930 – 1964)**. Curitiba: CRB, 2017.

FERREIRA, Pedro Roberto. A Revolução em Etapas e a Bolchevização Precoce dos Comunistas no Brasil (anos 20). **Revista Mediações**, Londrina, v. 2, p. 27-31, 1996.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: Carlos Guilherme Mota. (Org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira: a grande transação. São Paulo: Senac, 2000, v. 2, p. 163-182.

GARCIA, Tomás Coelho. **Movimento sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)**. 2016. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GORONDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.  
\_\_\_\_\_. O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil. In: **Sinais Sociais**, vol. 1. n. 1. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2006.

GUIMARÃES, César Augusto Coelho. Apresentação. In: REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

HÁJEK, Milos. A Bolchevização dos partidos comunistas. In: HOBBSAWN, Era J. **História do Marxismo**. v. VI: O Marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1999 às Frentes Populares. Tradução de Amélia Rosa Coutinho. 2 Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HIRST, Monica Ellen Seabra. **As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional**: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o Século XXI. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. JAGUARIBE, Hélio. O nacionalismo na atualidade brasileira. Brasília: FUNAG, 2013.

JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de Tipo Novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBBSAWN, Era J. **História do Marxismo**. v. VI: O Marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. Tradução de Amélia Rosa Coutinho. 2 Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Marx y Engels y el concepto de partido. Córdoba: **Cuardenos de Pasado y Presente**, v. 7, p. 105 - 140, 1971.

KONDER, Leandro. **A Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LENIN, Vladimir Ilitch. Um passo adelante, dos passos atrás. Córdoba: **Cuardenos de Pasado y Presente**, v. 12, p. 65 - 78, 1972.

\_\_\_\_\_. **Que fazer**: problemas candentes de nosso movimento. Tradução de Marcelo Braz. 2 Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_; **O esquerdismo**: doença infantil do comunismo. 1 Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LOURENÇO NETO, Sydenham. Raul Fernandes e a Diplomacia no Governo Dutra. In: Seminário Brasileiro de História da Historiografia, 2014, Mariana. **Anais do Oitavo Seminário Brasileiro de História da Historiografia**. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2014, v. 1, p. 1-200.

LUKÁCS, Georg. Observaciones metodológicas sobre el problema de organización. Córdoba: **Cuardenos de Pasado y Presente**, v. 12.

LUXEMBURGO, Rosa. Problemas de organización de la socioaldemocracia rusa. Córdoba: **Cuardenos de Pasado y Presente**, v. 12.

\_\_\_\_\_. **Reforma ou Revolução?** Tradução de Lívio Xavier. 3a Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAGRI, Lucio. Problema de la teoria marxista del partido revolucionário. Córdoba: **Cuardenos de Pasado y Presente**, v. 13.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França (1848-1850)**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classes na Rússia**. LOWY, Michel (org.). Tradução de Nélio Schneider. 1 Edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia Inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo; UNESP-Marília Publicações, 1999.

\_\_\_\_\_. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. 2o ed. São Paulo: Ática, 1995.

MORAES, João Quartim de. O Programa Nacional-Democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos del. **História do Marxismo no Brasil**. v. 4. Visões do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007a.

\_\_\_\_\_. Concepções Comunistas do Brasil Democrático: esperanças e crispções (1944-1954). In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. v. 3. Teorias. Intepretações. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007b.

\_\_\_\_\_. A Influência do Leninismo de Stálin no Comunismo Brasileiro. In: MORAES, João Quartim de. REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**. v. 1. O Impacto das Revoluções. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007c.

\_\_\_\_\_. A Evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. v. 2. Os influxos teóricos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. A Natureza de Classe do Estado Brasileiro. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura**: o que resta da transição? São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e a URSS. **Locus** (Juiz de Fora), v. 13, p. 227- 247, 2007

MOURA, Gerson. **Alinhamento sem recompensa**: a política externa do governo Dutra. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil, 1990.

NOGUEIRA, Octaciano. **A Constituinte de 1946**: Getúlio, o sujeito oculto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3a edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novo Rumos, 1986.

OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. Notas sobre o estudo do partido social democrático. **DADOS**, n. 10, p. 146-183, 1973.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio Históricos e Políticos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira, 1889-2002**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão**: a revolução mundial e o Brasil. 2a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia. **Da insurreição armada (1935) à ‘união nacional’ (1938-1945)**: a virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, Luís Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.

RAMOS, Guerreiro. **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

\_\_\_\_\_; Manifesto de 29 de Maio de 1930. Diário da Noite, São Paulo, 2a edição, 29/05/1930. In: PRESTES, Anita Leocádia, **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_; Manifesto à Aliança Nacional Libertadora. Publicado originalmente em “**A Platéia**” em 06/07/1935. Disponível em: <[https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=136:manifesto-de-prestes-para-a-alianca-nacional-libertadora&catid=1:historia-do-pcb](https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=136:manifesto-de-prestes-para-a-alianca-nacional-libertadora&catid=1:historia-do-pcb)>. Acesso em: 14 jan. 2018.

REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional**: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**: O Brasil republicano: 1930-1964. São Paulo: Difil, 1986.

ROSSANDA, Rosssana. De Marx a Marx: clase y partido. Córdoba: **Caudernos de Pasado y Presente**, v. 13.

SANTA ROSA, Virgínio. **O Sentido do Tenentismo**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A Práxis Liberal no Brasil**: propostas para reflexão e pesquisa. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1974.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 4a Edição. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SILVA, Angelo José da. Tempos de Fundadores. In: MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos del. **História do Marxismo no Brasil**. v. 4. Visões do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil. Rio de Janeiro: Corpo e Alma do Brasil (1973).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. \_\_\_\_\_; **A Revolução Passiva: americanismo e iberismo no Brasil**. 2a Edição. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. 3a Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: HUCITEC, 1982.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Coleção Relações Internacionais. Petrópolis: Vozes, 2004.

WEFFORT, Francisco Correa. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_; **Origens do Sindicalismo Populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra**. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 4, 67-105, maio/jun. 1973.